

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

Dom Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. José Francisco B. Veiga Silva

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Carlos de Aquino Pereira

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof^a Juleusa Maria Theodoro Turra

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica
Caixa Postal, 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXX - Nº 168 ISSN-0101-4919 JANEIRO - MARÇO 1998

SUMÁRIO

Trinta anos	03
Odilon Nogueira de Matos	
"Tão bom como tão bom (...)": caminho de um Príncipe do Povo no Rio de Janeiro	09
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
O Tarô: obra prima do pensamento analógico	11
João Ribeiro Júnior	
Um fotógrafo brasileiro do Segundo Reinado	15
Duilio Battistoni Filho	
O legado do Zumbi	18
Manuel Correia de Andrade	
Canudos	20
José Romero Araújo Cardoso	

2

Notas sobre a vocação marítima de Pernambuco	23
Fernando da Cruz Gouvêa	
O Antigo Regime	33
Alexandra Wilhelmsen	
"Peregrinações pelo Velho Mundo", último livro de Alves Mota Sorinho	44
Antônio de Sousa Araújo	
A poesia carcamana de Juó Bananere	48
Mário Pires	
Publicações científicas em medicina: perspectiva histórica	51
Geraldina Porto Witter	
De uma pasta de velhos recortes	
"O dever do homem é trabalhar": a situação da agricultura em São Paulo em fins do século XIX	54
F. D. Daffert	
Memória Campineira	
De Vila (1797) a Metrópole (1997)	58
Benedito Barbosa Pupo	
Textos (sugestões para seminários)	
Normas para o início do Maranhão (La Ravardière)	71
O poder temporal da Igreja (doação de Carlos Magno)	72
Vultos da Historiografia Brasileira	
Francisco Adolfo de Varnhagen	74
Seleta	
Final do domínio holandês	83
F. A. Varnhagen	
Rabiscos de um escrevinhador	
Tema para um 15 de novembro	94
Uma introdução à História do Maranhão	96
Pequena divagação geo-histórica	97
Mais um pouco de geo-história	98

TRINTA ANOS!

Odilon Nogueira de MATOS

Com o presente número entra nossa revista em seu trigésimo ano de publicação ininterrupta. Trinta anos e cento e sessenta e oito números publicados! O evento parece-nos deveras significativo e queremos aproveitá-lo para testemunhar nosso sincero agradecimento a todos os que, nessas três décadas, contribuíram para tornar possível a realização de nosso empreendimento. Em primeiro lugar, obviamente, à Reitoria de nossa Universidade, que, ao longo de tão extenso período jamais deixou de patrociná-lo e mantê-lo. Praticamente, desde o número inicial, conforme documentamos com a correspondência trocada com a alta administração da Universidade, naquele já longínquo mês de abril de 1969, e que adiante transcrevemos.

Estendemos os agradecimentos aos nossos colaboradores, quase que de todas as unidades da Federação, sem os quais não teríamos condições de alimentar a publicação numa periodicidade absolutamente regular, trimestral agora, mas que chegou a ser mensal em seus primeiros números. Agradecemos igualmente às numerosas entidades culturais de todo o Brasil e da mais variada natureza - universidades, faculdades, bibliotecas, academias, instituições dedicadas a estudos históricos, centros de pesquisas - enfim todas aquelas que têm acolhido com carinho e simpatia nossa publicação, não só dando-lhe guarida em suas bibliotecas como permutando com ela livros e periódicos, sempre de muito valor.

E aos numerosos assinantes que nos têm prestigiado com o seu interesse, contribuindo para a penetração da revista nos mais longínquos recantos do país. A todos, pessoas e instituições, nosso "muito obrigado".

Uma referência especial - parece-nos justa - aos preclaros colegas Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, João Ribeiro Júnior (antigos professores da Casa) e Duilio Battistoni Filho (titular do Instituto de Artes e Comunicações), os quais constituem os mais assíduos colaboradores de nossa publicação. De Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, editamos dois livros, que figuram entre os

títulos mais significativos de nossa série de "números especiais", aos quais, adiante, faremos referência.

Um breve retrospecto histórico cremos não ser de todo inútil. É a NBH (sigla pela qual se tornou conhecida) a mais antiga publicação departamental de nossa Universidade (que conta atualmente com quinze periódicos de publicação regular e abrangendo os mais diversos setores) e surgiu numa época em que a Instituição contava apenas com uma publicação departamental - a "Notícia Geomorfológica" - criada pelo eminente geólogo Aziz Nacib Ab' Sáber, na época professor de nossa Casa. Dificuldades várias e, entre elas, a não existência, na ocasião, de uma cadeira ou curso que ministrasse a matéria que constituía o objeto principal da publicação (dada sua alta especialidade), justificaram sua supressão após vários anos de circulação e de acentuada penetração, inclusive no exterior. Daí, nossa NBH passar a ser a única - e o foi por muitos anos - revista de nossa Universidade.

Tínhamos já dez anos de Casa (desde março de 1958) quando a idealizamos. Surgiu da necessidade sentida ao longo de muitos anos de ensino de História de sanar algumas lacunas que nos pareciam sensíveis: 1) a falta de informações bibliográficas nas áreas que pudessem interessar aos estudos históricos; 2) a falta de textos adequados para os trabalhos de seminário, imprescindíveis num curso superior de História; e 3) a falta de informações que permitissem a professores e estudantes um conhecimento da produção histórica brasileira em diversas épocas.

Durante algum tempo, nossa revista atendeu apenas a essa triplice finalidade. Com a seqüência e a experiência de vários números, novas preocupações foram surgindo, ditadas, umas pela nossa própria vivência, outras por sugestões dos leitores. Daí, as diversas mudanças em sua estrutura, sempre acompanhadas com interesse e simpatia pelos nossos amigos. As secções "Textos" e "Vultos da historiografia brasileira" permanecem desde o número inicial, e obviamente, também a parte de colaboração que felizmente nunca nos faltou. Atualmente, é esta sua estrutura:

1. **Artigos**, seção que ocupa mais da metade dos números e para a qual, como já foi dito, temos recebido freqüente demanda das mais diversas regiões do Brasil, o que dá à publicação um caráter por assim dizer "nacional".

2. **De uma pasta de velhos recortes**. É a mais nova das nossas secções, apenas a partir do nº 155. Destina-se, como o nome diz, a reproduzir trabalhos de interesse para os estudos históricos, publicados originalmente em jornais bem antigos, de acesso quase impossível ao leitor comum, mas constantes de nossa seleção de recortes reunida ao longo de muitos anos.

Pretendíamos denominar esta seção "Vale a pena ler de novo". Mas, poderíamos ser acusados de plágio de um conhecido programa de televisão que, com frase semelhante, justifica a "reprise" de antigas novelas... Assim, denominamo-la simplesmente "De uma pasta de velhos recortes". Mas, na realidade, são páginas que vale a pena serem lidas de novo...

3. Memória Campineira. Esta seção, que passou a ser publicada a partir do nº 90, decorreu de uma propensão natural. Entendemos que uma publicação histórica editada em Campinas (ou em qualquer outra cidade, se fosse o caso) falharia à sua finalidade se não cuidasse também da história local. No nosso caso, convém registrar que três números "especiais" (adiante mencionados), foram consagrados inteiramente à história campineira.

4. Textos. Já foi dito que a divulgação de textos de interesse para os estudos históricos foi um dos estímulos que nos levaram à criação da revista. E em todos os números (fora, naturalmente, alguns especiais), sempre são oferecidos, criteriosamente escolhidos, dois textos, um de interesse para a história do Brasil e outro de interesse para a história geral. E além dos números comuns, alguns "especiais" foram inteiramente dedicados à divulgação de textos alusivos a determinados episódios ou períodos de nossa história.

5. Vultos da historiografia brasileira. Outra seção que vem desde o número inicial. Mais de 150 vultos da historiografia brasileira já foram apresentados, em forma de pequenas biografias, com apreciação de suas obras. A partir do nº 105, esta seção passou a ser complementada com uma "seleta" (no início denominada "transcrição") constante de um excerto do autor em tela que permita conhecer seu estilo e sua maneira de tratar a história.

7. Rabiscos de um escrevinhador. Esta seção, que começou a aparecer em o nº 95, reproduz alguns dos artigos que o responsável pela "Notícia" publica semanalmente na imprensa. Surgiu a pedido de leitores. Naturalmente, apenas são transcritos os artigos de maior interesse para os estudos históricos, os quais, de outra maneira, ficariam restritos aos jornais, em geral de circulação pequena, sem divulgação, portanto, entre pessoas eventualmente interessadas, de outras cidades ou Estados.

Idealizada a NBH, tratamos de lançá-la o mais depressa possível, o que ocorreu no mês de março de 1969. Impressa de maneira bastante simples, em "off-set", muito longe do verdadeiro primor gráfico que a caracteriza atualmente. Ato contínuo, mesmo antes de ser distribuída aos estudantes, encaminhamos um exemplar ao M. Reitor, Dr. Benedito José Barreto Fonseca, capeado com uma carta nos seguintes termos:

"Tenho o prazer de encaminhar a Vossa Magnificência o primeiro número de NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA, publicação que pretende ser mensal, destinada a orientar os nossos alunos na bibliografia de interesse para seus estudos e, ainda, sugerir textos para os trabalhos de seminário nas diversas cadeiras que compõem o Departamento de História.

Devo comunicar a Vossa Magnificência que esta publicação, de minha exclusiva responsabilidade, não implicará em despesa alguma para a Universidade - pois feita inteiramente a minhas expensas - e será distribuída gratuitamente aos nossos estudantes. Se associao a ela o Departamento de História é tão somente para que se conheça, em outros lugares, o trabalho que nele se realiza, o qual, no mais das vezes, é ignorado dentro da própria Universidade".

Datado de 10 de abril de (1969), no mesmo dia recebi manifestação da Reitoria, em carta assinada pelo então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Professor Francisco Ribeiro Sampaio:

"Recebi em boa hora o boletim o "Notícia Bibliográfica e Histórica", do seu curso de História, o qual honra sobremodo a cadeira que V. Senhoria tão bem lê em nossa Faculdade, e reverte em lustre das atividades culturais de nossa casa. É por isso que, junto ao Magnífico Reitor, encareci a vantagem que teremos em encampar financeiramente a realização de V. S. e dele obtive, ainda hoje, anuência ao meu pedido.

Deste modo pode e deve V. S. continuar com a publicação desse boletim, já agora sob os auspícios da Universidade que dele muito se logrará para seu renome.

Fazendo votos que, à imitação dessa atividade tão proficua à cultura do seu Departamento, os demais também se dêem a trabalhos desse gênero, apresento, etc."

A carta supra, vale, como dissemos, por uma como que certidão de nascimento de nossa publicação.

Duas realizações importantes podem a nosso ver ser creditadas à NBH: a recensão integral, título portítulo, da Coleção "Brasiliiana", da Companhia Editora Nacional, inegavelmente a mais vasta e variada coleção de estudos brasileiros já editada no país, num total de 414 volumes. Essa tarefa consumiu nada menos que dez anos, ao longo de mais de oitenta números de nossa publicação. Essa matéria, revista, veio a constituir dois volumes especiais, publicados em 1994, com o título **O Brasil na "Brasiliiana"**.

Era nossa intenção, quando planejamos a recensão da "Brasíliana", fazer o mesmo com outras valiosas coleções de estudos brasileiros - e era rara a editora que não tivesse alguma -, como, entre outras, a "Documentos Brasileiros", a "Corpo e Alma do Brasil", "Memória Brasileira", "Reconquista do Brasil", "Temas brasileiros". Mas, não tivemos condições de o fazer. Daí, termos ficado "apenas" na "Brasíliana"...

Outra realização da NBH que nos parece merecedora de registro é a série de "números especiais", até agora com 26 títulos e publicados ao ensejo de ocorrências significativas, abrangendo variadíssima matéria, inclusive a reedição de obras raras e mesmo algumas originais que nos pareceram dignas de divulgação. Entre esses números especiais julgamos de interesse mencionar os quatro (25, 46, 69 e 80) elaborados a propósito de reuniões da ANPUH (Associação Nacional dos Professores Universitários de História) realizadas em Goiânia, Belo Horizonte, Aracaju e Florianópolis e preenchido todos com matéria alusiva aos respectivos Estados, Ou, também os três números dedicados à evocação do passado campineiro.

O arrolamento completo desses "números especiais" dirá melhor do que qualquer outra coisa:

Nº 16 (1970) **O manifesto republicano de 1870** (em comemoração ao centenário da fundação do Partido Republicano no Brasil).

Nº 25 (1971) **Alguns textos de interesse para a História de Goiás** (dedicado ao VI Simpósio da ANPUH, Goiânia)

Nº 40 (1972) **Pequeno textuário da Independência** (comemorativo do sesquicentenário da Independência do Brasil)

Nº 46 (1973) **As cidades mineiras vistas por alguns viajantes estrangeiros do século XIX** (dedicado ao VII Simpósio da ANPUH, Belo Horizonte).

Nº 59 (1974) **O passado de Campinas através de textos** (comemorativo do bicentenário de Campinas).

Nº 69 (1975) **Páginas da historiografia sergipana** (dedicado ao VIII Simpósio da ANPUH, Aracaju).

Nº 80 (1977) **Páginas catarinenses** (dedicado ao IX Simpósio da ANPUH, Florianópolis).

Nº 87 (1978) **General Raul Silveira de Mello** (homenagem ao ilustre militar e historiador, grande amigo da NBH)

Nº 94 (1979) **Eurípedes Simões de Paula** (homenagem ao eminente professor e historiador e grande amigo de nossa Universidade, a propósito de seu falecimento).

Nº 100 (1980) **Notícias de São Paulo** (reedição com prefácio e notas do livro **Non ducor, duco**, de Afonso de Taunay, publicado originalmente em 1924). Esta publicação teve o caráter comemorativo do centésimo número da NBH.

Nº 107 (1982) **A Revolução Constitucionalista de 1932** (comemorativo do cinquentenário da "guerra cívica paulista")

Nº 113 (1984) **Uma tentativa de devolução** (monografia de mestrado do Professor Ersio Lénsi).

Nº 117 (1985) **Um pouco da História de Campinas**, de Odilon Nogueira de Matos e Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci.

Nº 123 (1986) **Carlos Gomes e sua obra** (comemorativo do sesquicentenário do nascimento do compositor campineiro).

Nº 125 (1987) **Ação e pensamento em Silva Jardim**, de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci.

Nº 133 (1989) **Duas palavras sobre a filosofia positiva e o espiritualismo**, de Lycurgo de Castro Santos (reedição de obra publicada originalmente em 1888).

Nºs 135/136 (1989) **Publicação comemorativa do centenário da República no Brasil**. Primeiro fascículo: estudos sobre o período republicano; segundo fascículo uma **Pequena antologia republicana**.

Nº 137 (1990) **Uma colônia no Brasil**, de Madame van Langendonck (primeira edição brasileira do livro publicado em Antuérpia, em 1862, **Une colonie au Brésil**),

Nºs 149/150 (1993) **O Visconde de Taunay no seu sesquicentenário**

Nº 145 (1992) Reedição de **Uma viagem a São Paulo no verão de 1813** do viajante sueco Gustavo Beyer.

Nºs 153/154 (1994) **O Brasil na "Brasiliana"**

Nº 157 (1995) **A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca**, de Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci.

Nº 164 (1997) **Páginas campineiras** (comemorativo do bicentenário da criação do município de Campinas).

TÃO BOM COMO TÃO BOM (...): CAMINHO DE UM PRÍNCIPE DO POVO NO RIO DE JANEIRO

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Trabalho sistemático e objetivo da ordem de *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo*, do historiador Eduardo Silva, é que nossa historiografia está necessitando cada vez mais. Recuperando o cotidiano do Rio de Janeiro, à época dessa figura esquecida e assaz peculiar, demonstra o significado e importância de estudos do gênero à captura de uma mentalidade coletiva e do próprio passado nacional.

A ambientação histórica e cultural apresentada pelo A. ao vasculhar os inúmeros e populosos bairros negros do Rio, perscrutando, a partir da Guerra do Paraguai a vida urbana da chamada *África Pequena*, reduto de Dom Obá II, nos oferece uma clara visão do negro livre na sociedade escravista de meados para final do século XIX.

Utilizando de fontes várias, bibliografia de primeira ordem, além de depoimentos, iconografia e os mais notórios periódicos para o período em questão, Eduardo Silva pontua momentos significativos desse singular personagem, que, como se refere à p. 11 de seu livro - "representa um insuspeitado elo entre as elites dominantes de então e a massa brasileira que emergia da desagregação da sociedade tradicional".

Sendo Dom Obá II filho de africano forro, tanto esse *Príncipe* como seus *súditos*, viveram processos culturais complexos, que foram captados pelo A, de forma científica, concisa, com linguagem instigante e clara, ao apontar, por exemplo, como a campanha do Paraguai colocou as classes sociais do país em amplo contato, e que, após o término do conflito, o Império Brasileiro jamais teria sido o mesmo. De igual maneira o Príncipe Dom Obá II d'África - Cândido da Fonseca Galvão - não seria mais como dantes, passando a ser visto como um negro resmungão, excêntrico, amalucado...

Significativo é também todo o pano de fundo feito pelo A - sobre a imigração nesse período, abordando a atuação, entre outros, de Von Koseritz que não via o Príncipe d'África com bons olhos, mesmo porque não o achava devidamente equilibrado além de inoportuno, pois, era sempre o primeiro a chegar para *obeija-mão* do Imperador. Aliás é bom lembrar que esse Príncipe do Povo sempre esteve ao lado de Pedro II, do Império, das idéias conservadoras, na tentativa de melhorar a situação do negro (assim imaginava...) e a sua própria subsistência...

Não menos importante é a análise feita por Eduardo Silva sobre o conjunto de símbolos ocidentais e iorubas observados no "retrato oficial" do Príncipe que, como enfatiza à p. 171 "... já não parece fácil distinguir traços culturais isolados. Também aqui, como vimos em seu discurso escrito, não parecem existir resquícios africanos, de um lado, e influência ocidental, de outro, mas um complexo cultural próprio, fruto do processo histórico brasileiro".

Após a Abolição a *África Pequena* frente a nova situação apresentou e sentiu vários desafios, uma vez que não mais se apresentaram as possibilidades de outrora como as das velhas fidelidades políticas e nem mesmo para príncipes do povo...

Mas a sorte (?) o livrou de maiores desilusões: logo após a proclamação da República, esse negro forte que se trajava de fraque, cartola e luvas, bengala e guarda-chuva, além de ostentar sempre seu *pince-nez* de ouro com lentes azuis, aquele que sempre chegava primeiro às audiências públicas concedidas por D. Pedro II, veio a falecer, na mais extremada miséria, o que aliás não diferiu muito da vida que levou, já que sempre recebeu pacato soldo de seus súditos e pelo seu labutar durante a contenda no Paraguai.

O trabalho de Eduardo Silva incita e propõe novas investigações à cultura popular, exercitando à nível de Brasil o que vários outros historiadores estrangeiros já o fizeram (só para lembrar- Ginzburg). Procurou, nesse belo estudo, esquadriñar práticas culturais relegadas pela historiografia tradicional, numa aproximação com a "antropologia simbólica", com extrema habilidade, erudição e sutileza impar ao se deslocar do universo pessoal para o global, mesmo porque, toda a experiência do Príncipe Dom Obá II não foi abordada fora do quadro social e cultural que o engendrou, o que nos permitiu de maneira clara observar o arguto senso de interpretação do A .

Eis aqui um livro que tem tudo para atrair tanto a sociólogos, quanto historiadores da cultura, antropólogos e folcloristas, por suas análises e informações detalhadas de um momento da história nacional, que de fato merecia receber outra abordagem, outro olhar, como tantos outros aspectos do processo histórico brasileiro.

OTARÔ: OBRA PRIMA DO PENSAMENTO ANALÓGICO

João RIBEIRO JÚNIOR

Henri-René d'Allemagne, um dos melhores especialistas do assunto, afirma em sua obra **Les Cartes à Jouer du XIV^e au XX^e Siècle** (Paris, Hachette, 1906, p. 19) que "o jogo do Tarô é apenas uma aliança do jogo de **Naibis** com o jogo de cartas numéricas."

A arte de deitar as cartas para adivinhação (Cartomancia), é uma forma degenerada do Tarô. Acredita-se que as cartas foram inventadas para distrair o rei Carlos VI (1422-1461), de França, cognominado o Bem-Amado, e depois, o Louco. Porém, sabe-se que Afonso XI (1312-1350), de Castela, já as havia proibido, em 1232. Não se encontra, contudo, referência anterior, nem no Egito, nem na Grécia, nem em Roma, e muito menos na Alta Idade Média, como querem alguns autores.

Na Itália, no século XIV, apareceram jogos de 50 cartas, chamados **Naibis** (naipes), para a instrução das crianças, cujas imagens representavam os estados da vida: o Papa, o Imperador, o Artesão, o Mendigo, as nove musas, as seis virtudes teologais, os sete planetas, etc. Mais tarde, para uso da Cartomancia, empregou-se apenas 32 cartas, em que as figuras só têm uma cabeça; daí a expressão "invertida", no caso e a cabeça estar voltada para baixo. Isoladamente, uma carta não tem qualquer significado, porquanto cada uma integra um conjunto, dependendo a sua interpretação da carta ou cartas que a precedem.

A Tarô, portanto, não nasceu como queriam (e ainda querem) os ocultistas e tradicionalistas, de um texto sagrado atribuído a Enoch, "o sétimo mestre do mundo após Adão", e que os seus 22 arcanos maiores, correspondentes às 22 letras do alfabeto hebraico, representam os 13 dogmas, mais as 9 crenças autorizadas pela religião hebraica.

Outra fabulação é a sua origem no **Livro de Toth** (Hermes Trismegistos), considerado o pai e o inventor dos hieróglifos e das artes praticadas no Egito. Esta obra, alegam os ocultistas, foi composta "no ano 1828 da Criação, 171 anos depois do Dilúvio", quando, na realidade, segundo os especialistas da antiguidade egípcia, ela foi escrita entre os anos 100 e 300 d. C., provavelmente por um autor grego eclético - pitagórico, heracliteano, platônico - com elementos fornecidos pelos sacerdotes egípcios. Ou mesmo, a lenda da **Bíblia dos Boêmios** (Tarô Boêmio), a qual precedia o Antigo Testamento. Os boêmios (ciganos que se estabeleceram na Boêmia, Tchecoslováquia, por volta de 1398 e, cujo nomadismo pela Europa começou no século XIV), quando foram perseguidos pela Inquisição, no século XVI, jamais confessaram que usassem cartas para a adivinhação, mesmo sob tortura, segundo os documentos da época. Hoje está comprovado, apesar dos excessos imaginativos de certos autores, que os ciganos não inventaram as cartas, muito menos o Tarô. Talvez, eles tenham sido os primeiros a descobrir as possibilidades da Cartomancia, para efeitos mercantis.

Com efeito, o Tarô, que apresenta uma iconografia dos sécs. XIV e XV, misturada a símbolos cristãos, é originado da Itália, sendo que o mais antigo é o de Veneza. Mas há, também, um Tarô alemão; um de Pádua; o de Etteila (João Francisco Alliette, aliás Etteila - 1738-1791), que codificou a arte de deitar o Tarô, sem exemplo antes dele, e de fazer a **Paciência**; há o de Vergnano (séc. XVI); o de Noblet (séc. XVII); o de Vievil (séc. XVIII); e o mais famoso, o de Marselha, reeditado por Nicole Conver, no século XVIII.

O Tarô é um jogo de 78 figuras, das quais 22 são arcanos (numa definição geral, "**arcano**" se aplica a tudo aquilo que não se compreende por ser misterioso demais. Paracelso atribui o tempo aos alquimistas, que definiam assim um aspecto da eternidade do conhecimento não acessível à mente humana, aludindo, talvez, à matéria primordial) maiores, todas com número, excetuando-se a do **Louco**: o Prestigitador, a Sacerdotisa, a Imperatriz, o Imperador, o Pontífice, o Enamorado, o Carro, a Justiça, o Ermitão, a Roda do Destino, a Força, o Enforcado, a Morte, a Temperança, o Diabo, a Torre, as Estrelas, a Lua, o Sol, o Juízo, o Mundo, o Louco (a esta carta, costuma-se atribuir o valor de arcano O ou 22, conforme a necessidade). O arcano **Morte**, na realidade não tem nome, apesar de representar um esqueleto com a foice (Para alguns autores, seria um simples reflexo iconográfico de uma transição agrícola: a passagem do alfanje, de cabo curto, para a foice, que permite realizar a ceifa com maior comodidade; para outros, representação simbólica imitada das mais célebres das danças macabras pintadas, como a que recobria as paredes do claustro do Cemitério dos Inocentes, em Paris, por volta de 1424).

o conjunto; em baixo, as possibilidades; à direita, as relações com outrem; à esquerda, o destino pessoal.

De um simples jogo de imagens educativas, ou mesmo de simbologia erótica (as 4 figuras: rei, dama, valete e cavaleiro, seria o eterno triângulo com o indefectível coringa para ajudar o cavaleiro; no baralho francês, elimina-se este intermediário ou o cavaleiro, deixando claro o triângulo amoroso), o Tarô adquiriu valor divinatório, que não tinha quando apareceu.

E assim hoje, por mais que os exaltados cultores deste gênero de adivinhação afirmem, categoricamente, que o Tarô contém todo o ocultismo e é a projeção do inconsciente coletivo, no sentido dado pelo psicólogo Jung, ou seja, a ilustração de símbolos acumulados inconscientemente através das épocas por diferentes povos; a única coisa real, que não se pode negar, é que o Tarô é uma das obras primas do pensamento analógico.

Como disse Montaigne (**Ensaios**. Porto Alegre: Globo, 1961. vol. 1, p. 126): "os meios de adivinhação (...) são testemunhos irrecusáveis da desesperada curiosidade que está em nós e faz que percamos nosso tempo em nos preocuparmos com as coisas futuras, como se não nos bastasse digerir as coisas presentes".

UM FOTÓGRAFO BRASILEIRO DO SEGUNDO REINADO

Duílio BATTISTONI FILHO

Apesar das intensas discussões no meio acadêmico se a fotografia é uma arte ou não, o importante é que ela é sempre festejada e bajulada a ponto de ter uma enorme penetração no mercado.

Susan Sontag no seu belo livro "Ensaio sobre a Fotografia" nos diz que "coleccionar fotografias é coleccionar o mundo". Tanto é verdade que enquanto filmes e programas de televisão ilustram as telas, tremulam e se apagam, a fotografia fixa a imagem e o objeto, representando um peso-leve, fácil de carregar, acumular e guardar. Ela abarrota o mundo e constitui a prova irrefutável de que certo evento aconteceu.

O primeiro grande estudo sério sobre a fotografia no Brasil apareceu em 1946, no nº 10 da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este trabalho, reimpresso em 1953, sob a forma de separata, chamava-se significativamente "A Fotografia no Brasil e um dos seus mais dedicados servidores: Marc Ferrez (1843-1923) de autoria de Gilberto Ferrez, aliás seu neto. É preciso acentuar que nova edição, revista e ampliada foi feita pelas fundações Pro-Memória e Funarte, em 1985.

Perlustrando a história da fotografia no Brasil podemos dizer que o Brasil teve o privilégio de ser um dos primeiros países do mundo a conhecer a daguerreotipia, em 1840, quando o abade Combes fotografou o Largo do Paço no Rio de Janeiro, causando grande admiração na sociedade de então. Já na exposição da Academia Imperial de Belas Artes de 1842, a terceira realizada no país, encontramos entre os expositores a sra Hippolyte Lavenue, a primeira mulher fotógrafa do Brasil, e uma das primeiras pessoas a levar a fotografia aos salões de arte.

A introdução da fotografia no Brasil foi encarada com entusiasmo pelo imperador D. Pedro II. Entusiasmo que o levou, por exemplo, a ser o

primeiro monarca a conferir honrarias a fotógrafos, no caso Buvelot & Prat, que tiveram a permissão de usar as armas imperiais desde março de 1851.

Gilberto Ferrez analisa em seu livro a grande contribuição dos pioneiros da fotografia brasileira, dentre eles, Hércules Florence, com suas experiências em Campinas, São Paulo, na época chamada São Carlos e de Victor Frond, cujas fotografias foram estampadas por Charles Ribeyrolles, no seu livro "Brasil Pitoresco".

Entretanto, o mais importante foi indubitavelmente o carioca Marc Ferrez, cuja atuação marcou todo o final do século XIX. Tanto é verdade que ele é o único fotógrafo brasileiro deste século a ter o seu trabalho incluído no monumental livro "A World History of Photography", de Naomi Roseblum, cujo grande mérito é o de abrir espaço para países como o nosso, geralmente marginalizados na história da fotografia por um etnocentrismo que concentra todas as realizações importantes na Europa e Estados Unidos, como se o resto do mundo servisse apenas como tema para fotógrafos, sendo incapaz de gerar produção própria de algum valor.

Marc Ferrez deve seu aprendizado fotográfico graças à convivência com o fotógrafo alemão, Franz Keller, que tinha vindo ao Brasil trabalhar na Casa Leuzinger no Rio de Janeiro, a qual mantinha uma seção de fotografia. Ferrez foi o mais eficaz cronista do Brasil na segunda metade do oitocentos. Ganhou o respeito da família real brasileira a ponto de ter sido nomeado professor de fotografia da princesa Isabel, a Redentora. Na verdade ele fotografou tudo que havia de interessante no Brasil entre 1870 a 1910 - igrejas, monumentos, estradas de ferro, fazendas, cidades, rios e portos. Acompanhou expedições geológicas pelos sertões do Brasil, como aquela chefiada por Charles Frederick Hart, em 1875, chegando a fotografar pela primeira vez os índios Botucudos. Também registrou o progresso das linhas de navegação. D. Pedro II, sempre sensível ao talento de nossos fotógrafos, proclamou-o "fotógrafo oficial da Marinha Imperial", atribuindo-lhe mais tarde o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa, principal mas não a única honraria que recebeu pela extraordinária qualidade de seu trabalho. Certa ocasião o próprio imperador ao homenagear o presidente do Uruguai, em 1875, quando de sua visita ao Brasil, resolveu presentear-lo com um álbum de vistas do Brasil de autoria de Ferrez.

Dentre os seus inúmeros prêmios devemos destacar os de Filadélfia (1876), Paris (1878) e em 1879 a medalha de ouro na Exposição Geral da Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro.

Apesar de ser extremamente simples e afável com as pessoas era muito severo com seus auxiliares ao exigir deles muito empenho e dedicação. Roquette Pinto no seu livro " Ensaio Brasileiro" comenta que ele " foi um hábil conselheiro dos amadores da fotografia , pouco numerosos no começo do século".

Enfim, o livro de Gilberto Ferrez é um dos marcos da história da fotografia no Brasil que se lê com grande prazer e encanto.

OLEGADO DO ZUMBI

Manuel Correia de ANDRADE

No dia 20 de novembro, do ano passado, comemorou-se o terceiro centenário da morte do Zumbi dos Palmares, do herói negro que liderou o maior e mais duradouro quilombo da história do Brasil, já no período final de uma luta que durou quase um século. Na verdade, toda a história da escravidão no Brasil foi uma história de lutas e de resistência da maioria dos escravos de origem africana contra a imposição da escravidão. Ela deu origem a várias formas de resistência, ora com a fuga de negros, isolados ou em pequenos grupos, para as matas próximas aos engenhos ou às cidades, ora por uma reação imediata e violenta a qualquer desafio, com o assassinato de senhores de engenho e de feitores, ora com a organização de grandes quilombos, como o de Palmares, no século XVIII, em Alagoas e Pernambuco, o de Catucá, nas proximidades do Recife, e um outro, o liderado pelo escravo Cosme, no Maranhão.

Os estudos sobre a resistência negra contra a escravidão vêm sendo feitos por cientistas sociais e historiadores, enfocando aspectos os mais variados; dentre estes estudos, podem ser salientados os de Edson Carneiro, Clovis Moura, Décio Freitas e de outros, mas voltados sobretudo para o grande quilombo da serra da Barriga. Daí a importância da análise e da reflexão sobre o grande acontecimento.

O "estado" palmarino chegou a reunir milhares de negros e expandiu o seu domínio por um amplo território, tendo atravessado períodos de luta intensa contra os senhores brancos e o Governo colonial e períodos de relativa calma em que, inclusive, mantinham relações comerciais, sobretudo com as populações que viviam nas áreas próximas e que temiam desagradá-los. Eles tiveram entre os seus chefes, guerreiros como o Ganga Zunga e Zumbi e os seus administradores, organizando-se socialmente baseados no modelo africano que era conhecido pelos escravos que haviam sido importados do continente negro. Na análise do acontecimento há muitas interpretações

equilibradas e verdadeiramente científicas, mas há também muita imaginação e romance. Assim, não se pode admitir que em Palmares existisse uma república e que se cultuasse a liberdade. Os negros que lá viviam adotavam a escravidão, mantendo como cativos os escravos que eram arrebatados dos engenhos e como livres aqueles que haviam fugido para participar da luta.

A figura do Zumbi, identificada com o seu povo e com o meio em que vivia, notabilizou-se e conquistou um lugar proeminente na história; porque, ao terem as palmarinos sido derrotados e aceito uma paz humilhante frente ao Governo colonial, com a capitulação de Ganga-Zunga, a ala mais radical resolveu continuar a luta sob a liderança do jovem guerreiro Zumbi, e enfrentar forças bem mais poderosas do que aquelas de que dispunha. A determinação da luta o fez manter a guerra por longo período, conservando em poder dos negros o "mocambo" do Macaco e defendendo-o enquanto foi possível. Em seguida à grande derrota, o Zumbi retirou-se para as matas, com um grupo de fiéis, e ainda lutou até ser atingido e morto em uma emboscada, traído por um dos seus companheiros.

Após a sua morte, teve a sua cabeça exposta no Recife a fim de servir de exemplo a todos aqueles que tivessem a pretensão de enfrentar o Governo do rei de Portugal e o poder dos ricos senhores de engenho e fazendeiros.

Dai a coexistência, em uma mesma figura, do herói e guerreiro negro e do mito que é cultuado como um símbolo da resistência de sua raça e ser considerado como um legado da mesma em busca da cidadania.

CANUDOS

José Romero Araújo CARDOSO

A passagem da monarquia à república representou tão somente uma mudança de sistema de governo, preservando integralmente os contrastes estruturais herdados do antigo regime. O status quo manteve-se inalterado, onde o monopólio da terra e a base agroexportadora da economia brasileira constituíam-se, como no passado na essência do modelo de acumulação definido desde os primórdios da colonização.

A abolição da escravatura não representou solução de problemas sociais, e sim recrudescimento dos mesmos. A rígida e conservadora legislação pertinente ao acesso à terra, inviabilizou qualquer tentativa de enfatizar-se a justiça social no campo. Garantia-se dessa forma a perpetuação dos privilégios de uma minoria, cujos interesses eram referendados pelo Estado Monárquico e institucionalizado de forma mais explícita pela segunda fase da República, quando da adoção da "política dos Governadores", verdadeiro pacto de apoio mútuo entre governos Federal, Estadual e oligarquias locais.

A oposição à República ficou patenteada através das revoltas promovidas pela Marinha reduto aristocrático de monarquistas em sua alta oficialidade, bem como através da mobilização do caudilhismo no Brasil Meridional, na denominada Revolução Federalista. A idéia de que a contra-ofensiva do regime deposto ameaçava a República deu margem ao recrudescimento do autoritarismo dos militares, quando do afastamento do Marechal Deodoro da Fonseca e indisposição do seu vice-presidente Floriano Peixoto, em respeitar a Constituição de 1891 e convocar novas eleições.

Não eram poucas as pessoas que no final do século XIX reclamavam com insistências a "heresia" cometida pelo sistema instaurado em 1889. Sua Majestade, segundo a mentalidade de época no Brasil Republicano, tinha sido eleito por Deus para governar. A deposição significava provavelmente, sinal de que profecias apocalípticas se cumpriam em breve. Daí a necessidade de se construir o "paraíso terrestre" para esperar o retorno do messias.

Canudos representou o movimento messiânico brasileiro mais bem estruturado, onde foi construída uma sociedade alternativa radicalmente diferenciada das fronteiras que se estendiam além das serras que a circundam. O aldeamento do Belo Monte aglutinou ex-escravos, perseguidos, excluídos na opressão e na exploração sob a liderança carismática do beato Antônio Conselheiro, o qual por sua vez remanescia de conflitos interfamiliares com profundos vínculos com a própria estrutura sócio-econômica que impulsionou o surgimento do "arraial rebelde".

A insurgência do Conselheiro contra instituições republicanas, como a tributação aviltante, desvinculação do Estado com a Igreja, casamento civil e secularização dos cemitérios, imprimiram-lhe perante as autoridades de diversas instâncias o estigma de monarquista convicto. Exemplo dessa postura encontramos no relatório do Frei João Evangelista do Monte Marciano, quando da missão preparada pela Diocese da Bahia em 1895 e encabeçada pelo referido religioso.

Respeitando as restrições impostas pelo código moral Conselheirista, como a estrita proibição ao uso de bebidas alcóolicas, bem como acatando a absoluta devoção ao Bom Jesus Conselheiro, qualquer família egressa de distantes paragens era bem-vinda a Canudos. O uso do solo era compartilhado de forma a pensar que o seu líder tinha conhecimento de teóricos do socialismo utópico, eliminando-se antigas relações de trabalho dominantes no campo.

'A intolerância da elite hegemônica quanto à fuga de mão-de-obra das fazendas sertanejas logo aliou-se ao descontentamento das autoridades republicanas quanto àquele exemplo de construção coletiva da realidade no sertão baiano. O estopim ao início das hostilidades em sua forma plena aconteceu quando uma carga de madeira não entregue no prazo combinado ficou retida na cidade de Juazeiro da Bahia. A fraqueza do magistrado local, pedindo reforços urgentes a Salvador, deu ênfase para que se começasse a tramar a destruição do arraial "insurgente".

Foi preciso mobilizar o país inteiro, tanto do ponto de vista bélico quanto ideológico. A idéia de que mais uma vez os monarquistas cerravam fileiras para desestabilizar o regime transformou Canudos em alvo da fúria do jacobinismo republicano. O objetivo maior da comunidade de Canudos, levar uma vida melhor do que levavam à sombra dos coronéis de baração e cutelo, não foi percebido na época, nem posteriormente. Euclides da Cunha quando cobria o conflito como enviado do jornal O Estado de São Paulo fez uma importante denúncia literária, mas não soube interpretar a razão da galhardia com que se portavam os guerrilheiros do Belo Monte. A resposta, simples por sinal,

encontramos na defesa do que haviam conseguido com o trabalho coletivo de seus membros. Quando do malogro da 3ª expedição, comandada pelo famigerado Coronel Antônio Moreira César - o famoso corta-cabeças, o treme-terras das degolas sulistas -, soldados famintos adentravam os casebres de taipa em busca de comida em abundância, transformando-se em alvos fáceis das tocaias dos Conselheiristas.

Canudos não se rendeu. Foi aniquilado implacavelmente pelo ódio que lhe devotava vinte batalhões organizados em vários Estados do Brasil. Sua sociedade utópica e milenarista não pode resistir ao assédio da 4ª expedição, reforçada nos últimos dias de resistência com o dobro de soldados. O espetáculo macabro patrocinado com ícones da República da Espada talvez tenha determinado a ordem capital de não deixar pedras sobre pedras, onde mais de vinte mil pessoas sonharam em edificar a "Canãa sertaneja"

Custa a crer que passado um século da eliminação da original experiência campesina não se tenha revertido o quadro social do país. Continuamos com a mesma estrutura fundiária e os mesmos princípios que nortearam a ação repressora do Estado na destruição do arraial de Canudos. Exemplo dessa postura verificamos quando a questão agrária é tratada, assim como no passado, como um caso de polícia, eliminando-se trabalhadores que ousam lutar pela posse da terra. Na atual conjuntura, correlaciona-se os ideais do Conselheiro com os de todos que buscam horizontes onde a justiça social favoreça aos que historicamente tem os seus direitos negados em favor da dominação vigente cujas modificações atestam-se apenas no plano da modernidade, nunca do efetivo desenvolvimento da sociedade como um todo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- CUNHA, Euclides. **Os Sertões: Campanha de Canudos**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- GALVÃO, Valnice. **No Calor da Hora**. São Paulo: Ed. Ática, 1974.
- MUNIZ, Edmundo. **Canudos: A luta pela Terra** São Paulo: Global 1988.
- NOGUEIRA, Ataliba. **Antônio Conselheiro e Canudos**. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

NOTAS SOBRE A VOCAÇÃO MARÍTIMA DE PERNAMBUCO

Fernando da Cruz GOUVÊA

Peço licença aos presentes para abrir esta palestra de natureza necessariamente histórica, com uma curta passagem literária valendo-me da inspiração de um poeta que eu tive o privilégio de conhecer (e depois conviver) no seu pequeno apartamento cheio de livros, na rua Constante Ramos, em Copacabana. Refiro-me a Joaquim Cardoso, o grande calculista de Oscar Niemeyer, poeta de refinada sensibilidade que encontrava no mar, nos cajueiros, nas ladeiras e velhas igrejas de Olinda e também nas pontes, nos rios, nas alvarengas, no Cais do Apolo do Recife, temas de belas composições como aquela dedicada a antiga capital de Pernambuco colonial, da qual cito este fragmento:

"Olho as palmeiras do velho seminário o horto dos jesuítas
E neste mar distante e verde - Neste mar numeroso e longo
Ah! eu ainda vejo as caravelas.
Sábio silêncio do Observatório
quando à noite as estrelas passam sobre Olinda ".

De 1926, data o poema "Tarde no Recife", curioso testemunho do então jovem poeta que fazia ao mesmo tempo uma descrição de coisas para nós já desconhecidas e uma projeção sobre o futuro desta cidade. E como estamos aqui reunidos nesta hora crepuscular, vejamos o que dizia Joaquim Cardoso naquele ano distante:

"Tarde em Recife
da ponte Maurício o céu e a cidade
fachada verde do café Maxime
Cais do abacaxi, gameleiras

O telégrafo ótico/a voz colorida das bandeiras anuncia que vapores entraram no horizonte.

Tanta gente apressada tantas mulheres bonitas a tagarelice dos bandos e dos automóveis um camelô gritando - alerta! algazarra - 6 horas. Os sinos

Recife romântico dos crepúsculos das pontes dos longos crepúsculos que assistiram a passagem dos fidalgos holandeses.

Assistem agora o movimento das ruas tumultuosas que assistirão mais tarde a passagem dos aviões para as costas do Pacífico.

Recife romântico dos crepúsculos das pontes e da beleza católica do rio."

Para um historiador o Recife e Olinda poderiam parecer diferentes, mas aos olhos do poeta-engenheiro, as duas cidades têm uma paisagem comum, ambas se debruçam sobre o mar verde, salpicado de velas brancas das jangadas "penas destacadas das grandes asas da coragem, do sacrificio e também da necessidade humanas! como queria Joaquim Nabuco e mais remotamente das velas da esquadra do Almirante Long, que em janeiro de 1630 se apresentou diante do Recife, então pequena aldeia de pescadores e local de depósitos de açúcar, e que devido a resistência dos fortes, deslocou a frota para a praia de Pau Amarelo, onde operou o desembarque dos contingentes arregimentados pela Companhia das Índias Ocidentais para a conquista da colônia portuguesa, Pernambuco, a terra do açúcar e do pau-brasil.

Descoberto o Brasil, logo revelaram os ingleses interesse pela nova possessão portuguesa, afirma o professor José Antônio Gonsalves de Mello em "O comércio inglês com Pernambuco no século XVI: "Três exemplos." "Estudos universitários, vol. 12, nº2 (abril-junho, 1972), Editora da Universidade Federal de Pernambuco, Recife. A presença inglesa no nordeste do Brasil, mesmo a partir de 1570, quando o açúcar já crescera de importância econômica, não teve o vulto nem a importância do comércio hanseático e holandês. O mar andava infestado de franceses e ingleses, diria o jesuíta Fernão Cardim, aos poucos, a riqueza que o açúcar trazia para a Inglaterra, aumentaria o apetite dos comerciantes, e assim nove capitalistas de Londres organizaram uma sociedade e financiaram uma expedição para atuar a principal área produtora do mundo ocidental: Pernambuco. James Lancaster um nobre inglês foi escolhido para chefiar a expedição contra a capitania açucareira, isto pela sua larga experiência adquirida na viagem ao Oceano Índico, por sinal um fracasso em termos comerciais.

Na última noite de março de 1595, assinala Pereira da Costa,¹ os corsários apresentaram-se diante do Recife. "Três grandes navios holandeses, fundeados, fizeram receiar uma vigorosa resistência", diz José Bernardes Fernandes Gama², e Lancaster chegou a preparar uma ação de abordagem, mas os holandeses desviaram deixando livre a sua passagem. Os comandantes batavos fizeram um acordo com o inglês, que lhes ofereceu parte do saque a ser apurado, "e eles não duvidaram associar-se ao corsário aventureiro!", comentaria o referido cronista, sempre um patriota ardoroso.

Não teve a defesa local como resistir à força de desembarque e ao fogo de artilharia das 12 embarcações. "D. Filipe Moura, governador de Pernambuco, mandou ao meio-dia um parlamentar para saber o que a esquadra inglesa pretendia", conta Fernandes Gama, mas Lancaster respondeu que queria a carga de uma embarcação ali naufragada, "e que por força, ou por vontade a possuiria, como o mesmo governador em pouco tempo veria". De fato, logo ele ordenou um desembarque ao norte das fortificações que defendiam o porto. Religiosos, os ingleses invocavam o nome de Deus, comenta aquele cronista. "Deus nos protege", proclamaria Lancaster, deixando seus soldados animados, bem municados, disciplinados e com boa instrução militar, sob a proteção da esquadra ocuparam o Recife, cujos habitantes abandonaram a povoação, seus armazéns e refugiaram-se em Olinda. "Lancaster, depois da vitória, mostrou tanta prudência, quanto tinha sido o valor que durante a ação apresentara; os seus soldados não cometeram nenhuma desordem pública, nem roubo particular. Jamais piratas se portaram com tanta ordem e sangue frio", reconheceria Fernandes Gama.

Outra curiosa determinação de "Sir" James, foi a de evitar a negociação proposta pelos pernambucanos. O capitão inglês alegaria desconfianças face aos naturais da terra, "com quem convivi muito tempo. Quando não vencem com a espada, recorrem às astúcias, pois que não têm nem fé, nem fraqueza. E que ganharíamos em tratar com eles? Não possuímos já, com a ajuda de Céu, o que de climas tão remotos viemos procurar?" respondeu o inglês às embaixadas dos colonos. E mais: advertiu Lancaster ao governador que além de não aceitar proposição alguma, seria enforcado aquele que se achesse a se dirigir ao Recife para esse fim, fenecendo, então, as esperanças de negociação. Sua maior preocupação era então carregar os seus navios com os despojos capturados, e, é claro, repelir qualquer ataque da gente de Olinda, o que vinha acontecendo sem muitos riscos para os ingleses. Seu grande

(1) **Anais Pernambucanos**, Recife, 2ª edição, vol. 2, p. 69.

(2) **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**, reedição do Arquivo Público Estadual, Recife, 1977, vol. I, Capítulo 12, p. 142.

problema era a falta de carros para conduzir as mercadorias caídas em seu poder. Num entrevero conquistara 5 carros, e no dia seguinte, narra Fernandes Gama, ele viu entrar pela barra, "sem a menor desconfiança, vindo da Costa d'Africa, um navio português, com 40 homens de equipagem, e 60 escravos. Lancaster deu liberdade aos negros, e empregou os portugueses em puxar os carros, aliviando, por este insolente abuso da vitória, os seus soldados de tão rude trabalho.

Entrementes, os ingleses tiveram que repelir algumas tentativas dos pernambucanos para incendiar a esquadra, fazendo correr pela corrente, grandes canoas carregadas de matérias inflamáveis, risco seríssimo diante da pólvora existente nos barcos ocupantes do porto. Com grande habilidade, os ingleses por duas vezes desviaram tais embarcações em chamas, mas Lancaster compreendeu que era tempo de deixar o Recife. Havia, porém, que destruir uma plataforma construída pelos pernambucanos, com uma bateria que impossibilitaria a esquadra passar pela barra. Um Conselho reunido por Lancaster decidiu por um desembarque no istmo, o que foi feito com êxito, mas temerariamente atraídos pelos locais para um combate em campo aberto, sofreram os invasores uma derrota com muitas baixas, entre elas o próprio capitão Edmond Baker, comandante da operação militar, além de outros superiores.

Nessa mesma noite, aproveitando a maré, os invasores levantaram ferro, deixando o Recife saqueado por inteiro naqueles 34 dias de ocupação.

As 15 embarcações dos corsários levando "o saque mui grande, e de subido preço", rumaram para o Rio Grande do Norte, onde haviam planejado fazer aguada e reunir provisões, "encomendadas desde a Inglaterra, a duas pinças de Dieppe". Chegaram àquele ponto à noite, fundearam fora da barra e, caindo tempo, tresmalhou-se a esquadilha, rumando a maior parte dos navios diretamente para os seus portos de origem. "Somente Lancaster e quatro outras embarcações usufruíram do refresco do Pirangi, de onde rumaram para a Inglaterra, aportando a Blackwall. Os resultados financeiros da viagem foram excelentes, os lucros ultrapassando as cinquenta mil libras".

A presença inglesa na costa brasileira, particularmente em Pernambuco, nunca cessou ao longo de três séculos. Motivos diversos traziam os britânicos ao Recife, predominando o comércio, intensificado após a abertura dos portos à navegação estrangeira. Atraídos pelo país "exótico", também vieram ao Brasil cientistas como Charles Darwin, George Gardner, Bates, Burton, Mansfield, cronistas diversos que deixaram excelentes livros sobre a colônia portuguesa que se emancipava. Destaque especial merece Henry Koster, com o seu livro **Travels in Brazil**, tempos depois traduzido com

o título **Viagem ao Nordeste do Brasil**,³ em que ele narra sua vivência nesta região, particularmente Pernambuco, onde viveu de 1809 a 1820 (quando aqui faleceu), chegando a ser senhor-de-engenho em Itamaracá, abasileirando-se a ponto de terminar conhecido como "seu Henrique da Costa".

Em 1821 chegou a Pernambuco, na fragata "Doris", comandada pelo seu marido, capitão Thomas Graham, uma inglesa de educação apurada e que viajava como professora de literatura de uma turma de guardas-marinha, Maria Graham. Simpatizando com o povo e a sociedade de Pernambuco, da Bahia e Rio de Janeiro, Maria Graham é autora de um **Journal of a Voyage to Brazil**, traduzido em 1942 para o português com o título **Diário de uma Viagem ao Brasil**,⁴ uma das melhores obras escritas por ingleses sobre o país então em agitação autonomista. A capital da província sitiada pelos nacionalistas revoltados contra o governador português Luis do Rego. Numa permanência de vinte e poucos dias, respondendo sempre aos "Quem vem lá?" dos revoltosos, com a senha "amigos ingleses", que entre o povo não estavam muito estimados pois receiavam que eles tinham simpatia pelos portugueses, Maria Graham percorreu o Recife e arredores, contemplou os arrecifes que encantariam Darwin e ela consideraria uma das maravilhas do mundo. A viajante inglesa observou tudo, a sociedade, a gente do povo, conviveu com o governador e família, descreveu a junta revolucionária de Goiana.

Em agosto de 1824, ela visitaria novamente Pernambuco, mais uma vez revoltado agora sob domínio da Confederação do Equador e o Recife sitiado pelo seu patricio Lord Cochrane, a serviço do governo imperial. Grande amiga do Cochrane, ela atuou como intermediária nas negociações entre Manuel de Carvalho Pais de Andrade, presidente revolucionário, casado com uma inglesa e o comandante da esquadra legalista, atividade que ela anotaria minuciosamente, inclusive os contatos a bordo dos navios ancorados no Lamarão. Seria portadora da proclamação de Lord Cochrane, de bordo a nau **Pedro I**, aos insurgentes pernambucanos, tendo se esforçado em convencê-los a ceder, pois as forças legais eram superiores, e a resistência levaria à "derrota e miséria e um desperdício de vida humana". No dia 24 de agosto de 1824 teve Maria Graham, esperançosa a sua segunda entrevista com Manuel de Carvalho, que recebeu-a amavelmente, mas afirmaria que jamais cederia diante do poder central a não ser que a mesma Assembléia Constituinte fosse convocada de novo, não, porém, no Rio de Janeiro, mas em qualquer lugar fora do alcance dos regimentos imperiais. Pessoalmente ele estava resolvido a

(3) Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1942, Coleção "Brasiliana", vol. 221, 595p.

(4) Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1956, Coleção "Brasiliana" (Grande Formato), vol. 8, 403p.

tornar o Brasil livre ou morrer no campo da glória. Acrescentaria Maria Graham, que tomara a liberdade de contradizê-lo durante uma longa conversa, tendo Manuel de Carvalho declarado que se visse perdida a causa que encarnava, se poria nas mãos de Lord Cochrane e aí se julgaria seguro.

Conta Oliveira Lima, que "ao regressar para bordo procurou-a de novo Lord Cochrane a saber do resultado das suas entrevistas", tendo Maria Graham comunicado o ocorrido, mostrando as gazetas e proclamações nas quais Frei Caneca transbordava o seu ardor anti-dinástico.

Desenganado de chegar a uma solução pacífica, finaliza Oliveira Lima, o "Almirante e escritora jantaram juntos em frente ao Recife percorrido pelos troços maltrapilhos de Manuel de Carvalho, palestraram horas, recordaram a luta pela independência do Pacífico, em que ele fora ator e ela espectadora e cada um seguiu o seu rumo: Maria Graham foi para o Rio, atender um honroso convite: a Imperatriz desejava que ela fosse governante dos filhos, missão que exerceria por pouco tempo, devido as intrigas das damas portuguesas da côrte. Lord Cochrane dirigiu-se para a sua nau capitânia, a preparar-se para um ataque que desejaria poupar".

A **Royal Navy**, nunca deixaria de freqüentar o porto do Recife, agora não mais para o curso comum no século XVI. Aos poucos cessaria até a repressão ao tráfico negreiro e o Recife constituiria num valioso ponto de apoio para a permanência do poder marítimo britânico nos sete mares. Uma interessante notícia da presença da bandeira inglesa no porto do Recife, apareceria no **Diário de Pernambuco** de 17 de julho de 1860, com elogiosa referência à Marinha Imperial:

"S. Exc. o Sr. Presidente da Província, acompanhado pelo Sr. Chefe de Divisão, Comandante da estação naval, pelo Sr. Comandante das Armas interino, visitou ontem ao meio-dia, o vapor de guerra inglês "Ardent", onde S. Exc. foi recebido com todas as honras devidas à sua alta posição, tendo o vapor a guarnição nas vergas.

Tanto o Sr. Comandante do "Ardent", como o da fragata "Leopard," que se acha a seu bordo, mostraram todo o navio a S. Exc. , o qual estava em perfeita ordem, divisando-se por toda a parte um asseio notável. Como o navio não tem senão quatro peças, e é proibido salvar com menos de dez, aqueles oficiais pediram desculpa a S. Exc. por não fazê-lo.

Retirando-se S. Exc. daquele vaso, dirigiu-se para o brigue-barca de guerra nacional "Itamaracá", e aí demorou-se algum tempo, visitando todos os seus repartimentos, paióis. etc. Quando S. Exc. saiu, recebeu uma salva de dezenove tiros. Foi também. S. Exc. ao vapor de guerra nacional "Viamão", e

aí, como no "Itamaracá," pôde notar o perfeito asseio em que se acham estes vasos de nossa estação, que nada perderam, por certo, na comparação como o "Ardent," não obstante outros recursos de que a Marinha inglesa dispõe, o que se deve à digna e distinta oficialidade que possuímos.

Todos os navios de guerra nacionais surtos no porto conservaram suas guarnições nas vergas, enquanto a galeota esteve à vista, e praticaram as demais honras do estilo".

Dos navios, passou o Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, à Fortaleza do Brum, onde fez minuciosa inspecção e o jornal impressionado com o zelo daquela autoridade, concluía que "é com administradores desta qualidade, que tudo observam por seus próprios olhos, que não se poupam a fadigas, que o serviço público lucra, e que a província pode progredir".⁵

A poderosa Marinha de S. M. a rainha Vitória, de padrões tão elevados, certa vez teve que apelar para a Marinha Imperial a fim de debelar sério problema disciplinar irrompido num seu navio diante do posto do Recife, conforme notícia estampada no **Diário de Pernambuco**, edição de 9 de julho de 1847."

DECLARAÇÕES

O consul de S. M. Britânica aproveita esta ocasião para oferecer seus sinceros agradecimentos aos Ilmos. Srs. Capitão do Porto, Comandante e mais marujos da escuna nacional de guerra **Calfope**, pela digna atenção e enérgicos meios que tornaram para aplacar notícias que teve lugar a bordo da galera inglesa **Indus**, no dia 1º do corrente, quando surta no Lamarão.

Diário de Pernambuco, 6ª feira, 9 de julho de 1847.

O Recife pequena aldeia de pescadores, começou a servir de porto de Olinda no 1º século da colonização, o que propiciou a organização de mercadores, que segundo atestam arquivos portugueses em 1596, comerciavam com o mundo marcando assim condições assemelhadas às cidades hanseáticas. Naquele ano, escreve Vamireh Chacon, nada menos de 13 urcas trafegaram entre o Recife e o norte da Europa, principalmente as cidades hanseáticas enquanto duas naus viam e iam para Portugal. Ao término da importante virada de século, 1596-1602, o total foi quase de equilíbrio: 50 barcos ao mar do Norte

(5) Ver Fernando da Cruz Gouvêa, **Perfil do Tempo**, "Ingleses em Pernambuco", Recife 1990.

e do Báltico diante de 12 rumo a Portugal. Judeus sefardins de origem ibérica, residindo especialmente em Hamburgo, eram dos maiores animadores deste comércio", acrescenta aquele escritor, lembrando ainda que eles foram os que mais instigaram os flamengos à conquista de Pernambuco, buscando o lucro açucareiro e a vingança contra a expulsão dos judeus de Portugal e Espanha.

"Pernambuco desde a época colonial construía embarcações, "ensina Veloso Costa e esta atividade, mais a defesa da costa, seriam atendidas pela Intendência e o Arsenal, aquela aprovisionado, este construindo e reparando os navios, era o apoio de terra imprescindível à navegação mercante e a militar. Veloso Costa chama atenção para a importância da função do Intendente da Marinha no desenvolvimento da colônia e na defesa dos recursos naturais que tanto despertavam a ambição de nações europeias, daí, desde cedo Duarte Coelho (1535-1554) ter implantado a construção naval diversificada, valendo para isso a abundância de madeiras em Pernambuco, atividade que prosseguiu no século XVI e durante a dominação holandesa. Em 1657, um estabelecimento naval chegou a construir uma nau de 700 toneladas, navio de 3 mastros, e de maior porte até então conhecido, na Marinha de Guerra e na Mercante.

Em 1739, havia no Recife um bem montado estaleiro naval, quando foi construída a nau "Santíssimo Sacramento", e o governo central interessado em estimular o desenvolvimento da construção naval em Pernambuco., baixou uma provisão em 10/OUT/1743, recomendando ao governador que auxiliasse a Miguel Borges Pereira e a todos que realizassem serviços de construções navais. "Desde a época colonial já se construíam embarcações", garantia Veloso Costa.

O desdobramento dessa atividade levou à criação do Arsenal de Marinha de Pernambuco., pelo Decreto de 11 de janeiro de 1834. O 1º barco construído seria o cúter "Esperança de Beberibe", o que demonstrava a existência de mão-de-obra especializada.

O Almirante Médico e Historiador Dr. Veloso Costa considerava, em termos severos, o fechamento do Arsenal "um grande desacerto da política naval de então". Parece até que as autoridades navais desconheciam que a origem e a vida das Marinhas está nos arsenais, acreditava o saudoso amigo, médico e estudioso dos problemas da corporação a que serviu com dedicação e foi o fundador do Hospital Naval desta cidade. Veloso Costa atribui que a extinção do Arsenal, que tantos prejuízos causou a Pernambuco, explica a violência dos editoriais da imprensa recifense. O Arsenal foi extinto por Decreto datado de 5 de janeiro de 1899.

A Capitania dos Portos foi criada pelo Art. 2º do Decreto nº 447 de 19 de maio de 1846, contando, assim, 1 século de bons serviços ao Recife. Inicialmente subordinada à Intendência da Marinha, em 1853 tornou-se autônoma, transferindo-se para um torreão no Cais da Lingueta, passando, em 1855, para a Torre Malakoff, onde permaneceu até outubro de 1948. Hoje, transferida para o governo estadual, a Torre está abandonada e sem destinação. As atribuições da capitania compreendiam toda a política naval do porto, ancoradouros, inspeções e administração dos faróis, dos barcos de socorro, balizas, bóias, barcas de escavação, isto é dragagens. A legislação diz Veloso Costa, atribuía-lhe ainda o tráfego do porto e das costas, assim como a praticagem. "As múltiplas e amplas funções da capitania, incluíam a proibição do "tiramento" de pedras nos arrecifes deste porto, desde o Pina até a Boa Viagem, conforme se vê no Edital de 18 de fevereiro de 1847, publicado pelo Capitão-de-Fragata, inspetor interino do Arsenal e Capitão do Porto de Pernambuco, Rodrigo Teodoro de Freitas. A autoridade naval atendia ordem do Presidente da Província, preocupados todos com o mal que a retirada das pedras causavam ao porto, um problema velho, que se arrastava desde o começo da colonização. Segundo José Antonio Gonsalves de Mello, se os holandeses não houvessem vulgarizado o uso de tijolos cozidos importado aos milhares da Holanda e olarias locais, a depredação dos arrecifes teria sido mais grave.

Uma ampla descrição dos estabelecimentos navais do Recife, está no diário do Imperador que visitou a província em 1859.

Muito haveria a falar da presença da Marinha em Pernambuco, dos monumentos como a centenária Torre de Malkoff, hoje degradada com a transferência para o governo estadual, que o Ministério da Viação e Obras Públicas no começo do século pretendeu demolir, sendo impedido pela intervenção do Instituto Arqueológico, que entendeu não se justificar a demolição do prédio, onde aliás funcionava a Capitania dos Portos. "Anos depois desse belo gesto de defesa de um monumento recifense, a Marinha decidiu-se a mandar dinamitar o Forte do Buraco, a pretexto da construção de uma base naval a ser erguida dentro da cidade, o que teria sido terrível ameaça para o Recife na eventualidade de um conflito internacional, assinala o Professor José Antonio Gonsalves de Mello no prefácio ao livro do Dr. Veloso Costa, "**A Marinha em Pernambuco**".⁶

Aconteceu, acrescenta aquele professor, que a base naval não só não se construiu, para sossego dos recifenses, como mais tarde foi transferida para outro Estado! Mas o forte está destruído.

(6) Recife, 1987, 212p.

José Antônio Gonsalves de Mello fala ainda de outro monumento, além da Torre de Malakoff, também de utilização naval, que o Instituto Arqueológico tem defendido: é a multiseccular Cruz do Patrão. Trata-se de uma coluna dórica, com 6 metros de altura, tendo no topo uma pequena cruz latina, antes de madeira, agora de metal. Servia de baliza para os navios que entravam no porto e, por isso ficou conhecido como "cruz do patrão-mor", que era a designação do cargo de práctico da barra e do porto do Recife. Situada ao sul do forte do Brum, hoje praticamente abandonada, o seu aspecto atual não é o primitivo. Nas suas imediações, conta Lupércio Gonçalves Ferreira no seu livro **O Recife de Ontem**,⁷ eram enterrados os escravos que morriam pagãos e serviu até 1850 como local de execução de militares. Daí, diria Franklin Távora em 1877, "por muito tempo foi crença por todo aquele que passasse de noite por perto dela, ouviria gemidos angustiosos, veria almas penadas, ou seria perseguido de infernais espíritos".

(7) Recife, 1996, 70p.

O ANTIGO REGIME

Alexandra WILHELMSSEN*

(tradução de Armando Alexandre dos Santos)

A expressão "Antigo Regime" refere-se ao século e meio que, na Europa, precedeu a Revolução Francesa. Esta última, assim como as revoluções que ela desencadeou, foram tão traumáticas e transformaram tão profundamente a sociedade ocidental que, por contraste, o Antigo Regime parece um mundo estático. Sem embargo disso, os componentes principais dele estavam em transição. O Antigo Regime estava composto por idéias e por elementos tradicionais herdados da Idade Média, a maioria dos quais havia perdido o antigo vigor e estava se desintegrando paulatinamente. Também abarcava idéias e elementos novos ainda em germinação: eram as sementes do mundo que surgiria violentamente com a Revolução Francesa, a qual na realidade apenas acelerou um processo de mudanças transcendentais já anteriormente iniciado.

A história interna da Europa a partir da Renascença, e sobretudo durante o Antigo Regime, pode-se resumir, ao menos de certo ponto de vista, como a perda gradual da síntese medieval. Durante três séculos, a coesão intelectual, religiosa, psicológica e cultural da Europa se foi dissolvendo pouco a pouco. O fracionamento total da Cristandade só se deu quando o conceito essencial da vida herdado da Idade Média foi substituído por uma visão nova que, por sua vez, engendrou instituições originais. O Iluminismo setecentista trouxe consigo tal visão; a Revolução Francesa e as convulsões que a seguiram pela Europa, nas décadas seguintes, criaram as instituições, juntamente com um sistema econômico diferente.

(*) A Prof^a. Dr^a. Alexandra Wilhelmsen, hispanista norte-americana filha e continuadora do célebre Prof. Frederick Wilhelmsen, leciona História e Língua Espanhola na Universidade de Dallas. O presente texto corresponde à introdução da obra "*La formación del pensamiento político del Carlismo (1810-1875)*", (Actas - Colección Luis Hernando de Larramendi, Madrid, 1995, 630 pp.), desdobramento de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de Navarra, em 1971.

Apesar da perda paulatina da unidade intrínseca da Cristandade, a Europa que precedeu a Revolução havia mantido certos conceitos essenciais comuns herdados da Idade Média, idéias que só foram desafiadas por uma pequena minoria de iluminados antes da Revolução. Todo o Ocidente cristão compartilhava o mesmo conceito do homem, de suas relações com o Criador, de suas relações com seus semelhantes. Tal visão estava encarnada em três instituições que constituíam os pilares da sociedade: a Igreja, a monarquia e a sociedade composta por em três estados distintos. As noções sobre as quais repousavam essas corporações eram tão profundas e estavam tão arraigadas que nem precisavam ser explicitamente formuladas.

Até a época do Racionalismo, o homem ocidental se entendia como um ser criado por Deus e posto nesta terra com uma finalidade sobrenatural. A realização primordial do homem era o cumprimento dessa meta. A unidade religiosa da Cristandade ocidental tinha sido rompida com o advento do Protestantismo, mas ainda perdurava a mesma idéia sobre a importância da vida sobrenatural. O destino da alma continuava sendo a meta do homem, e a religião ainda era essencial, não só para a pessoa individual, mas também para a sociedade como um conjunto. Todas as facetas da vida eram impregnadas e animadas pelo elemento religioso, estando sacralizado o mundo. Essa realidade era muito importante na vida pública, onde o civil e o religioso se entrelaçavam intimamente. Era muito natural, numa sociedade edificada sobre tais princípios, que a Igreja (católica ou protestante) fosse uma instituição de grande envergadura, que desempenhasse um papel diretivo em muitas esferas da vida nacional.

Era comum em toda a Europa até os fins do século XVIII ter como evidente que a forma mais natural de governar um país era a monárquica, considerando-se qualquer outro sistema de governo uma anomalia. Essa idéia remontava aos primeiros tempos da Idade Média, quando se fixou a teoria de que todo o cosmos se estrutura segundo um mesmo padrão. De acordo com essa teoria, não somente o homem é feito à imagem e semelhança de Deus, mas o mundo humano é também um reflexo, se bem que imperfeito, do reino celestial. Assim como neste último o Deus-Pai zela pelo universo, também na corte humana há uma figura paternal que cuida do bem-estar geral, ou seja, o rei. O monarca participa da autoridade e da sabedoria divinas, usando-as para a felicidade de sua família, ou seja, de seu povo. Daí a fidelidade e o respeito que lhe são devidos.

Segundo a mentalidade que moldou o Antigo Regime, tal sociedade humana é um corpo muito complexo e está organizado hierarquicamente. Nele, cada pessoa ocupa um lugar determinado e, conforme sua posição, tem certos

deveres para com os demais homens, gozando também, por conseguinte, de certos direitos. Essa era a base teórica para a divisão da sociedade em três grandes estados: nobreza, clero e terceiro estado ou povo¹.

Em termos gerais, a nobreza defendia e governava a sociedade, o clero a instrua e atendia espiritualmente, e o terceiro estado a mantinha com seu trabalho manual. Tal organização, herdada da Idade Média, não era simplesmente uma realidade social, mas também jurídica. O modo de cumprir os deveres estava regulamentado legalmente até os pormenores, dando lugar assim a toda uma vasta rede de leis, corporações e costumes que explicam a estabilidade social na Europa antes da Revolução Francesa².

As instituições constituíam a espinha dorsal central do Antigo Regime, mas para o século XVIII a realidade e a teoria já não se compaginavam. Com o passar do tempo, a sociedade havia mudado lentamente, e a teoria, a realidade social e a rede institucional já não mais se entrelaçavam harmoniosamente. Ao mesmo tempo em que iam se desvirtuando as instituições do Antigo Regime, também ia ficando defasada a teoria que as sustentava. Fazia já tempos que intelectuais haviam começado a pô-la em dúvida. O Iluminismo elaborou outras hipóteses para uma estruturação totalmente nova da sociedade, e os governos do século XVIII deram os primeiros passos para levar à prática algumas dessas especulações. Por isso, na segunda metade do Século das Luzes, o Antigo Regime ia perdendo sua forma de viver tradicional e sua razão de ser. O desmoronamento se produziu quando o Iluminismo e as reformas cederam o passo à Revolução.

O Racionalismo afetou profundamente a religiosidade, engendrando nas classes cultas um ceticismo que acabou com a unanimidade da crença em Deus e, sobretudo, na Providência divina. Como consequência, a religião deixou de ser vista como um laço da união entre os homens e um dos principais aspectos da vida pública, passando a ser considerada como assunto meramente pessoal e privado. A sociedade estava nos umbrais da secularização. Por outro lado, a Igreja já não era o crisol da cultura, nem era a única instituição que se dedicava ao ensino, como tinha sido durante séculos. Em consequência

(1) Veja-se o interessante estudo, publicado originalmente em francês, Georges DUBY, *The Three Orders. Feudal Society Imagined*, (Chicago, The University of Chicago Press, 1980).

(2) Ver Vicente PALACIO ATARD, "De la sociedad estamental a la sociedad de clases", en *Historia social de Espana. Siglo XIX*, José L. Arangurem, Julio Busquets Bragulat, Julio Caro Baroja, et al. (Madrid, Guadiana de Publicaciones, S.A., 1972), pp. 104-105 para definições sucintas e claras da sociedade estamental, e ver Carlos CORONA, *Revolución y reacción en el reinado de Carlos IV*, (Madrid, Ediciones Rialp, S.A., 1957), pp. 78-80.

disso, os direitos tradicionais que tinha em contrapartida daquelas contribuições para o bem-estar da sociedade começavam a ser interpretados como privilégios indefensáveis. Finalmente, já havia tempo que se verificava uma lenta reação aos abusos habituais de uma parte do clero, como a acumulação de cargos e a transmissão de benefícios eclesiásticos a parentes. Dessas correntes resultavam descontentamento e inquietude. Os governos do século XVIII foram eminentemente regalistas, e nos fins do Antigo Regime os detratores da Igreja queriam lhe reduzir a importância. O clero temia perder sua posição chave na sociedade.

O conceito de monarquia também foi empalidecendo nas últimas décadas do Antigo Regime. Na prática, a coroa durante gerações vinha assumindo cada vez mais poder, apesar da resistência do povo. O absolutismo do século XVII e o Despotismo Esclarecido do século seguinte haviam criado um governo central forte à custa das demais instituições políticas intermediárias. O desenvolvimento do Estado foi defendido por uma série de pensadores europeus dos séculos XVII e XVIII, começando por Thomas Hobbes. O movimento se acelerou no século XVIII, mas os teóricos do Iluminismo distinguiam claramente entre Estado e Rei.

O aumento do poder real foi desafiado pelos iluministas mais avançados³, que introduziram toda uma filosofia política nova, destinada a causar uma transformação profunda da monarquia e, no último extremo, sua eliminação completa em muitos lugares. Tal pensamento político não cerceava o âmbito do governo central, mas atacava a instituição monárquica em si. Seus dois princípios fundamentais eram a divisão dos poderes, do Barão de Montesquieu, e a soberania popular, de Jean-Jacques Rousseau.

Havia muito que a sociedade composta por três estados não mais caminhava em conformidade com seus princípios teóricos. Os porta-vozes dos três estados já não tinham uma visão geral da sociedade e de seu papel particular dentro dela. Não compreendiam a razão de ser de seus deveres respectivos e, em troca, queriam mais direitos do que os que lhes correspondiam dentro do sistema vigente. A nobreza, desgastada pelas guerras dos séculos XVI e XVII e debilitada pelos reis que a haviam atraído para a corte, perdera o senso de que lhe competia a missão de proteger a sociedade. Em muitos nobres havia desaparecido a consciência de serviço, de "noblesse oblige". Mas, sem embargo disso, a aristocracia continuava desfrutando os direitos que emanavam

(3) Os críticos que não se atreviam a atacar a instituição monárquica se limitavam a queixar-se do poder dos ministros, do "despotismo ministerial", como recorda Antonio DOMINGUEZ ORTIZ, *Sociedad y Estado en el siglo XVIII español*, (Barcelona, Editorial Ariel, 1976), p. 498.

dos deveres que ia deixando de cumprir; e também começava a invadir o terreno do terceiro estado, por dedicar-se a negócios e a profissões lucrativas.

Como vimos, o clero, com o desenvolvimento das universidades e instituições culturais leigas, havia sido eclipsado, até certo ponto, em sua função magisterial. O mesmo havia ocorrido na esfera da beneficência pública, à qual tradicionalmente se votava. Em outras palavras, a Igreja parecia contribuir com menos bens palpáveis para o bem da sociedade, precisamente no momento em que o material e utilitário começava a ser muito mais valorizado do que o espiritual. Mas o clero, apesar de cooperar menos do que antes com a sociedade, e apesar de sua contribuição ser menos valorizada do que antes, ainda esperava ser mantido e tratado como se continuasse cumprindo as funções tradicionais.

Por fim, o terceiro estado começava a se perguntar por que devia pagar os impostos mais pesados quando a maior parte da terra pertencia à pequena minoria formada pela nobreza e pelo clero. Outra dificuldade existia no terceiro estado do século XVIII: este já não se compunha de um estrato mais ou menos homogêneo de lavradores, artesãos e operários, mas compreendia também a burguesia diplomada e endinheirada que, desde o Renascimento, paulatinamente se vinha desenvolvendo. A única coisa que trabalhadores e burgueses tinham em comum era a condição jurídica. Era, pois, natural que a classe média, profissionalmente preparada e economicamente pujante, não estivesse contente com o sistema de três estados existente na época. Foi a burguesia que promoveu o movimento reformista do século XVIII e protagonizou as revoluções que destruíram o Antigo Regime. Em outras palavras, criou o liberalismo.

O mal-estar produzido por esse desajuste entre os estados foi instrumentalizado pelos pensadores iluministas. Eram freqüentes as declarações de direitos do homem sem alusão aos correspondentes deveres. Os teóricos iluministas propugnavam a igualdade jurídica e a liberdade econômica. A primeira significava a abolição dos três estados com seu sistema de deveres e direitos respectivos, e a igualdade legal de todos os cidadãos. Em outros termos, significava a igualdade de todos os indivíduos diante da lei, e a existência de uma única lei para todos. A liberdade econômica, baseada na jurídica, passou por várias fases, desembocando afinal no livre-cambismo exposto por Adam Smith. Tratava-se de promover a liberdade individual em todos os aspectos da economia nacional, reduzindo leis regulamentadoras e suprimindo privilégios de diferentes grupos. Essa liberdade econômica implicava o desaparecimento das terras vinculadas e das corporações de ofícios, e favorecia a burguesia.

Com os teóricos do Iluminismo colaboravam reis e ministros oitocentistas, que adotaram a perigosa política de acelerar a decomposição da antiga ordem, minando os pilares da sociedade - sem dar-se conta de que se estes rúissem a própria monarquia ficaria em maus lençóis. O que os governantes do século XVIII entendiam como reformas, os teóricos mais avançados viam como sendo apenas os primeiros passos da grande Revolução que enterraria o que ainda restava da tradição herdada da *República Christiana* medieval⁴.

A sociedade do Antigo Regime comportava ainda outras características intimamente relacionadas com as já expostas e que a tornaram tão distinta do mundo criado pelas teorias do Iluminismo e pela Revolução. Entre eles se contavam a família, em contraposição ao indivíduo surgido do pensamento iluminista; a descentralização e o particularismo regional, em contraste com o centralismo e a uniformidade impostos a partir da Revolução Francesa; e, como vimos, o poder do rei, em contraste com o poder do Estado.

No Antigo Regime, a sociedade se entendia como uma reunião de famílias. Ainda que estas, por sua vez, fossem formadas por indivíduos, o núcleo social, político e econômico daquele mundo era a família. O príncipe Charles Talleyrand resume essa realidade dizendo que "*tinha-se muito mais amor à família do que aos indivíduos, os quais ainda eram desconhecidos*"⁵. As razões históricas dessa orientação familiar da sociedade remontavam aos primeiros séculos da Idade Média, quando a família foi um dos poucos órgãos sociais que sobreviveram à decomposição do Império Romano do Ocidente e às sucessivas invasões bárbaras. A família, precisando se organizar para subsistir e se defender quase sem ajuda de outras instituições, havia-se consolidado. Foi da família que partiu a reconstrução social depois do caos daquela época. Desse modo, converteu-se ela no verdadeiro núcleo da sociedade, enquanto a própria sociedade chegou a se transformar num reflexo da família. Segundo Frantz Funck-Brentano, ela "*transformou em instituições públicas suas instituições privadas*"⁶.

Para se ter uma visão geral da sociedade baseada no núcleo familiar, convém saber como era a família a cuja imagem e semelhança se tinha

(4) Para comentários interessantes, veja-se Carlos CORONA BARATECH, *Las ideas políticas en el reinado de Carlos IV*, (Madrid, Ateneo, 1954), pp. 16-17, os de Luis SANCHEZ AGESTA, *El pensamiento político del despotismo ilustrado*, (Sevilla, Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1979), pp. 98-101, e os de Antonio ELORZA, *La Ideología liberal en la Ilustración española*, (Madrid, Editorial Tecnos, 1970), pp. 37-38.

(5) Frantz FUNCK-BRENTANO, *El Antiguo Régimen*, Rafael Vázquez-Zamora, trad., (Barcelona, Ediciones Destino, S.L., 1953), p. 25. Citação de *Mémoires*, de Charles Talleyrand.

(6) *Ibid*, p. 12.

ido desenvolvendo a vida social e política da Europa. Funck-Brentano a descreve muito bem:

*"Imaginemos a família de outrora vivendo na casa paterna, ampliada e transformada pelas gerações seguintes de acordo com as novas necessidades. Em redor dela está presente a herança dos antepassados que conserva a marca do trabalho de cada um e cuja integridade todos se esforçam por conservar. O pai, chefe da família, mantém a autoridade não só sobre a mulher e os filhos, mas também sobre os irmãos menores que vão fundar novas famílias; conserva a tradição das crenças e das idéias, dos costumes e da profissão, patrimônio que lhe foi legado pelos antepassados e que ele, por sua vez, lega aos descendentes"*⁷.

A família assim concebida era uma verdadeira entidade social com personalidade própria. Era uma espécie de pequena nação, com sua ortodoxia (crenças e idéias), seus costumes (leis), sua profissão e seus bens (vida econômica), sua hierarquia humana (povo e chefe-rei). Uma família não existia no vácuo, mas se relacionava com outras similares, ocupando um lugar específico numa ampla rede e tendo, por isso, certos deveres e direitos em relação às demais células de que se compunha a sociedade. Daí estar esta formada por famílias, reunidas sucessivamente em municípios, comarcas, regiões e nações, com seus respectivos costumes, instituições e características. O rei, por conseguinte, era o chefe da grande família nacional.

Tendo em vista essa descrição da sociedade do Antigo Regime, pode-se estabelecer uma série de polaridades entre o mundo que precedeu a Revolução e o que lhe sucedeu. Cabe assinalar, ademais da que acabamos de examinar:

1) famílias em lugar de uma comunidade de indivíduos soltos, e famílias com personalidade pública própria - em contraposição a indivíduos cujo significado político é apenas numérico;

2) famílias inter-relacionadas hierarquicamente umas com as outras mediante deveres e direitos especificamente delineados - em lugar da igualdade e impessoalidade jurídica de todos os indivíduos que compõem a nação;

3) sistema de três estados em que cada estado reunia jurídica e economicamente todas as famílias similares - em contraposição a uma sociedade que estabelece a igualdade de todos os homens sem reconhecer legalmente suas diferentes condições econômicas e sociais ou culturais;

4) responsabilidade cívica do chefe da família - em lugar da automática participação política de cada indivíduo que atinge a maioridade;

(7) Ibid, pp. 23-24.

5) sociedade composta por uma vasta rede de corpos intermediários - em contraste com países centralizados e sem barreiras entre o governo nacional e o indivíduo;

6) sociedade edificada sobre antigas instituições concretas emanadas de sua história - em lugar de o ser por leis abstratas ditadas em determinado momento.

Resumindo, o Antigo Regime era um mundo familiar e pessoal baseado no desenvolvimento paulatino das instituições particulares de cada lugar.

Durante o Antigo Regime a nação era concebida em termos de um agrupamento - político, geográfico, econômico, social, religioso, cultural - em vez de ser entendida como unidade dividida a posteriori para ser melhor administrada. Quer dizer, as nações eram essencialmente centrífugas; de certo modo, nos países descentralizados o poder fluía de baixo para cima, desde a família até o rei, através dos corpos intermediários (na Espanha chamados "fueros"). E esses organismos, essas liberdades locais, com seus próprios costumes e seu próprio vigiar, não eram, na expressão de Charles de Ribbe, "*senão o governo das famílias organizadas em sociedades*"⁸.

Essa complexa rede de instituições autônomas tinha grande força e imprimia o caráter político, social, econômico e administrativo da nação. Os corpos intermediários entre o soberano e a família serviam, de um lado, como contrapeso ao poder real e, de outro, se compensavam ou se equilibravam mutuamente entre si. Exerciam o papel de "*molas amortecedoras*", para usar a expressão de Julián Gil de Sagredo⁹. Desse modo, nas diversas esferas da vida nacional, as decisões não podiam ser impostas persistentemente por um setor em prejuízo dos demais. Os corpos intermediários de mais importância eram os três estados como tais (nobreza, clero e povo); as Cortes; os conselhos reais; as agrupações político-geográficas (municípios, comarcas, regiões), com suas respectivas instituições administrativas; as sociedades econômicas (como as corporações de ofício); o foro militar; as associações culturais (universidades e demais centros educativos); as confrarias e outros organismos religiosos. Em resumo, havia todo um regime corporativo formado por uma complicada rede de barreiras ou freios ao abuso de poder por parte dos diversos setores da sociedade, e especialmente do governo central¹⁰.

(8) *Ibid*, p. 330. Citação de *La famille et la société avant la Révolution*, de Charles de Ribbe.

(9) Julián GIL DE SAGREDO, "*El principio de subsidiariedad y los cuerpos intermedios*", em *El principio de subsidiariedad*, *Actas de la XIX reunión de Amigos de la Ciudad Católica*, (Speiro, S.A., 1982), p. 65.

(10) Em seu interessante ensaio *Estado medieval y Antiguo Régimen*, (Madrid, Ateneo, *O crece o Muere*, 1956), p. 10; Ángel LÓPEZ-AMO sustenta que tradicionalmente a nobreza era a grande defensora das autonomias e liberdades locais.

Ora, a concepção orgânica da sociedade e a realidade oitocentista distavam muito entre si. Os corpos intermediários do Antigo Regime, herdados da Idade Média, havia séculos decaíam gradualmente¹¹. Alguns se haviam transformado por completo para sobreviver (ordens militares); outros tinham ficado até certo ponto defasados por não se adaptarem às novas circunstâncias (corporações de ofício); alguns haviam perdido a independência ao se confiarem cada vez mais à munificência real (universidades); outros, ainda, tinham sido minados pelo ataque direto e persistente da coroa (as Cortes em muitos países e os órgãos político-econômicos da autonomia regional). As instituições tradicionais que ainda existiam tinham pouca vitalidade; em geral, não eram capazes de defender os interesses de seus membros, de frear o crescente poder real, de influir consideravelmente na vida nacional. Urgia uma grande renovação institucional da antiga ordem, ou uma total mudança na estrutura da sociedade.

No Antigo Regime, o conceito de soberania e de poder régios, a noção genérica de monarca, eram muito diferentes da idéia de função real emanada da revolução. No Antigo Regime, o rei era soberano no sentido mais extenso da palavra. Era responsável pelo bem estar de seu povo. Como escreveu o pensador e político espanhol Melchor Gaspar de Jovellanos em princípios do século passado:

*"...darei que ... a plenitude da soberania reside no monarca, e nenhuma parte ou porção dela existe nem pode existir em outra pessoa ou corpo fora dela. Que, por conseguinte é uma heresia política dizer que uma nação cuja constituição é completamente monárquica é soberana, ou atribuir-lhe funções da soberania; e como a soberania é por natureza indivisível, segue-se também que o próprio Soberano não pode despojar-se nem pode ser privado de nenhuma parte dela em favor de outra pessoa ou da própria nação"*¹²

Mais abaixo, Jovellanos esclarece que "*o poder dos soberanos da Espanha ... não é absoluto, mas é limitado pelas leis*", e fala da importância das Cortes¹³.

De acordo com a mentalidade do Antigo Regime, a autoridade real provinha do povo no sentido de que o rei era o chefe da grande família nacional e esta elevava o monarca ao trono quando o coroava. O rei era para seus súditos

(11) Veja-se Frederick D. WILHELMSSEN, *La evolución de los cuerpos intermedios. Su papel en la hora actual*, (Buenos Aires, Cruz y Fierro Editores, 1967).

(12) Melchor Gaspar de JOVELLANOS, *Obras publicadas e inéditas de...*, ed. por Cândido Nocedal, (Madrid, Librería Los Sucesores de Hernando, Biblioteca de Autores Espanoles, t. XLVI, 1929), v. I, p. 597.

(13) *Ibidem*.

o que, por analogia, qualquer chefe de família era para os seus. Mas, de outro lado, entendia-se que da mesma forma como a autoridade do pai de família lhe vinha do Céu, assim também a autoridade do rei sobre a nação lhe vinha de Deus. Por isso, a soberania do rei lhe era concedida diretamente por Deus, se bem que emanasse indiretamente dos súditos porque projetava a célula familiar no âmbito nacional. De acordo com a mentalidade tradicional, o rei era, para os assuntos da vida pública de um país, o específico representante de Deus nesse país. Tal soberania, pois, era pessoal: Deus escolhia um homem concreto, e este não podia ser substituído por outro a não ser como exceção, em casos verdadeiramente extremos.

Desde o Iluminismo, pelo contrário, os intelectuais apresentavam uma visão completamente diversa da figura real. Em termos gerais, é a mesma que o século XX conheceu, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial. Segundo ela, a soberania reside no povo e não no monarca. O poder de que o rei goza, portanto, é-lhe delegado pelo povo a título não irrevogável, para que administre com eficiência a nação. Ou seja, a soberania não é uma característica intrínseca da realeza, mas o povo pode, no momento que julgue conveniente, reclamá-la de volta e dá-la a outra pessoa que lhe pareça mais adequada para conduzir as rédeas do país. A retomada da soberania se faz, nesse caso, por um referendo decidido pela maioria numérica dos votos. Daí se deduz que a soberania, em última análise, depende de um resultado numérico, sendo por conseguinte abstrata, em lugar de se encarnar num ente concreto e pessoal.

No século XVI Jean Bodin escreveu que "*o rei trata a seus súditos e ministra-lhes justiça como faz um pai com seus filhos*"¹⁴. Enquanto representante de Deus, o rei era a fonte de toda a justiça. Essa é uma das razões pelas quais, desde a Idade Média, se entendia o papel principal do rei como o de juiz. A imagem do rei justiceiro era mais vincada que a do monarca batalhador e muito mais viva que a do soberano legislador. A autoridade real era, entre todos os corpos intermediários, o vínculo que resolvia as desavenças que surgissem entre uns e outros.

Como vimos, enquanto esses corpos intermediários foram pujantes, eles limitavam o poder real. As liberdades locais e as barreiras serviram como defesas do povo ante um possível despotismo proveniente da capital da nação. A descentralização e o federalismo limitavam externamente o poder real sem jamais dividi-lo ou negá-lo. Mas depois que a Revolução concluiu o processo de centralização de muitos países ocidentais e destruiu o que ainda restava de corpos intermediários, a limitação do poder real teve que ser garantida de outra forma. Com efeito, havendo poucos freios externos ao poder do monarca, foi

(14) FUNCK-BRENTANO, *op. cit.*, p. 143. Citação de Jean Bodin.

necessário dividir seu poder internamente. O novo Estado foi dividido, segundo a teoria de Montesquieu, em três braços: o executivo, o legislativo e o judiciário. A inovação se pôs em prática repartindo o poder nacional em três grandes órgãos com delegações regionais e locais. O braço executivo veio a corresponder ao rei.

Era o mais débil dos três.

"PEREGRINAÇÕES PELO VELHO MUNDO (1953-1994)", ÚLTIMO LIVRO DE ALVES MOTA SOBRINHO

Antônio de Sousa ARAÚJO

Desde há séculos treinados na feitura de diários de bordo, de roteiros ou livros de navegação ou "de rotear", os portugueses, entre os primeiros dos quais sobressaem Fernão Mendes Pinto com a sua **Peregrinação** ou Fr. Pantaleão de Aveiro com o **Itinerário da Terra Santa**, depressa se consagraram como mestres exímios em literatura de viagens. Mas é sobretudo com a chegada do romantismo que este tipo de literatura atinge um ponto bem alto, cujo paradigma se apresenta nas **Viagens na minha terra**, de Almeida Garrett. E são nomes como os de A. Pedro Lopes de Mendonça, Júlio César Machado, A. A. Teixeira de Vasconcelos, ou Ricardo Guimarães que então se impõem. Mas se nos adentrarmos no realismo, nomes mais ilustres logo aparecem. Bastarão para tanto os de Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Eça de Queirós, ou Luciano Cordeiro, estes a interessar-se pela França, Inglaterra e Itália, ou Coelho de Carvalho, Anselmo de Andrade já mais voltados para a Espanha, enquanto Frederico Dinis Ayala se debruça sobre o Oriente goês e Adolfo Loureiro ou o Conde de Arnoso se deixam prender pela China, a qual, depois de apaixonar Wenceslau de Moraes se veria suplantada pelos amores com que ele se dedicou ao Japão.

E isto sem esquecer naturalmente nomes como os de Fialho de Almeida e Zeferino Brandão, admiradores da Galiza e da Bélgica, respectivamente, ou os de José Augusto Vieira e mesmo D. Antônio da Costa que tão bem escreveram sobre o Minho, a mais surpreendente das regiões de Portugal.

São significativos autores como Manuel Teixeira Gomes, Raul Brandão, Antero de Figueiredo ou Manuel Ribeiro, aos quais se poderá acrescentar ainda outros como Júlio Dantas, Augusto de Castro, Antônio

Ferro, Hipólito Raposo, Raul Proença, ou ainda os ligados aos climas de África como Brito Camacho, Osório de Oliveira, Carlos Selvagem, Antônio de Cértima, ou J. Paço de Arcos e sem se poder esquecer Ferreira de Castro, o homem da **Selva**, dos **Emigrantes** e de **A volta do mundo**, com obras traduzidas nas línguas mais faladas do mundo. Mas são de reter igualmente nomes que, entre outros, se impuseram com mais ou menos vigor: Abel Salazar, José Crespo, Hugo Rocha, Norberto Lopes, Artur Portela, Urbano Tavares Rodrigues, Vieira de Lemos, Conde de Aurora, Vitorino Nemésio e, porque não Miguel Torga, o diarista e viajor de reinos maravilhosos de Trás-os-Montes e Beiras?

Isto do lado de cá. Porque, passado o Atlântico, rumo às Américas e alhures, outros nomes se têm imposto, através dum género literário, ora patenteado em livros, ora em crônica de periódicos e jornais, o qual tanto se quadra com o tipo de retrato como com o tipo de diário. E isso, exatamente, porque desdobrando-se em múltiplas facetas, acaba por registrar a vida e as paisagens sob os ângulos do realismo ou do subjetivismo, que o mesmo é dizer das impressões, do humor, da ironia ou da sátira, da crítica política e social ou da crítica da arte, da lenda ou da reportagem, da confissão ou da ficção.

*

Israel Dias Novaes, apresentador brasileiro do presente livro, considera o nosso Autor "um peregrino compulsivo". E confessa ter abordado a presente obra "com certa apreensão". Trata-se da apreensão natural de quem depara com algo de novo e que prudentemente admite a possibilidade do fracasso, da frustração ou do desinteresse. É que parecendo o relato de viagens género aparentemente fácil e ao alcance de qualquer um, na realidade isso é um puro engano. Daí, como o mesmo acentua, os lotes de temerárias aventuras escritas e publicadas, no Brasil, sem qualquer significado ou interesse geral. É que esta literatura atraiçoa os "viajores desaparelhados".

E como diz Massaud Moisés (**Dicionário das literaturas portuguesa, galega e brasileira**, 861-862. Livr. Figueirinhas, Porto, 1960), a literatura de viagens não é dos principais capítulos da literatura brasileira. Na seqüência do verificado relativamente a séculos anteriores, escreveria assim, este último, referindo-se ao século XIX: "É raro o relato de viagem com valor literário ou escrito com intuítos não meramente científicos". E cita nomes como os de Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, para com Euclides da Cunha assinalar um recrudescimento visível. E, prosseguindo, apontaria

outros nomes como Cid Prado, Ronald de Carvalho, Plínio Salgado, Otávio Tavares e Lola de Oliveira, todos estes porém preocupados em descrever a realidade brasileira.

A maior facilidade de comunicações intercontinentais abriria, por outro lado, perspectivas novas aos escritores brasileiros ansiosos de viajar e conhecer a América, a Ásia e o velho continente europeu. Dão conta dessa experiência Alcântara Machado, Guilherme de Almeida, Tabajara de Oliveira, Caio Prado Júnior, entre alguns mais. Por outro lado, manter-se-á relativamente vivo o interesse pelos diários de viagem, como o atestarão os escritos de Érico Veríssimo, Lins do Rego e Graciliano Ramos, estes, de longe os mais conceituados, em finais da década de cinquenta, época já inflacionária quanto a esta moda de literatura.

Entretanto, e desde essa altura, novos nomes se fizeram às letras. E muitos rumaram por entre os escolhos da literatura de viagens. Entre eles conta-se Alves Motta Sobrinho. Principiante, por ocasião de sua primeira viagem à Europa, em 1953, ou seja logo que se deslocou das saias dos professores sebenteiros Faculdade de Direito de São Paulo, prosseguiria o seu crescimento e amadurecimento, ao longo de todos estes anos, que foram muitos, até 1994.

Ora, este seu livro tem uma vantagem. Testemunha uma e outra etapas: a do "adolescente", digamos assim, e a do homem feito nas letras. Se a primeira vinda à Europa, em 1953, foi uma "peregrinação" de solitário inexperiente e a 1958, ainda a das experiências do casal, já as de 1986 em diante transbordam de conteúdo, muito dele acumulado anteriormente, isto é, nas vindas de 1970, 1980, 1983, 1984 e 1985, que o Autor, em plena crise existencial, não teve interesse em descrever.

E dito isto, estamos a ver que não teve Dias Novaes motivos para receios, tanto mais que o nosso Autor é um homem rodado. Além de advogado e fazendeiro, começou a sua vida literária pela imprensa, colaborando, dirigindo e fundando jornais, vindo a creditar-se como ficcionista, biógrafo e historiador do café brasileiro, editor e conferencista. Mas para além disto, há nele uma vocação que a tudo sobrepaira: a do viajante contumaz. Pois diz ele: "Quanto mais se viaja mais se vive, mais se aprende. Civiliza-se". Ou por outra: "Viajar é preciso, e, para mim, vital. Morro se não partir sempre, até à viagem final".

Face à sua angústia existencial, precisa de se sentir ligado por esse cordão umbilical que é a viagem, por um lado ao seu ambiente vale-paraibano e pelo outro à sua pátria terra trasmontana - terra humilde e pedregosa, simultaneamente humus corajoso e hospitaleiro. Ribeiro de Pena, (não dos

castigos, mas da Penha, que o mesmo é dizer dos rijos penedos ou penhascos, símbolos da solidez neste mundo) é esse mítico local de chegada e de partida no seu sonho viajero. É uma das terras donde emergem as suas raízes paternas. Por isso é que nos parece estar a ouvir Torga, quando, em setembro de 1993, na despedida, depois de subir ao platô do cemitério, para ter o panorama geral em torno, desabafou: "Desconheço Campo Santo melhor localizado. De lá os justos parecem tocar os céus, ou estes cobri-los, agasalhando as almas simples e boas".

Além de descendente de trasmontano legítimo e neto de açoriano, que é, Alves Motta Sobrinho assume-se como lusófilo confesso e "lisboeta por adoção", não obstante as arrelias aí, por vezes, experimentadas. Se um Carlos Botelho, pintor, vê e fixa a Lisboa das cores e dos contrastes luminosos, o nosso Autor registra em apontamento e delicia-se com as pombas, o Tejo, os recantos das encostas e colinas; com um Largo da Oliveirinha, ou, se calhar com o imprevisto duma Travessa do Fala-Só. Enquanto viaja ou passeia procura analisar, aspirar, sentir, compreender. Nesta base é que, para ele, "viajar é um aprendizado permanente".

Depois de muito ler no livro do mundo, chegou à conclusão de que "a vida intensa de emoções novas e renovadas passa, pouco deixa, além da saudade". Por isso é que, evitando viver esse mundo, prefere simplesmente viver vendo... "Sou um espectador da vida, aguardando a morte". Viajar com o autor ao longo deste livro é viver e aprender. Por isso, lê-lo é gratificante.

(Braga, 18 de outubro de 1995)

A POESIA "CARCAMANA" DE "JUÓ BANANERE"

Mario PIRES

São Paulo foi uma deliciosa cidade nos dois primeiros quartéis do século. Para nossas felizes lembranças, pudemos ser testemunhas de muito lirismo, tipos, lugares, ruas e recantos de nossa querida Paulicéia. Nos últimos anos do século passado, e até a década de 30, tornou-se o Brasil a "Meca" dos imigrantes de muitos países e nosso Estado recebeu portugueses, italianos e espanhóis em maior quantidade. Mas, foram os peninsulares os que mais se identificaram com a então provinciana "Paulicéia desvairada", de Mário de Andrade. Foram eles se radicando nos bairros do Brás, Bixiga, Bom Retiro e Barra Funda, quase todos residindo em antigos cortiços.

Dentre os escritores que melhor souberam recolher o folclore "carcamano", podemos citar o jovem Antônio de Alcântara Machado, o valeparaibano Alexandre Ribeiro Marcondes Machado e o chargista Lemmo Lemi, conhecido por "Voltolino".

Apaixonando-se pelo assunto, quando completou o curso de engenharia na consagrada Escola Politécnica de São Paulo, em 1917, Marcondes Machado, com o pseudônimo de "Juó Bananere" publicou o primeiro livro "Galabaro, livro de saneamento sucial". Mas, o que realmente marcou sucesso foi "La divina increnca", de 1924. Além disso, o escritor colaborou em "O Pirralho", "O Queixoso", "A Manha" e "Diário do Abaixo Piques".

Uma identidade conosco: nasceu em 11 de abril, também nossa data de nascimento. Só que muitas décadas antes, em 1892, falecendo aos 22 de agosto de 1933, quando fazíamos o primeiro ano ginásial na Escola Normal de Campinas, cidade onde "Juó Bananere" também morou por algum tempo.

A influência italiana na vida de São Paulo foi muito significativa, principalmente naqueles bairros, cujos moradores passaram a falar o dialeto "carcamano". Em nossa casa, os amigos de nossos pais eram, na maioria, também peninsulares. No Largo do Arouche, aonde íamos com os manos e

amiguinhos passar as tardes jogando a bola de meia, havia um "ponto" de carros de aluguel, e vários choferes eram também italianos. Dentre eles, lembramo-nos do Vicente Pagliari, que, de vez em quando, metia-se entre nós a jogar a pelota e gostava de cantar com voz de tenor. Na esquina com Vieira de Carvalho, um armazém de "secos e molhados", o Empório Montecatini", do Cesare Tomei. Um dos tipos mais populares, que caminhava pela nossa rua e pelos bairros do Bom Retiro, Santa Cecília e Campos Elíseos, com uma cesta, anunciando suas "batatassata ô forno". Como os moleques não lhe davam sossego, ele arremetia com as pernas, dando verdadeiros "coices", que, porém, não conseguiam atingir a criança.

À tardinha, lá descia a rua General Osório, onde residíamos, o velho acendedor dos lampiões a gás, o "seu" Caetano Labonia, que residia na Alameda Glette, em frente à estação dos bondes da "Light".

As amigas mais chegadas de nossa saudosa mãe, e muito alegres as irmãs Ida e Ebe, eram perfeitamente entendidas por ela e dialogavam no idioma de Dante. Quando a Ebe sumia nos fundos da casa, a Ida gritava:

- "Ebem dove sei?"

- "Sono qui", respondia imediatamente a irmã.

Voltando ao nosso "Juó Bananere", lembremos que o "Clube Araraquarense" e o antigo edifício "Xavantes", na rua Benjamin Constant, na Capital, têm um ponto que os liga a um rebento da fina e grossa flor cultural que nos tempos da "art nouveau" fez desfilar pelos salões chiques e botecos avacalhados a figura de um paulista exemplar, o Alexandre Ribeiro Marcondes Machado. Com ele nascia seu epônimo "Juó Bananere", candidato à "Gademia Baolista de Letras", jornalista e poeta. Logo figurava nas páginas de "O Malho", de Oswald de Andrade, que o lançou com ilustrações de Voltolino.

Engenheiro arquiteto, como lembramos, autor dos projetos daqueles mencionados prédios, natural de Pindamonhangaba, Marcondes Machado se tornaria pioneiro na definição de um personagem paulista em essência e aparência. Com humor característico, mistura de veia caipira com sabores italianos, que então dominavam as cenas das ruas de subir para os patamares quatrocentões e mais.

Otto Maria Carpeaux, um dos principais críticos literários do país, escreveu sobre ele na medida da boa avaliação, sem preconceitos.

Marcondes Machado era muito bem entendido, embora falasse língua própria. Um macarrônico engraçado que mata a gente de rir mesmo quando ignoramos quem são os alvos das sátiras. Ele faz graça com Dante e

com Camões no "Suneto crassico". Caçoa de Olavo Bilac, em sua "Ouvir estrelas", parodiando: "Como uvi strella": "Che scuitá strella, né meia strella". Dispensa careta e gesto; é humor verbal, sobretudo. Na clave política, Hermes da Fonseca era sempre prato de Juó Bananere: "O Hermeze tê xirigno/O ratto morto també/O Capitó tê caguira/O mio saló també".

Ao lado do criticismo galhofeiro e do acento humorístico que o liga a "Serafim Ponte Grande", de Oswald de Andrade, "Juó Bananere" representa um documento de uma São Paulo que desapareceu, como uma velha fotografia. Não só a capital, também o interior e a roça de Waldomiro Silveira e Cornélio Pires, com um jeito de ser próprio do velho Piques e das tardes do jogo de "boccia", modos de viola ao fundo. E o "seu" Genaro, que vê a bola se perder de encontro à tabela: "Porca madosca, vê si non isbaglia, ô". Concerto para viola caipira e violino, a ritmo de "pernacchia". Próprio de um Adoniran Barbosa.

Marcondes Machado foi dispensável na leitura das grandes obras, mas indispensável se quisermos entender como essas grandes obras foram possíveis. A criatura e o criador, enfim, fizeram época numa Paulicéia provinciana e eles permanecerão sempre na memória de São Paulo literário e artístico.

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS EM MEDICINA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS*

Geraldina Porto WITTER

As publicações científicas são imprescindíveis para o avanço do conhecimento científico viabilizando a veiculação do conhecimento entre os responsáveis pela criação e utilização do saber gerado. Nestas circunstâncias, não é de se estranhar que muitos cientistas se ocupem com atividades envolvendo o suporte documental. Pode-se mesmo dizer que não há como escapar deste envolvimento quando se trabalha com ciência ou dela se depende no fazer profissional. Há os que se envolvem produzindo saber que remetem para publicação; há os que se ocupam com a editoração; há os que através das publicações consomem conhecimento; há também os que geram conhecimento analisando e produzindo trabalhos de meta-ciência sobre as publicações e há os que recuperam a própria história das publicações.

Tem crescido substancialmente os trabalhos de análise das publicações científicas mas, para a própria efetivação dos mesmos, muitas vezes fazem falta obras que recuperem dados e fatos históricos.

A obra aqui resenhada se insere neste quadro de preocupações. Ela diz respeito a publicações científicas na área da medicina, mas certamente interessa a todos quanto se preocupam com meta-ciência, ou com análise da produção científica ou ainda com a história da ciência.

Inicialmente é preciso dizer que o livro é uma verdadeira obra de arte gráfica. Muito bem impresso e ilustrado, apresenta-se em um formato e composição que o tornam muito bonito e de leitura agradável.

O prefácio de José S. Witter procura relacionar o texto com a vivência de todos os consumidores da assistência médica, relacionado o ontem com o hoje. É um convite à leitura.

(*) RODRIGUES, L. A. & SANTOS, J. (1995) **Publicações científicas**: seu papel no avanço da ciência médica. Rio de Janeiro: Eléa Ciência Editorial Ltda., 136p.

Na introdução os autores procuram mostrar que as histórias da Medicina e da Comunicação estão interligadas. Na primeira parte- **A Invenção da Imprensa** - recuperam rapidamente a criação de Gutenberg, ou seja a impressão com tipo móveis metálicos. Surge uma nova era.

A parte seguinte enfoca **A Medicina na História da Humanidade**. Em rápidas pinceladas não há origem mitológica da medicina, passando pelos clássicos da antiguidade helênica, latina e chinesa. Destaque especial é dado ao código de ética e aos livros sagrados em que o saber médico era organizado e pelo meio dos quais era difundido. O desvincular a medicina da religião foi um grande passo no avanço científico e os textos gerados tiveram papel relevante, destacando-se o papel de Hipócrates como revolucionário do pensamento médico. Mas é em Roma que vai surgir uma nova era para a medicina. Rapidamente é lembrado o impacto do surgimento das Universidades e Academias na histórias aqui considerada. Paracelso é lembrado como figura que rompe liames durante o renascimento. No contexto das sociedades científicas surgem as publicações periódicas, ocorrendo na Medicina a mesma trajetória das demais áreas do conhecimento científico.

Em **A imprensa, na influência e interação com o progresso** mostram o significativo progresso que as publicações na evolução do conhecimento humano, sendo que na área da medicina, particularmente, o apoio da propaganda foi substancial.

O capítulo seguinte enfoca mais especificamente a relação Medicina - Imprensa no Brasil. Começam a lamentar o fato de que só tardiamente se tardou expansão da ciência médica. Apesar das dificuldades, a imprensa nacional conseguiu desenvolver-se notadamente a partir do século XX.

Segue-se uma breve retomada das **Origens e Desenvolvimento das Publicações Científicas** com ênfase nos periódicos: a **Peking Gazette** (séc. VII); a **Acta Divina**, em Roma; o **Mercurius Gallo-belgicus** (séc. XIV, já com alguns dos aspectos usados nestes suportes informacionais) entre outros.

Surgem os periódicos especializados: em 1757 surge o **Transactions**, em 1773 o **Medical and philosophical & commentaires**; 1779 o **The Medical and philosophical journal of London** etc. Em meados do século XVIII os periódicos já eram o meio oficial de comunicar a produção científica; em meados do século seguinte já tinham a formatação atual e eram o mais importante veículo de informação da referida produção.

No século XX a expansão de periódicos na área médica, como nas demais, foi muito rápida, tendo-se já em 1961 5.789 títulos, as obras de referência passaram a ser cada vez mais necessárias. É o caso do **Index Medicus**.

Na parte final os autores apresentam as publicações médicas nacionais começando com o pioneiro: **Propagador de Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia** iniciando em 1827, por José Francisco Xavier Sigaud, de duração efêmera. A criação da **Academia Nacional de Medicina** (1829) deu base para a publicação do **Semanário de Saúde Pública**, hoje **Revista Médica Brasileira**. Outros vieram aos poucos compor o quadro, o qual foi aos poucos, sendo também enriquecido com periódicos comerciais (**O Médico Moderno; Jornal Brasileiro de Medicina, Atualidades Médicas, Clínica Geral, Ars Curandi**, entre outros).

Os vários temas enfocados são apresentados de forma descritivas e sem análise profundas, mas com consistência apresentam ao leitor o evoluir da redação Medicina - Publicação, Para recordar a história desta redação ou para introduzir no assunto o leitor tem aqui um texto muito bom redigido e facilmente assimilado por qualquer leitor leigo no assunto. Como a autora da orelha do livro (Tânia Leme da R. Martinez) diz as pessoas poderão sentir-se engrandecidas "com a oportunidade de passear pelos trilhos temporais do bosque da ciência médica e suas publicações". Certamente será um passeio gratificante. Todavia os especialistas história da ciência, de editoração científica ou em avaliação da produção científica editorada poderão sentir frustração com o nível da informação apresentada. Mas isto não impedirá que aproveitem o prazer da leitura de um texto de qualidade, apresentado em uma edição que muito o valoriza, com ilustrações cuidadosamente escolhidas e significativas por elas próprias.

DE UMA PASTA DE VELHOS RECORTES

"O DEVER DO HOMEM É TRABALHAR"

(A situação da agricultura em São Paulo em fins do século XIX)*

F. D. DAFERT

(...)

Em São Paulo há muita gente que se chama lavrador, mas que nunca trabalha em coisa alguma para a lavoura. Ser simples proprietário de fazendas e gastar o rendimento delas não basta para gozar da honra e do título de lavrador.

Os grandes fazendeiros da Prússia, quase sem exceção, são muito instruídos, servem depois (até a idade de 30 anos mais ou menos) ao Estado como soldados ou empregados públicos, e dedicam-se durante o resto da vida exclusivamente à administração de suas fazendas. De seis horas da manhã até a noite eles percorrem as culturas, cuidando da contabilidade, dirigindo todo o serviço e dispensando assim administradores remunerados.

Esse cumprimento do dever, que fez grande a Prússia e se estende ao exército, às repartições públicas e aos ministérios, criou aquele sentimento de solidariedade, que é indispensável para alcançar grandes objetivos, e tornou-se fundamento da administração exemplar do Estado e da riqueza de um povo, que na sua mór parte habita um depósito uniforme de areia estéril, fato que prova quanto, em todos os tempos e circunstâncias, a dedicação ao trabalho vale mais do que a mais fina política.

(*) O dr. Franz Wihelm Dafert (1863-1933), cientista austríaco, foi primeiro diretor do Instituto Agronômico de Campinas, dirigindo-o desde a sua instalação, em 1887, até 1890 (com uma pequena interrupção), regressando, depois, ao seu país, onde se tornou diretor de uma importante estação agronômica. Campinas reverencia a sua memória com uma rua no bairro do Guanabara e o seu busto à entrada da instituição de que foi, praticamente, o fundador (N. da R.)

Em São Paulo as circunstâncias são completamente diferentes. Há muitos proprietários de fazendas que, não conhecendo a dedicação à terra natal e nutritiva, não tendo interesse algum pela lavoura, vivem com toda a família longe de suas herdades e se dedicam à política e a coisas estereis. Os filhos, como bacharéis formados, acham estúpida a "vida de roça" e querem antes gozar na vida pública glórias efêmeras do que trabalhar na fazenda, tranqüilo e desconhecido, para o bem estar futuro das suas famílias e da nação.

São Paulo sofre, pois, conforme nos parece, de um excesso de produtores de bens espirituais e de empresários, e duma falta considerável de produtores de bens econômicos. Aqui não é costume tratar-se da reunião desses dois lados da produção: um exclui o outro, aos proprietários aquele, aos colonos e negros, este.

No ano 1886 houve, segundo nosso cálculo, mais ou menos 91.559 pessoas da última classe e isso explica com muita clareza a falta de mão de obra que já naquele tempo existia. Ao lado de menos de 100.000 produtores reais houve 1.000.000 de produtores nominais, fato pouco lisongeiro para o Estado e para os lavradores e que só pode ser transformado com vagar, mas certamente pela criação de uma instrução pública bem difundida, que ensine a dedicação ao dever e a estima ao trabalho manual e administrativo. Só depois da resolução desse problema há de ser fundada uma instrução profissional agrícola especial, pois a casca mais bonita não é capaz de fazer doce a maçã amarga.

O material da mão de obra em São Paulo foi sempre insuficiente. Em 1886 compôs-se de escravos, pouco dispostos ao trabalho sério e já presentindo a abolição que lhes abriu os braços, e de poucos estrangeiros novos e ainda pouco aclimados e habituados ao regime nacional. De 1887 a 89 mudou-se a situação. Parte dos libertos e os italianos, um dos povos mais trabalhadores e inteligentes do mundo, forneceram à lavoura a mão de obra indispensável. O sistema de pagamento contentou-os e assim parecia ter-se resolvido definitivamente a questão.

Em 1890, porém, baixou o câmbio, e os salários agrícolas, embora crescentes, não acompanharam a marcha da desvalorização do meio circulante. Os melhores trabalhadores agrícolas que, em contraste com os ruins, não querem somente ganhar a vida, mas sim preparar também o futuro, emigraram ou dedicaram-se a empregos provisórios bem remunerados nas estradas de ferro, companhias, etc., quando não acharam fazendas, onde fosse regulado o salário segundo o valor do café. Houve, pois, falta séria na lavoura amplificada como foi em vista da forte corrente de emigração.

Ao lado da diminuição no número dos trabalhadores bons aumentou a vagabundagem. Os vagabundos legítimos são muito modestos e tanto mais alegres e numerosos quanto mais elevados os salários. Conhecemos indivíduos dessa qualidade que precisam para a sua manutenção mensal 40\$000 rs. e trabalham 13 1/2 dias, quando está o ordenado a 3\$000 rs. 6 2/3 dias, quando sobe a 6\$000 rs. e que nunca trabalhariam mais que um dia caso subisse a 40\$000 réis a sua diária!

A situação é, pois, a seguinte: os bons trabalhadores fugiram das fazendas por serem relativamente insuficientes os salários, os ruins por serem relativamente altos demais! Com os estípedios sempre completamente regulares (i. e., com salários correspondentes à lei econômica que regula o ordenado do trabalhador pela oferta e consumo no mercado e pelo valor do produto em ouro), teríamos tido um número suficiente de bons trabalhadores se os vagabundos tivessem sido forçados a trabalhar como os outros, ou a não achar mais emprego.

Como sair dessa dificuldade? O mais simples é sem dúvida importar trabalhadores que satisfaçam as exigências dos lavradores. Mas não os há. Quanto aos chins, hoje convidados a se deixarem importar, basta para nós o que diz C. F. van Delden-Laerne, ministro residente da Neerlândia em Java, que estudou a nossa lavoura e nos conhece como conhece os chins:

"... les laboureurs chinois n'émigrent point, ce ne sont que les vagabonds et les prolétaires des provinces de la côte qu'on réussirait a transporter. C'est pourquoi les émigrants de Chine sont d'une médiocre valeur pour l'agriculture en général, et pour celle du café dans les montagnes en particulier. Combien de peine ne cause l'introduction de chinois capables à Deli, sur la côte Est de Sumatra, pays voisin de la Chine. Là il faut faire venir les coulies des Indes Anglaises, pour la raison que les travailleurs chinois valent peu pour l'agriculture: comment donc le Brésil va-t-il se tirer d'affaire avec ses gens dans la culture du café?" (**Le Brésil et Java**. Paris, 1885, p. 122).

Resta-nos só auxiliarmo-nos mutuamente. Parece-nos ser necessário: 1. que seja regulado o salário dos trabalhadores agrícolas segundo o valor da moeda corrente. O fazendeiro que pagou ao câmbio de 27 d. 1\$500 rs. de diária e recebeu para o café 4 - 4\$500 rs., há de pagar hoje, com o câmbio de 13 d. 3\$000 rs. e quando houver baixa a 9 d., 4\$500 rs. Sendo pago o seu produto em ouro, por ora, ainda lucrará bastante. Os lavradores que, desconhecendo o vigor das leis econômicas não as observam voluntariamente,

prejudicam a si mesmos, pois perdem os trabalhadores e com eles a possibilidade de produzir alguma coisa.

2. que contra os vadios e desocupados se procure por todos os meios e principalmente pela instrução elevar a moral dos proletários, indicando-lhes idéias de progresso que, criando novas ambições e necessidades, os obrigarão a maior constância no trabalho, e, em última análise, aplicando rigorosamente a "lei contra a vagabundagem", promulgada nos últimos tempos da monarquia. Criem-se colônias de detenção e trabalho forçado. Ganhará com tal procedimento a segurança pública e ficará o Estado livre de muitos parasitas que só fazem arruinar os elementos bons ainda existentes. Um emprego magnífico para os presos seria a manutenção das estradas de rodagem, hoje quase intransitáveis. Pôr os vagabundos no exército é para nós um erro, pois um exército pequeno como o nacional ficará seriamente prejudicado por membros dessa natureza.

Reconhece-se do estudo estatístico presente que o lavrador na Prússia enriquece muito mais o seu país do que o lavrador paulista. Esse ponto é simples consequência do nº 1. Quem não trabalha, rei ou servente, patrão ou trabalhador, mestre ou auxiliar, passa uma vida inútil. A nação entretanto precisa manter um tal membro nocivo; e por isso, pode-se bem dizer que quem não trabalha é dissipador da fortuna nacional.

A diferença entre a Prússia e São Paulo fica ainda mais frisante pelo reconhecimento do fato: que a lavoura em São Paulo dá por unidade de área cultivada rendimento muito maior, isto é, duas vezes maior que na Prússia.

O que será São Paulo quando chegar o dia em que todos trabalhem com toda força, munidos de todos os progressos da técnica e da ciência? Com a população existente, sem o elemento chinês, sem imigração alguma, o Estado já podia cultivar uma área dez vezes maior e ter uma produção até trinta vezes mais importante, se todos quisessem cumprir os seus deveres.

A comparação da atividade e produção agrícola na Prússia e em São Paulo ensina que não trabalhamos bastante. Quando se proclama nesse momento na velha Europa: "O direito do homem de trabalhar" ("Das Recht auf Arbeit"), nós aqui devemos escrever, em letras de ouro, sobre cada porta, em nossas armas e em nossa consciência as palavras: "O dever do homem é trabalhar".

(Coleção dos trabalhos agrícolas, extraídos dos relatórios anuais de 1888-1893 do Instituto Agrônomo de Campinas, pp. 34-36. São Paulo, Typ. da Cia. Industrial de São Paulo, 1895).

MEMÓRIA CAMPINEIRA

DE VILA (1797) À METRÓPOLE (1997)*

Benedito Barbosa PUPO

1. A criação da vila

Neste final do século XX, Campinas tem duas expressivas datas para comemorar, lembrando fatos ocorridos há exatamente duzentos anos: uma em novembro e outra em dezembro. A de 16 de novembro de 1797 assinala a data em que foi decretado o desmembramento da então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, do município de Jundiá. O povoado foi então erigido em vila pela sua condição de sede municipal. A outra, 14 de dezembro do mesmo ano, recorda a consagração da Vila de São Carlos, criada a 16 do mês anterior, erigindo-se naquele dia o pelourinho, símbolo da autoridade e da justiça. Ambos os atos, auspiciosos para nós campineiros, vieram em consequência do labor dos agricultores oriundos de Caçapava, que aqui implantaram o núcleo urbano, que, de modesta freguesia, evoluíra para aglomerado urbano com expressiva população e com recursos para manter-se, podendo, portanto, aspirar a condição de "vila", prerrogativa dos povoados sedes de município.

A freguesia que, no governo do Morgado de Mateus, fora criada em 1774, crescera a tal ponto que levava apenas 23 anos após o governador da Capitania de São Paulo, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, a assinar o ato que tornou o então embrião da metrópole campineira de hoje, sede de município.

(*) Matéria publicada originalmente em uma série de sete artigos no "Diário Popular", de São Paulo, entre 16 de novembro e 26 de dezembro do ano passado. Para esta reprodução, foi o texto revisto pelo autor. (N. da R.)

Com sua atividade representada a princípio pela agricultura de subsistência, em pouco tempo, graças aos incentivos do Morgado de Mateus, as terras do município se cobriram de canaviais produtivos da matéria prima e de engenhos que se instalaram, permitindo assim que o açúcar aqui produzido fosse exportado.

A atividade dos agricultores são-carlenses (faço nestas crônicas o registro em termos da época), pouco depois da emancipação, se dedicou, também com êxito, à cafeicultura, justamente à época (1842) em que a Vila de São Carlos, por seus méritos, era elevada à categoria de cidade, com o nome que hoje ostenta de Campinas, relembrando as condições do terceiro quartel do século XVIII, quando existia a densa mata, onde se abriam três clareiras, que pela gente da época era denominada de "as Campinas do Mato Grosso".

A produção da área do novo município era levada ainda na década de 1861/70 até Santos em lombo de burros. Depois da inauguração da ferrovia (a "São Paulo Railway") era levada da mesma forma até Jundiaí, de onde, pelo novo meio de transporte, ia para o porto santista. Em 1872, com a inauguração a 11 de agosto da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, Campinas, já cidade deste 1842 em decorrência do ato do Barão de Monte Alegre, transportava diretamente para o porto de Santos, o café, cuja cultura se expandia rapidamente. Pela sua privilegiada situação geográfica, Campinas tornou-se centro ferroviário de suma importância, com a Paulista, a Mogiana, a Funilense, a Sorocabana e o Ramal Férreo Campineiro.

Nestes duzentos anos em que Campinas evoluiu de pequena vila à metrópole com cerca de um milhão de habitantes, fatores adversos também ocorreram, como a febre amarela, no período de 1889 a 1897 e o de 1930, em consequência da crise da Bolsa de Nova York. Ambos os fatos, entretanto, tiveram seu lado positivo. Graças à ação de Saturnino de Brito, engenheiro sanitarista, que realizou obras notáveis de saneamento, dessecando alagados e construindo canais para evitar a proliferação do mosquito transmissor, Campinas tornou-se modelo de saneamento básico no Brasil. Também a crise de 1930 teve seu lado benéfico para Campinas, pois, com a substituição da monocultura pela policultura, a cidade renasceu novamente como a Fênix de seu brasão.

Há duzentos anos vila. Atualmente metrópole de fato, que só aguarda o pronunciamento da Assembléia Legislativa Paulista para tornar-se metrópole de direito, Campinas tem atividade produtiva nos três setores: primário (agricultura), secundário (indústria) e terciário (serviços).

2. De modesto povoado à vila

Os historiadores e todas as pessoas que estudam o comportamento humano, que é, na realidade, o objetivo da História, têm agora oportunidade para examinar a atividade dos habitantes de Campinas, neste período de duzentos anos em que de modesto povoado (vila), criado em 1797, anos depois ascendeu à categoria de cidade (1842), para erigir-se em metrópole.

A evolução da atual Campinas, que adquiriu sua autonomia político-administrativa a 16 de novembro de 1797, quando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso (ou simplesmente Freguesia das Campinas), se desmembrou da Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá foi rápida. O período transcorrido entre a data da fundação do povoado e a da elevação deste a vila foi considerado de formação, ocorrendo nele fatos decisivos que justificaram os atos do capitão-general governador da Capitania, Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, criando o município com sede na Vila de São Carlos, denominação que substituiu a em uso até aquele momento, e outro mandando erigir, segundo os costumes do Reino, o pelourinho.

Esses dois atos determinados, um a criação do município, a 16 de novembro de 1797, e o outro, mandando erigir o pelourinho, símbolo da autonomia e da justiça, se completam, pois, se por um lado, o primeiro desmembra a Freguesia, o outro consagra a povoação desta, erigindo-se em vila, conforme consta no documento "Acto de Ereçam" (na ortografia da época), assinado pelo Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Jundiá, Caetano Luís de Barros Monteiro, e outras personalidades.

A existência desses dois documentos, que assinalam, um, ato de direito, e outro de fato, pode causar dúvidas em alguns espíritos quanto à data que deve ser oficializada para comemorações. A lógica, entretanto, leva-nos à convicção de que a de direito deve prevalecer, porque antecede à outra que, na realidade, é um complemento da primeira.

Diante da inter-relação de dois documentos inseridos num mesmo contexto, o da emancipação do município de Campinas e o da ereção do pelourinho, não devemos repetir o que aconteceu no passado, quando, por um erro de interpretação, se comemorou em 1939, a fundação de Campinas (ocorrida de fato em 1774), erro esse em consequência de ter sido confundido o início do povoamento com a fundação do núcleo urbano, cousas completamente diversas.

Os historiadores do passado, desconhecendo documentação importante, como a existente no Arquivo de Mateus, em que se registraram os atos do governador da Capitania de São Paulo, D. Luís Antônio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, durante os seus dez anos de mandato (1765-1775), apresentavam versão diferente da que se conhece hoje, graças a estudos feitos no início da década de 1971/80. Embora publicações como os almanaques editados no fim do século passado e no início deste, mencionassem alguns atos do Morgado de Mateus relativos a Campinas, a idéia básica da fundação da cidade era de que Campinas nascera do pouso dos bandeirantes que por aqui passavam a caminho do planalto central. Com o conhecimento dos documentos do arquivo de Mateus, uma comissão nomeada então para estudar e dar parecer sobre a data e o local exatos da fundação, concluiu que o local do início do núcleo urbano campineiro foi a clareira (campina) situada onde se situa agora a Praça Antônio Pompeu (também designada por praça Bento Quirino ou Largo do Carmo). A data oficializada foi a da celebração da primeira missa nessa praça, a 14 de julho de 1774. Isto foi estabelecido na Lei Municipal de 1971, depois de o Parecer da Comissão que estudou o assunto dar nova versão, que foi aprovada pela Câmara Municipal.

Ao emancipar-se de Jundiáí, Campinas era apenas um pequeno povoado, que como sede de município passou à categoria de vila, que perdurou por muito tempo, pois a capital, São Paulo, era a única cidade existente na Capitania de São Paulo e durante algum tempo na Província, a fazer jús ao título que hoje está muito bem definido pela legislação, como está o de vila. O Decreto-Lei nº 311, de 3 de março de 1934, estabeleceu normas definitivas sobre a divisão territorial do país. Por essa legislação, o município é constituído de um ou mais distritos, formando área contínua, sendo que somente em um deles, a sede do território municipal será erigido em cidade. O município poderá ter tantos distritos, quantos seu território comportar, sendo que cada um deles, exceto o da sede municipal, terá uma vila (somente uma, como dispõe o parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei 311), que, como no caso da cidade dará nome ao distrito. A Vila Industrial, que recebeu tal denominação antes do Decreto-Lei 311, é apenas sub-distrito, o terceiro do distrito da sede do município. Os outros dois são os sub-distritos da Conceição e de Santa Cruz. O município de Campinas tem quatro distritos subordinados à Prefeitura, que são: Barão Geraldo, Sousas, Joaquim Egídio e Aparecida.

É muito interessante a redação dos artigos 3º e 4º da lei que define a divisão territorial. Esses artigos estão respectivamente assim redigidos: "A sede do município terá a categoria de cidade e lhe dará o nome" e "O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila".

3. A urbanificação

Em 1983, a Editora da Unicamp, comemorando a sua centésima publicação, editou o livro **Testemunho do passado campineiro**, com ilustrações a nanquim das curiosidades arquitetônicas de Campinas. Participei da feitura desse livro, pesquisando em acervos iconográficos curiosas construções da zona urbana e rural e fotografando o que ainda existia de interessante como sobrados e casas térreas, característicos do "status" da riqueza e da pobreza. A diferença fundamental entre ambas as construções estava em que o sobrado era assoalhado, enquanto que a casa térrea de chão batido.

As casas à época em que Campinas foi urbanificada de acordo com as normas prescritas pelo Morgado de Mateus eram construídas de modo uniforme, com padronização fixada por Cartas Régias, como aconteceu aqui. Com o decorrer do tempo, as construções eram feitas em função de posturas municipais. No século XVIII as normas vigentes relacionavam-se com dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento das edificações vizinhas. Nesse período, em que nas cidades brasileiras se procurava reproduzir a aparência portuguesa, as ruas eram definidas pelas casas.

Contrariamente aos espanhóis, que podiam disciplinar a cidade desde o seu nascimento, os portugueses não urbanificavam convenientemente seus centros urbanos, desleixando-se mesmo na sua implantação e desenvolvimento, constituindo-se Campinas provavelmente uma exceção, o que se comprova pelo plano estabelecido pelo governador da Capitania. Em **Raízes do Brasil**, Sérgio Buarque de Holanda retrata a situação com estas palavras: "As casas eram semeadas com desalinho, em volta de uma igreja toda branca e situada quase sempre em lugar mais elevado; com um desalinho que faz pensar um pouco nesses jardins de Portugal, evocados por Gilberto Freyre, cheios de uma poesia meio selvagem e onde aparecem, aqui e ali, flores de nome que pedem poemas: Flor de Noiva, Três Marias, Cinco Chagas, Brinco de Princesa, Flor de Viúva, Suspiros, Saudades, Resedá, Palmas de Santa Rita".

O caso do nascimento de Campinas, como se vê, deu-se de outra maneira. Diferentemente de muitos núcleos urbanos, ela pode ser considerada uma cidade criada. As normas para arruamento e construção de casas, estabelecidas pelo Morgado de Mateus seriam um "plano urbanístico, sem os requintes tecnológicos dos atuais, é claro. Tais normas já revelavam uma certa preocupação com a localização do povoado e suas características urbanas.

A rua caracterizava-se pelas habitações nela alinhadas, não se concebendo casas urbanas recuadas do alinhamento, com jardins, estilo que

só foi adotado no século XIX. Assim, uma via pública demarcada por cercas era apenas uma estrada.

Ao tempo de o Brasil colônia não se admitiam duas opções para construção de casas, só se permitindo casas urbanas e casas rurais. Havia também chácaras, ocupando grandes áreas de terreno, às vezes toda uma quadra. Este tipo característico da habitação colonial, geralmente localizado na periferia, reunia as facilidades do abastecimento e dos serviços da habitação rural.

A rua era uma serventia dos prédios, a qual os moradores utilizavam amplamente, pois era deles. Seu aspecto começou a sofrer deteriorações graças às novas concepções da Arquitetura, que abriram caminho para transformações não só no aspecto das fachadas das casas, com a introdução do porão alto e modificações do aproveitamento do terreno, surgindo então casas isoladas, recuadas do alinhamento da rua e das casas vizinhas. Essa evolução criou as casas com jardins laterais e na frente porões altos. É do arquiteto Nestor Goulart Reis Filho (**Quadro da arquitetura no Brasil**): "Longe do comércio, nos bairros de caráter residencial, a nova fórmula permitiu aproximar a residência da rua, sem os defeitos das casas térreas, graças aos porões mais ou menos elevados, cuja presença era muitas vezes denunciada pela existência de óculos ou seteiras com grades de ferro, sob as janelas dos salões".

4. A Catedral Metropolitana

Em 1807, em reunião presidida pelo corregedor Miguel Antônio de Azevedo Veiga, que veio à vila de São Carlos, sede do município criado dez anos antes (1797), para participar de uma reunião dos principais habitantes da vila, que pretendiam construir uma nova matriz. Na reunião realizada sob a presidência de Azevedo Veiga decidiu-se, em face da exiguidade do primitivo templo e da expansão populacional, a construir-se a igreja desejada. O capitão Felipe Neri Teixeira, que fora candidato popular ao cargo de capitão-mor para a recém-criada vila, foi encarregado de iniciar o trabalho visando à concretização do objetivo em vista. Dando desempenho à sua missão, o capitão Felipe Neri fez a construção das primeiras taipas piladas, "cujo benzimento foi praticado pelo vigário Joaquim José Gomes, em presença de considerável concorrência", segundo se lê no almanaque **A Cidade de Campinas, 1900**, organizado por Leopoldo Amaral, do qual se deduz que os são-carlenses não pensavam em termos de paróquia ou de vila, mas sim na construção de um templo para futura metrópole, enfim uma catedral metropolitana como de fato é hoje a igreja de Nossa Senhora da Conceição. Sobre o sonho dos são-carlenses, temos este

relato extraído do citado almanaque: "Temos a admirar não só as proporções grandiosas do projeto, mas ainda, e nomeadamente, a localidade escolhida para sua realização. Naquela época não era um subúrbio, era, para que assim o digamos, um deserto cheio de matas propriamente. Podem ajuizar desta asserção lendo o que diz o viajante Saint-Hilaire, quando passava por aqui, muito posteriormente, e ainda se via assoberbado com os bosques por todas as bandas: **bois de tous les cotés**; e mais já tudo denunciava um adiantamento extraordinário"; completando esta descrição da situação àquela época, lê-se logo em seguida: "Portanto, os iniciadores da edificação, sonhando grandezas, desmarcadas para as suas urgências, previam fatalmente o crescimento e as riquezas de Campinas".

Quando ainda tenente, Alfredo d'Escragnolle Taunay, posteriormente Visconde de Taunay, passou cerca de dois meses em Campinas, como integrante da tropa do Coronel Drago, que aqui permaneceu à espera de ordens superiores, de abril a junho de 1865, quando a caminho da fronteira com o Paraguai. No livro **Cartas da Campanha de Mato Grosso**, o Visconde tem muitas referências elogiosas a Campinas, em suas cartas escritas para o pai e para a irmã, residentes no Rio de Janeiro. Numa das primeiras ao pai, após visita feita à Matriz Nova em construção, registra que o "templo de magestosa construção será certamente um dos mais notáveis em todo o Brasil". É do Visconde, ainda, esta expressão contida na mesma carta: "O interior ostenta notável obra digna de nota". Sobre sua participação nos estudos para a fachada da igreja, oportunamente voltarei ao assunto com detalhes.

A inauguração da Matriz Nova, designação que recebeu para diferenciá-la da antiga matriz, deu-se a 8 de dezembro de 1883. Após morosa construção que durou 76 anos, a nova matriz da paróquia que abrangia toda a região sul da cidade passou a ser um dos orgulhos e referências da cidade, pelas suas obras de arte em madeira. Durante esse período, vários acidentes fatais ocorreram, resultantes de desmoronamento das paredes de taipa, pois não se fabricavam telhas nem tijolos em Campinas (a primeira olaria a fabricar tijolos em Campinas foi a do Sampainho, Carlos Sampaio Peixoto, fundada em 1867). Finalmente, a obra foi concluída com o concurso do engenheiro paulistano, naturalizado campineiro, Ramos de Azevedo, que substituiu o italiano Cristovam Bonini na construção da ostentosa fachada.

A Catedral Metropolitana de Campinas é um monumento de grande valor histórico para a arquitetura, não só pela sua estrutura, feita com terra socada, como pelo seu interior, onde os altares de madeira entalhada, de autoria do "professor de entalhe" Vitoriano dos Anjos Figueiroa. Vitoriano formou aqui um corpo de aprendizes, que colaboraram na produção dos

artísticos altares talhados em madeira. A fachada da Catedral, construída já depois do advento das obras de cantaria e alvenaria em Campinas, foi confiada em 1876 ao engenheiro italiano Cristovam Bonini. Tendo havido uma divergência entre ele e o Visconde de Indaiatuba, Ramos de Azevedo foi encarregado de concluí-la. Augusto Emilio Zaluar, viajante português, escreveu: "O cedro que campeava outrora gigante no santuário das florestas, transformado agora pelas mãos do gênio em maravilhas de arte, adorna o santuário do Deus vivo".

Como referência, ainda, além das obras do interior do templo, a Catedral ostenta em sua parte externa uma obra prima de estereotomia (a arte do corte dos corpos sólidos): a escada à rua 13 de Maio, em que os degraus e a laje são auto-sustentáveis, pois são ajustados entre si sem nenhum tipo de argamassa, betume ou cimento.

5. A expansão de Campinas

Até a primeira década deste século, a Matriz Nova era apenas sede de paróquia. Com a criação do bispado de Campinas, foi logo nomeado bispo da diocese Dom João Batista Corrêa Nery, aqui nascido a 6 de outubro de 1863. Após ter sido bispo do Espírito Santo e de Pouso Alegre (Minas Gerais), foi transferido para Campinas pelo Papa Pio X, a 3 de agosto de 1908, sendo empossado a 1º de novembro do mesmo ano.

Nos primeiros anos da construção da Matriz Nova, a Vila de São Carlos possuía rica vegetação, da qual temos dois testemunhos expressivos, um o Bosque dos Jequitibás, na zona urbana da cidade, e outro no distrito de Barão Geraldo, a Mata de Santa Genebra, agora sob a tutela da Fundação José Pedro de Oliveira. O cientista e escritor francês Auguste de Saint-Hilaire, que por aqui esteve no final da segunda década do século passado, percorreu o Brasil no período de 1816 a 1822. Visitando a Vila de São Carlos em 1819, referiu-se à abundância da vegetação na zona urbana, como vem citado no relato sobre a construção da hoje Catedral Metropolitana no almanaque. Ao referir-se à situação da vila, salientou o fato de estar ela cercada de mata ("bois de tous les cotés", na tradução literal, "mata de todos os lados").

Em suas andanças pelo nosso país, o botânico francês fez notáveis estudos sobre a flora dos vários estados pelos quais andou (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), descrevendo o aspecto da vegetação de cada região visitada. Sua obra, constante de vários livros focalizando os múltiplos aspectos da flora brasileira é de suma importância, sendo fundamental para consultas. Assim também as descrições de suas viagens.

O Teatro São Carlos (construído na década de 1841/50) é outra obra que denota o espírito e a visão do campineiro com relação ao futuro da vila. Antes, porém, de tratar desse assunto, quero lembrar um fato pitoresco ocorrido em Campinas sobre a construção do prédio dos Correios e Telégrafos. No início desse século, os serviços postais e telegráficos constituíam duas entidades autônomas. Em 1901, havia na cidade a estação telegráfica do Telégrafo Nacional e a Agência do Correio. Mais tarde foi criado o Departamento de Correios e Telégrafos, que absorveu os dois serviços. Coube a este departamento, atualmente denominado Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, construir na década de 1941/50 o atual prédio, resultante de campanha de entidades campineiras, que pleiteavam para Campinas um prédio de acordo com as necessidades locais.

Em decorrência de sua sistemática campanha, os campineiros foram surpreendidos com uma auspiciosa notícia. O então Departamento de Correios e Telégrafos comunicava que um seu representante viria a Campinas para apresentar o projeto do novo edifício, desejado pelos campineiros desde longa data. Tomando conhecimento dessa notícia, as entidades que reivindicavam a medida foram, na manhã do dia combinado, à gare da Paulista para receber o visitante portador do almejado presente para Campinas. Incorporado aos recepcionistas, o representante dos Correios e Telégrafos, portando um canudo no qual estava a planta do prédio, percorreu de automóvel a cidade, visitando seus pontos referenciais.

No Bosque dos Jequitibás, onde se realizou o almoço oferecido ao visitante, este, que até então não se referira ao projeto, confidenciou a um jornalista presente o seu embaraço, declarando que estava em dificuldades porque a obra projetada na planta em seu poder não era adequada para Campinas, pois se tratava de um projeto-padrão para cidades vinte vezes menores do que a nossa. Alguns meses depois deste acontecimento, vieram técnicos que estudaram "in loco" o problema, que foi resolvido com a construção do atual prédio à Avenida Francisco Glicério, esquina da rua Ferreira Penteado, inaugurado pelo ministro de Viação e Obras Públicas, na gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra. O que aqui relato é a reprodução de um depoimento oral feito pelo jornalista Plínio do Amaral, que ouvira a confidência do representante dos Correios e Telégrafos. Pela situação em que se colocou o portador do projeto, avalia-se como agiam os responsáveis na esfera federal com referência aos problemas de nossas cidades do interior.

Desde a época em que se inaugurou o prédio dos Correios e Telégrafos até o momento presente, o crescimento da cidade se acentuou, obrigando a criação de nove novas agências, além da estação. Posteriormente,

surgiram mais onze agências terceirizadas, criadas com base em conceitos técnicos: a) a carência de atendimento em bairros desprovidos de agências dos Correios; b) a ampliação da malha de atendimento, proporcionando maior comodidade e facilidades para utilização dos serviços dos Correios; e c) o objetivo de ser um agente catalisador em regiões com condições sócio-econômicas favoráveis à expansão e ampliação do mercado. Além disso, está instalado no bairro do Jardim do Lago, no sub-distrito da Vila Industrial, um suntuoso prédio para os serviços da empresa.

6. O Teatro São Carlos

No primeiro ano (1846) do último lustro da metade do século XIX, fundou-se em Campinas a Associação Campineira de Teatro São Carlos com o fim de construir-se uma casa de espetáculos, de acordo com as idéias então reinantes entre a população. Como acontecera anteriormente, no início do século, com a idéia de erigir-se a nova matriz, já se pensava em termos de metrópole. Em 1850 o edifício situado na atual praça Rui Barbosa já funcionava, recebendo companhias de renome. No almanaque **A cidade de Campinas em 1900**, organizado por Leopoldo Amaral e editado pela Casa Livro Azul em 1899, lê-se: "Vinte anos depois (1867) o edifício foi reformado, construindo-se toda a frente sob a direção e planta do arquiteto Manoel Gonçalves da Silva Cantarino. Construído ainda pelos processos primitivos (a primeira olaria em Campinas, a do Sampainho, só foi instalada em 1867), dada a ausência de material de cantaria, o Teatro São Carlos era um edifício digno de ser preservado. Muito elogiado pelos visitantes de Campinas, como o português Augusto Emílio Zaluar, que escreveu em seu livro **Peregrinação pela província de São Paulo** (1860-61) estas expressivas palavras: "O Teatro de Campinas, melhor do que o da capital, faz honra ao bom gosto e riqueza do povo".

Com uma lotação de cerca de mil lugares, o Teatro São Carlos contava com 24 camarotes, 224 cadeiras de primeira classe, 250 de segunda, 172 varandas e 200 galerias. No capítulo "Teatro" de seu livro **Campinas: recordações**, Leopoldo Amaral, o cronista da época, descreve as atividades da velha casa de espetáculos demolida em 1922 para dar lugar ao Teatro Municipal "Carlos Gomes", demolido em 1965. Segundo a crônica do jornalista campineiro, a inauguração deu-se em 1847, havendo, entretanto, outras notas esparsas por várias publicações, que registram o ano de 1850, como o da inauguração.

Graças à excelente casa de espetáculo que Campinas então possuía, sua população pode assistir a grandes apresentações de companhias

líricas e outras, que vinham diretamente da Corte para a cidade. A grande trágica francesa Sarah Bernhardt, em 1866, esteve no São Carlos representando "A dama das camélias", de Alexandre Dumas Filho.

No início deste século realizou-se no tradicional Teatro São Carlos um espetáculo que empolgou o público e a imprensa, não só pela projeção das pessoas que contribuíram para a sua produção, nomes famosos na literatura e na música, como o escritor Coelho Neto e os maestros Santana Gomes, Henrique Oswald, Francisco Braga e Alberto Nepomuceno, como pelo próprio conteúdo e execução do espetáculo, do qual participaram amadores da sociedade campineira.

Tendo o sr. Castro Mendes, proprietário da Casa Livro Azul, na qual funcionava o Clube Livro Azul, pensado, como fazia sempre, em organizar um sarau lítero-musical para comemorar o Natal naquele ano de 1903, o proprietário do estabelecimento e presidente do clube encarregou o escritor Coelho Neto, lente do Ginásio do Estado de Campinas, de escrever algo para a solenidade.

Apresentado por Coelho Neto o que havia produzido - **A Pastoral**, obra literária de mérito, verificou-se que o espetáculo não poderia ser encenado no salão do estabelecimento. Pelo vulto da obra, que exigia condições especiais para a encenação, só havia um local adequado, o Teatro São Carlos. Além disso, a peça elaborada com base em três episódios sacros, exigia cenários e músicas adequadas. É do livro **Campinas: recordações**, de Leopoldo Amaral, este parágrafo: "Coelho Neto traçou uma composição, verdadeiro mimo literário, tomando por assunto os três episódios dos livros santos, a Anunciação, a Visitação e o Natal. É indubitavelmente uma das mais delicadas joias, entre os seus apreciados trabalhos de escritor". O livro **Pastoral**, abrangendo um prólogo e três atos, foi editado posteriormente ao espetáculo de Campinas, datando sua edição definitiva da Livraria Chardon, em 1923.

Amadores de Campinas encarregaram-se da parte cênica, enquanto na parte musical, orquestra e coros, também de amadores campineiros, colaboraram para o êxito do espetáculo, cuja primeira apresentação foi na noite de 23 de dezembro de 1903. A regência coube a quatro renomados maestros, cabendo ao campineiro Santana Gomes reger o prelúdio, sendo o primeiro ato - Anunciação - regido por Henrique Oswald e os outros dois por Francisco Braga (Visitação) e Alberto Nepomuceno (Natal), respectivamente.

A repercussão do espetáculo e o mérito literário dessa obra de Coelho Neto nascida em Campinas extrapolaram os lindes campineiras, pois algum tempo depois era ela encenada por elementos do Rio de Janeiro, que a

representaram no teatro do Parque Fluminense. Também em Portugal foi ela representada posteriormente, sempre com êxito.

7. Verticalização

Em homenagem ao bicentenário da elevação de Campinas a município, procurei abordar alguns aspectos do comportamento da comunidade campineira durante os seus duzentos anos de autonomia político-administrativa nesta série de crônicas. Rica de eventos significativos em todas as áreas da atividade humana, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1774, tornou-se sede de município com o nome de Vila de São Carlos, em 16 de novembro de 1797. Antes do final da primeira metade do século XIX fez jús à denominação de cidade (1842).

Iniciada por Francisco Barreto Leme, caçapavense que aqui se instalara com família em 1739 e em 1774 fora investido pelo governador da capitania, o Morgado de Mateus, como fundador, diretor e administrador da nova povoação, a Freguesia teve suas casas construídas, segundo normas urbanísticas vigentes no Reino, como ordenara o governador. Eram casas térreas alinhadas nas ruas e sem recuos laterais. Construções feitas à base de terra socada ou de pau a pique, pela ausência dos recursos da alvenaria, essas primitivas residências dos campineiros evoluíram com a adoção de porões altos e óculos para a rua. Outra alteração digna de registro é a resultante do sistema então posto em voga pelos campineiros, com o recuo na frente e laterais, permitindo assim o uso de vegetação nas áreas antes destinadas à construção.

Com a inauguração da primeira olaria, a do Sampainho, em 1867 e o advento da ferrovia em 1872, os campineiros, que já habitavam casas de porões altos (construções intermediárias das casas de res-do-chão e dos sobrados) passaram a adicionar ao solo natural o solo criado. Assim, a cidade que já possuía sobrados de terra socada, se multiplicaram graças à alvenaria.

Uma nova fase, do cimento e do ferro, surgiu para os campineiros com a possibilidade de multiplicarem o solo criado, construindo sistematicamente os "arranha-céus". Nesta segunda metade do século XX implantou-se, assim, a era da verticalização, atualmente muito intensa. Os períodos anteriores àquele que se iniciou com edifícios precursores dos sobrados, as casas de porão alto, são registrados pelo Visconde de Taunay em carta endereçada ao pai, em abril de 1865. São dele estas expressões: "Já tem Campinas seus dez mil habitantes, apresentando notável movimento comercial", concluindo que "várias de suas casas particulares ostentam aparência luxuosa".

Sobre a estrutura urbana de Campinas naquele tempo em que Taunay aqui esteve com a tropa do Coronel Drago, sua versão é esta: "As ruas, embora bem alinhadas e extensas não têm calçamento regular nem se acham niveladas". Muito interessante é sua observação quando aborda as dificuldades das construções, pois, como afirma, Campinas se ressentia da falta de pedras. "Isto obriga - registra na carta - os construtores a empregar (sic) as taipas com travejamento de peroba e jequitibás". Para concluir esta visão de um viajante ilustre sobre Campinas de 1865, transcrevo na íntegra o que está na carta também de abril, posterior à anteriormente citada: "A cidade é bem arruada, ruas cortando-se em ângulo reto, o terreno bem feito com pequeno declive". Taunay, nessa carta, salienta a existência de sobrados, associando a opulência dos mesmos ao café, que, naquele ano, como afirma, daria novecentas mil arrobas: "Alguns prédios são muito bons, existindo mesmo alguns vistosos palacetes".

A povoação que Taunay viu então já era diferente do núcleo urbano (antes de Campinas tornar-se vila), composta de três grandes ruas paralelas ao córrego do Tanquinho, que cortavam a zona urbana de Norte a Sul: a de Baixo (Lusitana), a do Meio (Doutor Quirino) e a de Cima (Barão de Jaguara). Pelos vários aspectos mencionados nesta série de crônicas, podemos analisar o comportamento do campineiro nos duzentos anos de autonomia municipal. As casinholas de "pau-a-pique" e os espigões de cimento e ferro são dois extremos da evolução urbana da Vila de São Carlos à metrópole que é Campinas.

(*) As cartas que Taunay escreveu de Campinas, em 1865, e que o autor desta evocação cita diversas vezes e sempre de maneira muito pertinente, foram todas (em número de 22), reproduzidas em o nº 150, desta publicação, correspondente ao segundo trimestre de 1993. (N. da R.).

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

NORMAS PARA O INÍCIO DO MARANHÃO

(La Ravardière)

Em nome de Sua Majestade, nós, Daniel de La Touche, Cavaleiro e Senhor de la Ravardière, François de Rasily, também Cavaleiro, Senhor do dito lugar e de Aunelles, procurador do alto e poderoso Senhor Nicolas de Harlay, Cavaleiro, Senhor de Sancy, Barão de Molle e Gros-Bois, Conselheiro de Estado e do Conselho Privado do Rei, loco-tenentes-generais de Sua Majestade nas Índias Ocidentais - tendo empreendido, por graça de Deus, o estabelecimento de uma colônia francesa no Maranhão e terras adjacentes, e a conversão dos habitantes ao cristianismo, de acordo com as intenções do Rei de França, nosso Soberano e Senhor, e de conformidade com o poder que nos outorgou Sua Majestade, como consta das cartas patentes que nos deu, e ainda em obediência à autoridade e à vontade da Rainha Regente, nossa Soberana e Senhora, julgamos necessário e conveniente, antes de qualquer outro alicerce, decretar, para esta colônia, as mais santas leis, e as mais adequadas, na medida do possível, ao nosso princípio, tendo por certo que sem a justiça ordenada por Deus aos homens, sua imagem, não pode existir república alguma (...)

- Ordenamos a todos a quem quer que seja, que honrem e respeitem os reverendos padres capuchinhos enviados por Sua Majestade a fim de implantarem entre os índios a Religião Católica, Apostólica e Romana, sob pena de serem punidos os infratores segundo o caso e a ofensa perpetrada;

Depois de estabelecido nos artigos supracitados o que diz respeito principalmente à glória de Deus, determinamos agora o que se relaciona com a honra de nosso Rei, o qual houve por bem distinguir-nos com sua escolha para representá-lo neste país. Ordenamos, pois, que ninguém atente contra nossas pessoas ou contra a vida da colônia, por meio de parricídios, atentados,

traições, monopólios, discursos feitos no intento de desgostar os habitantes, e cousas semelhantes, e isso sob pena de ser o infrator considerado criminoso de lesa-majestade e condenado à morte, sem esperança de remissão; (...)

Depois de estabelecido o que diz respeito a esta companhia, tanto com referência aos bons costumes, relações mútuas, proteção de suas vida e honra, como à segurança de seus bens, ordenamos, para a conservação dos índios entregues à nossa proteção, e também para atraí-los pela doçura ao conhecimento de nossas leis humanas e divinas que ninguém os espanque, injurie, ultraje, ou mate, sob pena de sofrer castigo idêntico à ofensa (...)

E para que tudo fique claro e bem acertado de uma vez por todas, ordenamos sejam estas ordenações lidas e tornadas públicas na presença de todos e registradas como leis fundamentais e invioláveis na secretaria geral deste Estado e colônia, para serem consultadas quando necessário. Em testemunho do que assinamos as presentes ordenações com o nosso próprio punho; e serão subscritas por um dos nossos conselheiros, secretário ordinário. Forte de São Luis, Maranhão, dia de Todos os Santos, 1º de novembro, ano da graça de 1612. (aa) Ravardière; Rasily. Pelos meus senhores, (a) Abrãao.

(Transcrito na **Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines**, de Claude d'Abbeville. **Apud** Ribeiro, Darcy/Moreira Neto, Carlos de Araujo, **A Fundação do Brasil**, 373-374. Petrópolis, Vozes, 1992).

*

O PODER TEMPORAL DA IGREJA (Doação de Carlos Magno)

Hadriano rogou ao rei cumprisse integralmente aquela promessa que o seu progenitor, o rei Pepino de Santa memória e o próprio super excelentíssimo Carlos com seu irmão Carlomano e todos os juizes dos francos haviam feito ao bem-aventurado Pedro e a seu Vigário, de Santa memória, o senhor Estevão, papa mais moço, quando viajou à França, a fim de serem concedidas diversas cidades e territórios dessa província da Itália entregues ao bem-aventurado Pedro e a todos os seus Vigários para perpétua posse. E como tivesse ordenado lhe fosse relida a dita promessa, feita em França num

lugar chamado Carisiaco, a ele e a todos os seus juizes unanimemente agravaram todas as coisas que tinham sido ali acrescentadas, de bom e grato ânimo o já mencionado superexcelentíssimo e verdadeiramente cristianíssimo rei dos Francos, mandou Carlos fosse lavrada uma outra promessa de doação na forma anterior por seu notário Etério, capelão tão prudente e escrupuloso, na qual concedeu as referidas cidades e os territórios ao bem-aventurado Pedro e prometeu fossem entregues ao supracitado Pontífice, pela demarcada fronteira, como se mostra na presente doação, isto é, que é desde Lunas com o Córsega, depois em Soriano, em seguida no monte Bardone, isto é, em Verceto, a seguir em Parma, depois em Reggio e daí em Mântua e também junto a Menselice, o exarcado inteiro dos Ravenates, como era antigamente, e as províncias venezianas e a Istria, como ainda o ducado de Spoleto ou Benevento. E feita a mesma oração, o cristianíssimo rei dos Francos, em pessoa, com a sua própria mão revalidando-a, fez que assinassem todos os bispos, padres, também os duques e escrivães. E colocando-a antes do altar do bem-aventurado Pedro e um pouco mais para dentro, na sua sagrada fê, tanto o próprio rei dos Francos e seus juizes; prometendo manter tudo o que se continha na referida doação, entregaram-na ao bem-aventurado Pedro e a Hadriano, seu Santíssimo Vigário, sob um temível juramento. Junto com essa doação, o próprio cristianíssimo rei dos Francos fazendo que ela fosse escrita pelo mesmo Eleutério, colocou-a com suas próprias mãos sobre o corpo do bem-aventurado Pedro abaixo dos Evangelhos, que ali se osculam, por precaução bem garantida e em memória eterna de seu nome e do reino dos Francos, por causa da sua importância levou consigo outras cópias da doação, escritas pelo bibliotecário desta Santa Igreja Romana.

(**Liber Pontificalis**, ed. Duchesne, t. I, p. 242. **Apud**, Moreira, Adriano/Bugallo, Alejandro/Albuquerque, Celso-**Legado político do Ocidente**, 80. São Paulo, Difel, 1978.)

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN (1816-1878)

(Visconde de Porto Seguro)

Nossa publicação já se ocupou de Varnhagen, quando, em seu número 98, correspondente ao primeiro trimestre de 1990, dedicou algumas páginas à publicação da conferência que o saudoso historiador e acadêmico Tito Lívio Ferreira pronunciou na Biblioteca Municipal "Mário de Andrade", de São Paulo, em 10 de outubro de 1973, iniciando uma série de orações sobre os patronos da Academia Paulista de História. Nessa conferência ressaltou o então presidente da Academia, alguns traços característicos de Varnhagen, a quem considerava o "pai da História do Brasil". Acreditamos, contudo, apesar da lição de Tito Lívio Ferreira, não ser inútil a inclusão do "historiador de Sorocaba" (como ele se qualificava) nesta seção destinada à evocação de nossos grandes historiadores.

Varnhagen nasceu, não propriamente em Sorocaba, mas nas suas imediações, na localidade de São João de Ipanema, em 17 de fevereiro de 1816, e faleceu em Viena (Áustria), em 29 de junho de 1878. Seu pai, o engenheiro alemão Francisco Luís Guilherme Varnhagen, viera para o Brasil contratado para trabalhos de siderurgia e, nessa função, veio a se estabelecer no interior de São Paulo, onde pôs em funcionamento o primeiro alto forno no Brasil.

Ainda menino, acompanhou os pais de volta a Portugal, onde realizou toda a sua formação, incluindo a técnica, como engenheiro militar. Ao retornar ao Brasil, em 1840, trazia já um valioso título, qual o de membro da Academia das Ciências de Lisboa. No Rio de Janeiro, vinculou-se ao Instituto Histórico e Geográfico, fundado poucos anos antes, tornando-se um dos seus sócios mais ativos, integrando sua diretoria e publicando em sua "Revista" boa parte dos seus trabalhos.

Não permaneceu por muito tempo nas funções militares para as quais havia sido nomeado, já que a sua formação técnica a isso o credenciava;

preferiu trocá-las pela diplomacia, que passou a ser o principal campo de suas atividades. Serviu em diversos países: Portugal, Espanha, Estados Unidos, Paraguai, Venezuela, Chile, Peru, terminando a carreira - e também sua vida - na capital da Áustria.

Dotado de extraordinária vocação para a pesquisa histórica, aproveitou a permanência nesses países para coligir fontes que pudessem servir à história brasileira. Foi, aliás, em Madrid, que publicou, em 1854, sua **História Geral do Brasil**, obra que, ampliada para novas edições, valeu-lhe a consagração de que até hoje desfruta, merecendo o qualificativo lembrado por Tito Lívio Ferreira de "pai da História do Brasil". Deixou extensa obra, não apenas sobre questões históricas, mas também literárias, filosóficas, políticas, diplomáticas, econômicas, fruto de acuradas pesquisas em arquivos de diversos países, o que levou Rodolfo Garcia a comentar: "O que então Varnhagen revelou de desconhecido e inédito constitui a maior contribuição na espécie trazida à historiografia brasileira".

Sua principal obra, já o dissemos, é a **História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal**, originalmente publicada em dois volumes (1854 e 1857), com uma segunda edição em 1877 e, em época mais recente, inteiramente revista e anotada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, desdobrou-se em cinco alentados volumes. Seguem-se-lhe, em importância, a **História das lutas com os holandeses no Brasil** (1872) e a **História da Independência do Brasil**, que deixou inédita, e só veio a ser publicada pela primeira vez em 1916.

Ao galardoá-lo nobiliarquicamente em julho de 1872, D. Pedro II dignificou-o com o título de Barão e depois Visconde de Porto Seguro, nome evocativo do próprio descobrimento do Brasil, que o historiador tão bem estudou.

Na sua vasta obra, que adiante enumeraremos, destacam-se: a) obras originais; b) reedição ou mesmo edição de textos clássicos de nossa historiografia; e c) obras de interesse literário, pelas quais seu nome se inscreve também na História da Literatura Brasileira. A este respeito, escreveu Nelson Werneck Sodré em sua conhecida obra sobre o assunto: "O sorocabano (Varnhagen) apreciava as letras e foi tratando-as que se iniciou junto ao público: os **Épicos Brasileiros** são uma simples antologia, mas no **Florilégio** Varnhagen analisa e dispõe o desenvolvimento literário ao longo do tempo, emitindo alguns juízos que merecem atenção. De qualquer forma não deve ser esquecido o seu esforço nesse terreno. E tem sido esquecido porque, tendo mudado de rumo logo em seguida, Varnhagen dedicou-se afinadamente à história e nela é que firmou a sua reputação. Com ele, realmente, vamos nos

emancipando da monotonia da crônica ou das narrativas de viagens ou das memórias descritivas. Varnhagen é, além de tudo, um pesquisador, trabalhando nos arquivos e determinando esclarecimentos interessantes em torno de pontos e trechos obscuros do passado colonial. Com o lançamento do primeiro volume da sua **História Geral do Brasil** parece como o renovador da história nacional". "Mas, ainda nesse terreno - continua Werneck Sodré - o seu papel é muito mais o de um precursor, precursor rigoroso, monumental, prolixo, apaixonado, operoso, mas apenas antecedendo o trabalho de outros. Os livros que deixou, os que descobriu e entregou ao conhecimento geral, as pesquisas que realizou, fizeram dele, principalmente pela extensa narrativa da época colonial, um figura destacada, cujo lugar é indisputável. Abeberando-se nela, ou utilizando-a como roteiro, o que vieram depois dele só fizeram valorizá-la e engrandecer o papel do sorocabano" ("Hist. da Lit. Bras.", 4ª ed., pp 225-226).

Todo esse justo conceito acerca da obra de Varnhagen não impediu que Sodré lhe fizesse algumas restrições, não tanto quanto ao valor do trabalho, mas à sua maneira de compreender a história ou à posição do autor diante de certas ocorrências de nossa crônica histórica. Como se se dissesse ser o autor pouco brasileiro, permanecendo "lididamente português" no sentir nossa evolução histórica. "Seu esforço (de Varnhagen) deve ser reconhecido, e ele cresce em importância quando consideramos os obstáculos que encontrou, como todos os pioneiros; mas as suas conclusões devem ser discutidas, seus textos submetidos à crítica, não a crítica dos detalhes, mas aquela que relaciona os acontecimentos e mostra suas profundas razões". (p. 226). Conclui Werneck Sodré afirmando que a obra de Varnhagen "representa, entretanto, fonte permanente em vista das anotações de Capistrano de Abreu e de Rodolfo Garcia, que atualizam ou recolocam observações e situam melhor fatos e pessoas" (O que se deve ler para conhecer o Brasil", 5ª ed., p. 216).

Mas, é em Oliveira Lima que encontramos uma das melhores apreciações da maneira do "historiador de Sorocaba" tratar a História. Não nos furtamos ao prazer de transcrevê-la:

"O traço predominante da individualidade de Varnhagen é a paixão da investigação histórica, à qual subordinou todas as suas manifestações de escritor. Ele traz-nos à memória o faiscador atraído pelas palhetas do ouro ou o garimpeiro hipnotizado pelos diamantes, esquecido da beleza da paisagem em que labuta por descobrir os tesouros da terra, cego diante da formosura da perspectiva e da transparência da atmosfera, que seduziriam o pincel de um pintor, surdo ao sussurro das folhas ou ao canto das aves, que acordariam o estro de um poeta. Se compunha um drama como o **Amador Bueno** (Lisboa, 1847), Varnhagen escolhia um ponto controverso da história pátria,

aproveitando em sua plenitude a legenda que a sua crítica não podia acolher sem ressalva. Se esboçava uma novela como a **Crônica do descobrimento do Brasil** (Panorama, 1840), fazia-o, segundo declarou, para vulgarizar o primeiro documento histórico relativo ao Brasil, que foi a carta descritiva de Pero Vaz de Caminha, por achar que a forma do romance era o melhor meio de adaptar ao gosto de todos a história do país. Se reeditava os nossos épicos no **Florilégio**, buscava sobretudo um pretexto para escrever-lhes as notícias biográficas - as melhores que até agora temos - e recheiar as publicações de notas eruditas. Se traçava algumas páginas sobre arquitetura a propósito da Igreja de Santa Maria de Belém, não o impressionavam tanto sentimentos de arte como o desejo de aproveitar mais uma contribuição para a fixação de épocas históricas.

A carreira diplomática, da qual percorreu todos os graus, ofereceu-lhe principalmente ensejo para indagações as mais valiosas em arquivos e livrarias. Da Torre do Tombo, em Lisboa, extraiu documentos sem número e sem par. Dos de Simancas está cheia a primeira edição da sua "História do Brasil", servindo-lhe aqueles de que então se não aproveitou, para, quando na América do Sul, preparar o ensaio sobre a ocupação holandesa do norte do Brasil e escrever a famosa defesa de Vespuccio. Em Viena delineou a história da Independência, ainda inédita e atualmente em mãos do nosso consócio sr. Barão do Rio Branco, em grande parte sobre as informações diplomáticas do ministro austríaco no Rio de Janeiro, admiravelmente colocado para seguir a trama íntima dos acontecimentos como representante de uma corte parente e possuindo no próprio seio da família real portuguesa uma natural informante na pessoa da arquiduquesa Leopoldina. Ninguém contestará que este rol de serviços seja superior ao que podem apresentar muitos diplomatas, mesmo saídos de fresco do torvelinho de negociações espinhosas. Mais vale em todo caso escrever a história com autoridade do que ajudar a fazê-la sem capacidade.*

Varnhagen é um exemplar precioso para a justificação da célebre teoria de Taine, da raça, do meio e do momento, que os exageros dos discípulos não lograram desacreditar." (**Síntese de Varnhagen**, repr. em "Autores e Livros", suplemento literário de "A Manhã", do Rio de Janeiro, vol. 6, nº 2, de 9 de janeiro de 1944).

*

(*) Como já foi dito, a **História da Independência**, só foi publicada pela primeira vez em 1916. Daí, Oliveira Lima considerá-la ainda inédita quando da publicação de seu trabalho sobre Varnhagen.

BIBLIOGRAFIA DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

A. Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

Memória sobre a necessidade do estudo e ensinõ das linguas indígenas do Brasil. Tomo III, nº 9, 1º trimestre de 1841: 53-63

Biografia de Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Idem: 100-119

Complemento ao título anterior e Biografia de Martim Afonso de Sousa. Tomo V, nº 18: 237-256.

Biografia de Pero Lopes de Sousa. Tomo VI, nº 21.

Fragmentos que existem na Torre do Tombodas Instruções dadas por El-Rei D. Manuela Pedr'Alvares Cabral quando chefe da armada que indo à Índia, descobriu casualmente o Brasil em 1500. Tomo VIII, 1º trim. de 1846: 99-115.

Biografia de Santa Rita Durão. Tomo VIII, 2º trim. de 1846: 284-296.

Biografia de Eusébio de Matos (com o poema "Parodiando com palavras forçadas outras dez estâncias de seu irmão Gregório de Matos, no retrato de certa Dona Brites). Tomo VIII, 4º trim. de 1846: 540-546.

Biografia de Vicente Coelho de Seabra. Tomo IX, 2º trim. de 1847: 261-264.

Biografia de João de Brito Lima. Tomo X, 1º trim. de 1848: 116-119.

O Caramuru perante a História. Tomo X, 2º trim. de 1848: 129-152.

Etnografia indígena, linguas, emigrações e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores. Tomo XII, 3º trim. de 1849: 366-376.

Carta ao Secretário do Instituto em 1846, em aditamento ao juizo sobre o "Compêndio de História do Brasil", publicado no nº 21 (tomo VI) da Revista. Tomo XIII, 3º trim. de 1850: 396-401.

Biografias de Bento Teixeira Pinto e Tomás Antônio Gonzaga. Idem: 402/408.

Tratado descritivo do Brasil (Gabriel Soares), 2ª ed.. Tomo XIV: 1-383. 1851.

Biografia de Domingos Caldas Barbosa. Tomo XIV, 4º trim. de 1851: 407-418.

Biografia de Antônio Moraes e Silva. Tomo XV, 2º trim. de 1852: 242-245.

Gabriel Soares de Sousa. Tomo XXI, 4º trim. de 1858: 413-424.

Naturalidade de Dom Antônio Felipe Camarão. Tomo XXX, 2º trim. de 1867: 501-506.

Tomás Antônio Gonzaga (2º artigo). Tomo XXX, 4º trim. de 1867: 425-426.

- Inácio José de Alvarenga Peixoto: retoques à sua biografia.** Tomo XXX, 4º trim. de 1867: 427-429.
- Jo. Schoener e P. Apianus: influência de um e outro e de vários de seus contemporâneos na adoção do nome América....** Tomo XXXV, 3º trim. de 1872: 171-202.
- Nota acerca de como não foi na Coroa Vermelha, na enseada de Santa Cruz que Cabral primeiro desembarcou e em que fez dizer a primeira missa.** Tomo XL, parte 1ª, 1878: 5-37.
- Carta de Americo Vespucci na parte que respeita às suas três viagens ao Brasil.** Trad. e notas. Tomo XLI, parte 1ª 1893: 5-31.
- Planalto de Formosa e colonização.** Tomo LVI, parte 1ª, 1893: 163-164.
- As primeiras negociações diplomáticas relativas ao Brasil.** Tomo LXV, parte 1ª, 1902: 425-453.
- História da Independência do Brasil,** toda a 1ª parte do tomo 79. 1916.

*

Avulsos

- Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI, impresso com o título "Notícias do Brasil"** (de Gabriel Soares de Sousa). Coleção de notícias para a História e a Geografia das nações ultramarinas, tomo III. Lisboa, Tip. da Academia das Ciências, 1839.
- Diário da navegação da armada que foi à terra do Brasil em 1530, sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrita por seu irmão Pero Lopes de Sousa,** acompanhado da biografia de Martim Afonso de Sousa. Lisboa, Tip. da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, 1839.
- O descobrimento do Brasil: crônica do fim do século XV.** 2ª edição autêntica, revista e aumentada. Rio de Janeiro, Tip. de Ville-neuve, 1840.
- Corografia cabo-verdeana ou descrição geográfico-histórico.** Tip. de L. C. Cunha, Lisboa, 1841.
- Notícia histórica e descritiva do Mosteiro de Belém.** Rio, 1842.
- Épicos brasileiros.** Lisboa, 1843.

As primeiras negociações diplomáticas relativas ao Brasil. Rio de Janeiro, Laemmert, 1845.

O Caramuru perante a História. Rio de Janeiro, 1846.

Réplica apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general, tendo em vista a crítica ao "Compêndio de História do Brasil" (Refere-se ao General Abreu e Lima). Madrid, Viuda Dominguez, 1846.

Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, escrita pelo Padre Fernão Cardim. Lisboa, Impr. Nacional, 1847.

Amador Bueno: drama histórico americano. Lisboa, 1847.

Trovas e cantares de um códice do século XVI, ou o Livro das Cantigas do Conde de Barcelos. Madrid, 1849.

O tráfico dos africanos e a escravidão. Madrid, Viuda Dominguez, 1850.

Memória sobre os tratados que se podem consultar nas negociações de limites do Império. Rio de Janeiro, Bibliot. Nacional, 1851.

Tratado descritivo do Brasil, de Gabriel Soares de Sousa. Rio de Janeiro, Laemmert, 1851.

Florilégio da poesia brasileira. 2 vs. Lisboa Nacional, 1850; Madrid, Viuda Dominguez, 1853.

História geral do Brasil. 2 vs. Madrid, Imprensa Viuda Dominguez, 1854 e 1857.

Sumé: lenda mito-religiosa americana. Madrid, 1855.

Considérations géographiques sur l'histoire du Brésil. Paris, Martinet, 1857.

Examen de quelques point d'histoire géographique du Brésil. Paris, Martinet, 1858.

Primeira epistola del almirante d. Cristóbal Colón dando cuenta de su gran descubrimiento... Valencia, Mateu Garin, 1858.

Vespucci et son première voyage. Paris, 1858.

Caramuru: romance histórico brasileiro. Rio de Janeiro, 1859.

A cultura do trigo no Brasil, comparada com a da mandioca, milho e arroz. em "Revista Popular", 1860.

Açaço no Brasil ou Manual do caçador em toda a América tropical, acompanhada de um glossário dos termos usuais em caça. Rio de Janeiro, Laemmert, 1860.

- Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa.** 4ª ed., com prólogo e acréscimos. Rio de Janeiro, Tip. de Luís dos Santos, 1861.
- Aun las cuestiones de limites del Ecuador.** Lima, Tip. de Aurelio Altaro, 1862.
- Carta ao Exmo. Ministro da Agricultura a respeito principalmente de vários melhoramentos nos engenhos de açúcar nas Antilhas, aplicáveis ao Brasil.** Caracas, 1863.
- O tabaco na Bahia: de que modo se há de melhorar, assim o cultivo de planta, como especialmente a cura da folha de charutos a fim de poderem rivalizar com os havanos.** Caracas, Imprensa de Eliodoro Lopez, 1863.
- Sucinta indicação de alguns manuscritos importantes relativos ao Brasil e Portugal, existentes no Museu Britânico e não compreendidos no Catálogo Figanieri.** Havana, 1863.
- La verdadera Guanahami de Colón.** Santiago, 1864.
- Amerigo Vespucci, son caractère, ses écrits (même les moins authentiques), sa vie et ses navigations.** Lima, Imprimerie du "Mercure", 1865.
- O café da Bahia.** Rio de Janeiro, 1868.
- Carta de Cristobal Colón enviada de Lisboa a Barcelona en marzo de 1493.** Nueva edition critica. Viena, 1869.
- Le premier voyage d'Amerigo Vespucci definitivement expliqué dans ses détails.** Viena, Chez le fils de Carl Gerold, 1869.
- Sull'importanza d'un manuscritto inedito della Biblioteca Imperiale de Viena per verificare quale fu la prima isola scoperta dal Colombo ed anche altri punti della storia dell'America.**
- Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin et le reste des documents et éclaircissements sur lui.** Viena, Charles Gerold, 1870.
- Cancioneirinho de trovas antigas.** Viena, 1870.
- História completa das lutas holandesas no Brasil.** Viena, Finsterbeck, 1871.
- Florilégio da poesia brasileira, III.** Viena, Carlos Gerold, 1872
- Literatura dos livros de cavalaria: estudo breve e consciencioso, com algumas novidades acerca dos originais portugueses e de várias questões correlativas, tendo bibliografias lingüísticas como históricas e biográficas.** Viena, Tip. Carlos Gerold, 1872.

Cartas sobre a "Prosopopéia" de Bento Teixeira Pinto e sobre "O Peregrino da América", de Nuno Marques Pereira, dirigidas ao Cons. Manuel Francisco Corrêa. 1872.

Juízo crítico sobre o livro do baiano Nuno Marques Pereira "Compêndio Narrativo do Peregrino da América". Rio de Janeiro, 1872.

Ainda Américo Vespucci: novos estudos e achegas. Viena, Tip. Carlos Gerold, 1874.

Em serviço ao norte da Europa. Estocolmo, 1874.

"Les hollandais au Brésil": un mot de réponse à M. Netscher. Viena, 1874.

Ofício de protesto contra várias asserções injustas, insólitas e infundadas do dr. Antônio Henriques Leal em certa nota dos seus "Apontamentos". Viena, Tip. Carlos Gerold, 1874.

Quelques renseignements statistiques sur le Brésil. Viena, 1876.

L'Origine touranienne des américains tupi-caribes et des anciens égyptiens indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration en Amérique, invasion du Brésil par les tupis. Viena, Libr. Faysi & Frick, 1876.

Arte de la lengua guarani ó mas bien tupi, de A. Ruiz de Montoya (introdução) Viena, Faysi & Frick, 1876.

Os dois Velosos, botânicos brasileiros. Bahia, 1880.

História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal. Duas edições revistas e melhoradas. Rio de Janeiro, Laemmert, 1907; a terceira, rev. e anotada por Capistrano de Abreu de Rodolpho Garcia, São Paulo, Melhoramentos, s. d. 5 vols.

História da Independência do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1917.

Apraz-nos registrar, encerrando este longo elenco, algumas reedições da obra de nosso historiador. A edição Melhoramentos, da **História Geral do Brasil**, em cinco volumes, bem como a **História da Independência**, foram reeditadas pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo) integrando a preciosa coleção "Reconquista do Brasil", 2ª série, vols. 50 a 55. A **História das lutas com os holandeses** mereceu duas reedições: uma, em 1945, pela Edições Cultura, de São Paulo, na série denominada "Brasílica"; e uma segunda, em 1955, pela Editora Progresso, de Salvador. E a José Honório Rodrigues devemos precioso volume da **Correspondência ativa**, de Varnhagen, edição de 1961, do Instituto Nacional do Livro.

SELETA

FINAL DO DOMÍNIO HOLANDÊS

Francisco Adolfo de VARNHAGEN

(...) E deixando que os louros da vitória ornem a frente dos principais caudilhos, justo é que deles nos ocupemos, dando a cada um, com imparcialidade histórica, o quinhão de justiça e de consideração que lhe caiba.

Francisco Barreto era um grande cabo de guerra, sobretudo quanto a dotes de circunspeção, reserva e prudência. Seu aspecto carrancudo, acaso mais sombrio e rugado em virtude da recente prisão que sofrera, condizia com o gênio seco e com as poucas palavras que proferia; e o arrego militar, e a voz áspera, com os castigos raros, mas severíssimos, que impunha, como partidário da máxima antiga de que os soldados devem temer o próprio capitão mais do que o inimigo.

Estudando bem os fatos, João Fernandes Vieira não aparece decididamente tão grande, como, em detrimento dos seus camaradas, no-lo quiseram apresentar seus panegiristas.

André Vidal era homem tão superior que necessitara um Plutarco para apreciá-lo. Enquanto empreendeu, sempre com muito esforço e valor, não levou a mira do prêmio, nem talvez nesse mesmo fantasma da glória que tantas vezes nos embriaga; tudo fez por zelo e amor ao Brasil, ou por caridade cristã. Sua abnegação a bem da pátria chegou ao extremo de consentir que, sem a mínima reclamação, circulassem, essas infandas narrações contemporâneas desta campanha, que sempre lhe atribuíam um papel tão secundário. Quanto possuía era primeiro dos bons soldados do que seu. E tinha o raro mérito de saber grangear amigos, sem lhes ofender sequer o melindre por agradecidos. Do seu sincero ânimo religioso nos deixou prova na capela da Senhora do Desterro de Itambé, perto de Goiana, por ele instituída "em louvor dos muitos

benefícios e vitórias que, por intercessão da mesma Senhora, alcançou dos inimigos". E para que não pareça apaixonado este nosso juízo, transcreveremos aqui textualmente duas certidões. Seja a primeira a informação que do mesmo Vidal deu ao primeiro rei da dinastia bragantina q insigne P. Antônio Vieira:

"De André Vidal direi a V. Mag. o que não me atrevi atégora, por me não apressar, e porque eu que tenho conhecido tantos homens, sei que há mister muito tempo para se conhecer um homem. Tem V. M. mui poucos no seu reino que sejam como André Vidal; eu o conhecia pouco mais que de vista e fama; é tanto para tudo o demais como para soldado: muito cristão, muito executivo, muito amigo da justiça e da razão, muito zeloso do serviço de V. M. e observador das suas reais ordens, e sobretudo muito desinteressado, e que entende mui bem todas as matérias, posto que não fale em verso, que é a falta que lhe achava certo ministro, grande da corte de V. Mag."*

Não menos favorável se lhe mostrara o próprio rei, quando, ao confirmá-lo, em 2 de novembro (1654), no prometido governo do Maranhão, dissera fazê-lo pelos serviços que o mesmo Vidal prestara, por mais de vinte anos de guerra,

"no Brasil, sendo ferido por vezes e aleijado de uma perna; e em particular aos (serviços) que, depois do primeiro despacho, continuou na campanha de Pernambuco, donde ocupou todos os postos da milícia, de capitão, sargento-mór, mestre de campo, e de um dos governadores das armas do exército da mesma capitania, sempre com a satisfação que é notória, e grande despesa da fazenda, pondo por muitas vezes sua vida a conhecido perigo, e sinalando-se por várias ocasiões e encontros que teve com os inimigos, com singular valor, tendo muita parte dos bons sucessos e vitórias que na dita campanha alcançaram contra os Holandeses, com grande reputação do nome português, não reparando para esse efeito na perda de sua fazenda; porque quando foi necessário abrasar os canaviais e engenhos daquele distrito, foi o primeiro que com suas mãos pôs o fogo a um de seu pai, para a esse exemplo se fazer o mesmo aos mais".

O retrato de Fernandes Vieira foi gravado e publicado na obra panegírica de Fr. Raphael de Jesus. O de Vidal encontra-se em Angola, entre

(*) Carta datada do Pará, 6 de dezembro de 1655, reprod. por J. Lúcio de Azevedo, **Cartas**, I, 447. Coimbra, 1925.

os dos demais governadores desse reino, donde o Brasil há de solicitar uma cópia fotográfica.

Tanto Vieira como Vidal viveram ainda mais vinte e sete anos; e só passaram ambos à melhor vida em 1681; o primeiro em Olinda, aos 10 de janeiro, e o segundo vinte e quatro dias depois, no Engenho Novo de Goiana, em 3 do imediato mês de fevereiro.

O governador Henrique Dias foi gratificado como aumento de dois escudos mensais ou vinte e quatro anuais, fora os mais vencimentos, por conta dos quinhentos acima mencionados. Recebeu igualmente em propriedade as casas e terrenos onde, durante o sítio, tivera a sua estância. Logo passou, segundo parece, a Portugal, onde em fins de novembro de 1657, lhe eram pela Corte mandados abonar todos os vencimentos que se lhe deviam e, em 20 de março do ano seguinte, lhe foi concedida a patente de mestre de campo "ad honorem". Daí a pouco mais de quatro anos, em junho de 1662, faleceu no Recife, sendo abonados pela fazenda real, por ordem do governador Brito Freire, os módicos gastos feitos com o seu funeral, que teve lugar no dia 8 do mesmo mês, e importaram, além da pólvora para as descargas, em quarenta e oito mil e setecentos e vinte réis.

Foi, porém, somente depois de morto que os seus serviços receberam no Brasil (não sabemos em que data) a mais gloriosa recompensa, ordenando-se que, para perpétua memória, se organizassem, em várias das capitanias, corpos de soldados e oficiais todos pretos, com o nome de **Regimentos dos Henriques**.

Antônio Dias Cardoso foi feito mestre de campo; teve, em 1655, promessa de uma comenda de lotes de cem mil réis, recebendo, enquanto nela não fosse provido, sessenta mil réis anuais. Governou por pouco tempo e interinamente, depois de Fernandes Vieira, a capitania da Paraíba, e foi mais tarde comandar no Rio Real e nos Palmares; mas em 1667 se achava no Recife tão necessitado que Vidal, sendo capitão-general, a requerimento seu, lhe mandou abonar, à custa de atrasados que se lhe deviam, uns trezentos mil réis. Cinco anos depois (maio de 1672) já era falecido, sem haver recebido a prometida comenda.

Quanto aos chefes holandeses que subscreveram à rendição da Praça, consta que chegaram à Holanda no mês de julho, e que aí trataram de defender-se como melhor puderam. O comandante militar Schkoppe foi, porém, por sentença, privado de seus soldos, desde a data da capitulação do Recife.

Não passaremos adiante sem observar que, nas capitanias do Norte, a guerra estranha produziu resultados benéficos. O perigo comum fez

aproximar mais do escravo o senhor, e o soldado europeu do brasileiro, ou do índio amigo. Com as honras e condecorações recebidas, mediante o beneplácito da Cúria Romana, ao Camarão e a Henrique Dias, libertos aquele de barbárie, este da escravidão, se honraram todos os índios e todos os africanos, na idéia de que certo desfavor, em que se julgavam, não provinha de suas cores, mas sim da falta de méritos para serem melhor atendidos. Por outro lado, também o perigo comum aumentou muito a tolerância dos povos de umas capitânias para as outras, e estabeleceu maior fraternidade; de modo que quase se pode assegurar que dessa guerra data o espírito público mais generalizado por todo o Brasil.

Pelo que respeita à tolerância religiosa, cumpre dizer que desde a invasão holandesa era muito menor, como sucede sempre que a antiga religião é posta em contato com outra nova, sobretudo trazida por conquistadores. O vício de certa indiferença religiosa converteu-se em fanatismo contra os protestantes e judeus. O padre Manuel de Moraes, filho de São Paulo, e que, sendo jesuíta, se fizera calvinista, e se casara com mulheres desta seita, pelo que fora já queimado em estátua na inquisição de Lisboa no auto de 6 de abril de 1642, apresentando-se arrependido aos restauradores de Pernambuco, e sendo por estes recomendado à Corte, foi condenado a hábito perpétuo, sem remissão, com fogos, e suspenso para sempre das ordens, no auto de 15 de dezembro de 1647, em que saíram condenados por judaísmo mais cinco moradores de Pernambuco. Em 1644 haviam sido relaxados em estátua mais dois colonos da mesma província, Manuel Rodrigues Monsanto e Pedro Álvares da Fonseca. Nos vinte e tantos autos de fé que em Lisboa tiveram ainda lugar durante o seguimento deste século XVII, só, porém, se contaram em cada um dois colonos do Brasil, e isso mais por sodomia e bigamia que por judaísmo. Degradadas mandou a Inquisição durante esse tempo para o Brasil umas trezentas pessoas de ambos os sexos.

Quanto à cultura do Brasil em geral, não hesitamos em asseverar que ela havia ganho muito com a guerra holandesa. E não só nas capitânias do Nordeste, onde os povos estavam com contato com indivíduos de uma nação mais ativa e industriosa, como até nas do Sul, com as invasões contra os selvagens. É um axioma comprovado pela história, que às vezes estas são civilizadoras, e que trazem energia e atividade a povos entorpecidos pela incúria, a preguiça e o ilhamento. Durante a guerra foram devassados, acaso pela primeira vez por gente civilizada, muitos matos e campos, fundindo-se por vontade ou por força os próprios índios seus moradores nessa civilização guerreira, digamos assim, pois que o intuito era de guerrear os contrários, e quando menos pensavam se viam absorvidos pela civilização daqueles a cujo

lado combatiam. Muitos caminhos apenas trilhados eram aplanados para darem lugar à passagem de tropas; alguns rios ficavam acessíveis à navegação, às vezes pelo simples desvio de uns paus que entulhavam seus leitos; e todos sabem quanto a facilidade de comunicações civiliza os povos.

Em definitivo: da invasão holandesa resultou algum proveito para o Brasil? Grande responsabilidade envolve a resposta, quando ao pensar dá-la como que acometem os nossos ouvidos os lamentos de tantas vítimas, chorando a perda de seus parentes, dos seus bens, e até alguns de sua própria honra! Confessamos que o primeiro impulso do nosso coração é o de deixar a pena e chorar com elas... Infelizmente, porém, a civilização humana semelha-se em tudo ao homem: nasce chorando e chorando e sofrendo passa grande parte da infância, até que se educa e se robustece. Se, pois, nos conformarmos com esta lei indeclinável, reconheceremos que o Brasil pagava então grande parte do seu tributo... E não há dúvida que, passados esses choros e esses sofrimentos, se apresentou mais crescidos e mais respeitável, havendo para isso concorrido poderosamente os grandes e continuados reforços de colonos ativos e vigorosos de vários terços ou regimentos que vieram da Europa, e cujos indivíduos pela maior parte ficaram no Brasil, o que fez um número superior aos dos mortos nos campos de batalha.

Por outro lado, o gênio do padre Vieira, desenvolvido já no meio dos embates dessa guerra, recomendara à Europa o Brasil, apresentando-se até na Holanda feito officiosamente agente diplomático; e os holandeses levavam aos mares do norte da Europa os nossos produtos e os faziam aí conhecidos e desejados. O açúcar, a aguardente de cana e até a tapioca deveram ao consumo por eles promovido os aumentos de seu fabrico no Brasil. Muitos dos nossos produtos naturais foram descritos, e suas virtudes médicas apregoadas na Europa, graças especialmente às páginas de Piso e Margrav.

Ficariam incompletas as informações dadas acerca das lutas com os holandeses, se não juntássemos aqui algumas linhas acerca dos principais autores de que nos valem, além das correspondências oficiais, em parte ainda inéditas, de uma e de outra parte, que chegaram até nós.

As **Memórias Diárias**, de Duarte de Albuquerque, compreendem na época de nove anos que abrangem (desde 1630 e com mais extensão e exatidão desde 1632 a 1638) maior soma de fatos guerreiros que nenhuma outra; mas são alguns deles demasiado minuciosos, e de mais interesse para as crônicas locais que para a história política e civil em geral. Foi deste livro, pouco lido quando se deu à luz, que, sem o confessar, quase exclusivamente se valeu Francisco de Brito Freire para a história que, acerca do primeiro período da guerra pernambucana, publicou em 1675; adornando mais a narração,

acrescentando circunstâncias que não se justificam pelos fatos hoje conhecidos por novos documentos, e que foram introduzidas como verdadeiros recursos oratórios para enriquecer o estilo, que aliás saiu guindado e ultra-culto. O certo é que se Albuquerque havia terminado o seu livro no ano de 1638, porque então se retirou para a Europa, Brito Freire viu-se também obrigado a não passar desse ano, porque não teve dele em diante mais **memórias diárias** que lhe **for necesssem texto**.

Como escritor de méritos superiores se nos apresenta, nos dois anos de 1637 e 1638, e nos seis seguintes até 1644, o holandês Gaspar van Baerle, mais conhecido com o nome de Barlaeus, na história que escreveu da administração e feitos de Nassau em Pernambuco. Preclaríssimo poeta, assim na língua holandesa como na latina, cujos primorosos versos, comparados aos melhores da antiguidade, lhe grangearam muita nomeada, agudo teólogo (protestante), penetrante filósofo e distinto doutor em medicina, consagrou Barlaeus os seus últimos anos a essa história, que publicou em Amsterdam em 1647, vindo a falecer logo depois, em 14 de janeiro de 1648, aos 64 anos de idade, com o cérebro mui debilitado.

A latiníssima **História dos oito anos do governo de Nassau**, por mais que corram os séculos, será sempre um livro importante e digno de consultar-se. Só depois que tivemos ocasião de folhear detidamente a correspondência oficial do mesmo Nassau é que nos convencemos que Barlaeus a tivera igualmente presente, e se aproveitara dela com o devido critério; sendo que, como panegirista desses oito anos, pouco se lhe poderá acrescentar. Para ser, porém, considerado **como historiador** imparcial desse período, faltou-lhe obedecer ao preceito: **audietur altera pars**.

E o mais é que o haver o autor deixado de consultar alguns documentos ou autoridades do lado dos nossos foi causada muitas incorreções que a obra contém, nos nomes próprios e geográficos portugueses e do Brasil.

A esplêndida primeira edição, de mais auxílio que as outras por várias plantas topográficas e vistas que só nela se acham (algumas destas firmadas por F. Post), e pelos quatro minuciosos mapas, que abrangem o nosso litoral desde o Rio Real ao Rio Grande do Norte, com alguns pormenores ainda hoje em dia de aproveitar, é infelizmente algum tanto rara, por haverem sido consumidos pelas chamas os exemplares, ainda não vendidos, no incêndio do livreiro-editor João Blaeu.

Inquestionavelmente mui inferior em méritos, tanto a Barlaeus como a Albuquerque, quanto à exata aquilatação dos fatos, e ao método e ordem da narração, é o Padre Mestre Fr. Manuel Caldado, da Ordem de São

Paulo da Congregação de Serra d'Ossa, na primeira parte (única que se imprimiu) do **Valeroso Lucideno**, a qual mais especialmente trata dos fatos concernentes à restauração pernambucana até 15 de julho de 1646. Como testemunha de vista, deve esse autor ser consultado, mas sempre como possível tento e critério. Ministro de uma religião toda de paz e tolerância, mostra-se de ânimo pequeníssimo contra os que não eram seus amigos; partidário de Fernandes Vieira, compromete-o, com o seu pouco tino, quando mais o pretende exaltar; e presta-se até a denegrir aos da parcialidade rival, acusando-os de assassinos. Além disso, falta muitas vezes à dignidade histórica, dedica páginas inteiras a muitos contos sem importância e crê ou finge crer em todos os boatos que, para exaltar o povo miúdo contra os holandeses, se faziam correr nos acampamentos. Nem é mais feliz, nem muito mais elevado, nos cantos épicos em oitava rimada, que em favor do seu herói, entresacha em vários lugares do seu livro, que, dado à luz em 1648, foi pouco depois mandado retirar da circulação, a pedido do vigário de Itamaracá, alvo das iras do autor, obtendo, porém, de novo licença para correrem 1668, embora ainda hoje esteja compreendido nas novas edições do índice mandado publicar por Gregório XVI.

Os conhecidos defeitos do livro **Valeroso Lucideno**, principalmente no que toca à falta de correção da linguagem, e de ordem e dignidade na narração, fizeram sentir a necessidade de outra história da restauração pernambucana. Lançou-se à empresa o monge beneditino Fr. Raphael de Jesus, publicando em 1679, em estilo de antíteses, o seu famoso **Castrioto**, cujo título é já quase por si uma verdadeira antítese. Fr. Raphael compraz-se em fazer gala de mui retórico, pondo na boca dos cabos de guerra arengas e discursos por ele compostos, sistema que, em nosso fraco entender, ainda quando bem desempenhado, desvirtua a índole da história; embora tenha ele a seu favor a veneranda autoridade dos escritores gregos e latinos, que tomaram a Xenofonte e a Tucídides por modelos, sem se lembrarem que os discursos que esses últimos transcrevem, e principalmente Xenofonte os seus próprios, bem poderiam haver sido pronunciados tais quais, como hoje deveria transcrever unicamente discursos verdadeiros quem escrevesse a história de um congresso ou parlamento. Compô-los, porém, por sua conta um autor é faltar sem consciência à verdade, e escrever romance histórico em vez de história formal.

O livro que deu à luz em Paris em 1651 o borgonhês Pierre Moreau, e que no ano seguinte foi em Amsterdam publicado em holandês, traduzido por Glazemaker, é, para apreciar bem os sucessos primeiros da restauração pernambucana, de muito auxílio, tendo-se presente igualmente a obra de João Nieuhoff, que estivera no Brasil desde 1640 até 1649 e que nesse livro reúne

vários esclarecimentos e documentos importantes (bem que às vezes em pouca ordem) a respeito das tramas, dos princípios e do desenvolvimento da insurreição de 1645, alguns dos quais haviam sido na própria Holanda publicados antes em folhetos avulsos.

Não inferiores, porém, em autoridade aos cinco escritores que mencionamos, de obras originais de mais vulto, possuímos vários, de fatos especiais, mui recomendáveis e dignos de crédito.

Assim, entre as diferentes relações que da nossa parte se escreveram acerca da tomada (1624) e recuperação da Bahia (1625) distingue-se, pelo caráter oficial de que ia revestido seu autor, como capitão geral da frota portuguesa, a de D. Manuel de Menezes, há já anos (1859) dada à luz (mui mal revista nas provas, e com erros tão manifestos que na própria leitura se advertem) pela cópia do manuscrito que tempos antes tiveram a fortuna de encontrar em Espanha. É um trabalho de consciência, com grande número de fatos e conhecimento de documentos, de alguns das quais se acham compreendidos no texto os próprios originais em espanhol. Contém notícias do que, quase dia por dia, se passou na cidade da Bahia e principalmente na esquadra aí surta, até ainda depois do dia 4 de agosto de 1625, em que o autor partiu para a Europa.

Apesar de ser também cronista-mór do Reino, como Fr. Raphael, D. Manuel não descobre nesses **livrinho**, conforme ele próprio lhe chama (talvez porque pensava publicá-lo em pequeno formato), grandes dotes de historiador, nem de cronista. Cansa o leitor dando-lhe conta de questões de detalhe do serviço, que nem sempre deviam ser conhecidas fora do terço ou regimento ou do barco em que se disputavam, e muito menos passar à posteridade. Ocupa-se igualmente de muitas outras de competência de jurisdição, entre as autoridades de nacionalidade diferente, que tão pouco nos são hoje de nenhum interesse. Leva páginas inteiras justificando-se, de um modo apaixonado, de atos seus ou de outros, não necessários de mencionar. No estilo é corrente e claro, mas abusa dos termos de mar; nem sempre guarda a conveniente gravidade e chega a ser descuidado, empregando alguns espanholismos desnecessários, ou antes algumas palavras puramente espanholas no meio da locução portuguesa.

Mais que o cronista D. Manuel de Menezes se nos recomenda, porém, como escritor o padre Bartolomeu Guerreiro, da Companhia de Jesus, que publicou em Lisboa, do mesmo sucesso da tomada e recuperação da Bahia, uma extensa relação, no próprio ano de 1625. Se não se achava em tão alta posição como D. Manuel de Menezes, teve presentes não só a sua relação, que copia por vezes, como tudo quanto correu pelo governo de Portugal, e a mesma

circunstância de não ter tido parte nos feitos o faz deles menos parcial juiz. No método e ordem da narração e na dignidade do estilo leva muita vantagem ao cronista-mór.

Iguala em autoridade acerca do mesmo sucesso, aos dois escritores de que acabamos de fazer menção, a **Ânuua** da Província Brasilica da Companhia de Jesus em 1624 e 1625, escrita pelo padre Antônio Vieira, ainda então mui jovem, mas já manejando a pena com facilidade, lucidez e brilho, com que veio mais tarde a distinguir-se tanto nas letras.

Ao lado das três relações mencionadas, ficam a perder de vista umas sete, mais resumidas, acerca do mesmo assunto, além de outras, tanto em português como em espanhol, em holandês e até em francês, acerca de vários acontecimentos mais notáveis dessa guerra.

Pelo que respeita à tomada e recuperação do Maranhão, nos serviram de auxiliares, além da obra de Barlaeus, duas exposições, uma de Maximiliano Schade, comandante do forte do Calvário e outra do conselheiro Pedro Bas para retificar vários incidentes inexatamente narrados por Berredo e pelo padre José de Moraes, o qual, aliás, por sua parte, teve a sinceridade de confessar que, "sobejando-lhe a noticia concisa dos fatos, lhe faltaram as circunstâncias deles".

(**História Geral do Brasil**, 3ª edição, tomo 3, pp. 108-121. São Paulo, Melhoramentos, s. d.).

N. da R.: Julgamos oportuno oferecer aos nossos leitores algumas indicações sobre edições mais recentes das obras citadas por Varnhagen, como fontes para o conhecimento do período holandês de nossa História. Atenderemos à ordem do próprio texto do historiador.

1. As **Memórias Diárias**, de Duarte Albuquerque Coelho foram reeditadas por Mello Moraes e Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (Rio de Janeiro, Tip. de M. Barreto, 1885) e mais recentemente (1944) pela Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, com "nota explicativa" de Arnóbio Tenório Wanderley.

2. A obra de Brito Freyre, **Nova Lusitânia: história da Guerra Brasilica**, mereceu uma belíssima reedição fac-similar pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, com erudito estudo em apêndice do historiador pernambucano José Antônio

Gonsalves de Mello, no qual são criticadas pertinentemente algumas das considerações de Varnhagen

3. A "latiníssima" obra de Barleu, cujo título correto é **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**, teve sua primeira edição em nossa língua em 1940 numa bela edição do Ministério da Educação, numa tradução direta do texto latino por Cláudio Brandão. Duas reedições fac-similares mereceu essa edição: uma, em 1974, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), integrando a preciosa coleção "Reconquista do Brasil" e trazendo, a mais, um prefácio e notas de Mário Guimarães Ferri; e outra, em 1980, pela Fundação de Cultura da Cidade do Recife (Coleção "Recife"), com apresentação de Leonardo Dantas Silva e prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello.

4. A obra de Frei Manuel Callado, **Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade**, mereceu duas edições no século XVII e foi a mais aquinhoada de todas, dela se publicando nos últimos quarenta anos nada menos que quatro edições, o que é inusitado para obra de tal natureza. A primeira, em 1942, pelo Governo do Estado de Pernambuco; a segunda, em 1945, pela antiga Editora Cultura, de São Paulo, integrando a série "Brasilica" (nos 5 e 6); a terceira, em 1985, pela Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco (vol. XIII da Coleção Pernambucana), apresentando-se como "reprodução gráfica de edição de 1942, com erratas e correções segundo confronto com a edição portuguesa de 1648" e com apresentação de Leonardo Santos Silva e introdução de José Antônio Gonsalves de Mello; e, finalmente, a quarta pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo), integrando a Coleção "Reconquista do Brasil", 2ª série, vols. 102 e 103.

5. **Do Castrioto Lusitano**, de Fr. Raphael de Jesus, não conhecemos nenhuma edição recente (Agradeceremos se algum leitor puder nos informar algo a respeito). Temos referência apenas da edição que foi publicada em Paris, por Aillaud, em 1844.

6. Da obra de Pierre Moreau, **História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses**, há tradução com notas de Leda Boechat Rodrigues e introdução de José Honório Rodrigues, em edição da Editora Itatiaia, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, vol. 54 da coleção

"Reconquista do Brasil", volume que inclui também a **Relação da viagem ao país dos tapuias**, de Roulox Baro.

7. Quanto ao Nieuhoff, autor de um dos mais importantes livros de procedência holandesa, a **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**, teve sua primeira edição brasileira em 1942, em tradução de Moacir N. Vasconcelos e introdução, notas, crítica bibliográfica por José Honório Rodrigues, integrando a coleção "Biblioteca Histórica Brasileira", vol. 9, da antiga Livraria Martins, de São Paulo. Há reedição fac-similar pela Itatiaia/USP, na coleção "Reconquista do Brasil", nova série, vol. 35, de 1981.

RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta publicação em "A Federação", jornal da vizinha cidade de Itu. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

319. TEMA PARA UM 15 DE NOVEMBRO

É sabido que a proclamação da República em nosso país resultou de um amplo e intenso movimento de propaganda do novo regime, que durou vinte anos, ou seja da fundação do Partido Republicano em dezembro de 1870 até o ato de 15 de novembro de 1889. Constituiu - seria desnecessário lembrá-lo - certamente a mais bela e expressiva manifestação político-cultural que nossa crônica histórica testemunhou. Nela - e por ela - empolgaram-se as mais lídimas expressões da nacionalidade, acobertadas pelo trabalho intenso da imprensa, dos congressos e dos chamados "clubes republicanos". Não há cidade do Brasil que não tenha evocado em suas vias públicas a memória dos "republicanos históricos".

Nossa Itu, bem como a vizinha Campinas, têm suas crônicas marcadas por eventos da mais variada natureza na propaganda do novo regime. Prova-o a simples lembrança dos apelidos com que elas foram acentuadamente marcadas: uma, tornou-se o "berço da República"; a outra, a "Meca da República", dois epítetos de que ambas muito se orgulham.

Todavia, um fato consternado marca o advento do novo regime. Os grandes homens da propaganda (os republicanos "históricos"), que por vinte anos semearam pelo país o credo e o espírito da República, ficaram praticamente ausentes do ato de proclamação do novo regime. Esta, ao

contrário do que se esperava, resultou de um simples golpe militar, certamente a única coisa que não estava nas cogitações dos propagandistas. Aparecem, isto sim, na organização e implantação definitiva do novo regime. Mas, ausentes do ato de 15 de novembro.

Há um depoimento curioso sobre o evento: a notícia que Aristides Lobo enviou ao "Diário Popular", de São Paulo, registrando o acontecimento de que resultou a queda de um Império e a implantação de uma República. Seu relato é melancólico. Lamenta ter que sê-lo, pois o que gostaríamos era poder marcar o dia 15 de novembro "como o primeiro dia da República", "mas não posso, infelizmente, fazê-lo". Julga que, quando muito, pode ser considerado "um degrau para o advento da grande era" e espera que os homens que iriam tomar a responsabilidade do poder "tenham juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade".

Reconhece Aristides Lobo que, "por ora, a cor do governo é puramente militar", e nem poderia ser de outra forma, pois "a colaboração do elemento civil foi quase nula". Isto lhe propiciou um frase que se tornou célebre: "O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam seriamente estar vendo uma parada".

Diversos autores contemporâneos têm procurado interpretar de maneira mais consentânea a dura expressão de Aristides Lobo. Mas - sutilezas de linguagem à parte - a verdade é que ela retrata uma característica do povo brasileiro face aos grandes problemas da política: a apatia, a indiferença, a descrença, estereótipos negativos que o levam a não acreditar no Brasil... Lá, como cá...

Todavia conforme escrevi linhas atrás, se os "históricos" ficaram ausentes do ato da proclamação, comparecem maciçamente na implantação e consolidação do novo regime. A começar pelo ministério organizado por Deodoro, que criteriosamente distribuiu as "pastas" por diversos Estados da nova Federação, cabendo duas a São Paulo, aí representado por Campos Sales e Francisco Glicério, coincidentemente dois campineiros. Os outros procediam da Bahia (Rui Barbosa), de Minas Gerais (Cesário Alvim), da Paraíba (Aristides Lobo), de Alagoas (Floriano), do Rio Grande do Sul (Demétrio Ribeiro) e do Rio de Janeiro (Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva). E depois, na Constituinte e no desenvolvimento dos primeiros vinte anos do novo regime mostraram os "históricos" toda a sua força e convicção no ideal republicano. (15-11-97).

320. UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DO MARANHÃO

A costa setentrional do Brasil, onde se localizam os atuais Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, só foi ocupada e povoada quase um século depois da ocupação e povoamento do restante do litoral brasileiro. Os donatários aos quais foram atribuídos as capitanias da região nem se dignaram vir ao Brasil saber onde ficavam suas possessões.

Esse abandono despertou a cobiça dos franceses que, desde o século anterior, faziam incursões pela foz do Amazonas e Amapá. Era tão intensa a presença francesa na região que os próprios historiadores da França defenderam, em certa época, a prioridade de seus compatriotas no descobrimento do Brasil.

No caso particular do Maranhão repete-se, curiosamente, o que ocorrera setenta anos antes, com a baía de Guanabara, desprezada pelos portugueses nas primeiras expedições reconhecedoras do litoral, mas ocupada pelos franceses de Villegagnon, em 1555, e que aí lançaram as bases de um povoamento que, se tivesse vingado, não só faria recuar de dez anos a data oficializada para a fundação do Rio de Janeiro, como marcaria a primeira tentativa francesa de uma colônia no ultramar.

Se a ocupação francesa da Guanabara durou dez anos, a do Maranhão durou apenas três ou quatro, pois forças militares, partindo de Pernambuco, desalojaram os franceses e ocuparam definitivamente a região. De maneira bastante curiosa, os portugueses que expulsaram os invasores do Maranhão conservaram o nome que eles haviam dado à povoação fundada - nome que perdura até hoje -, pois ao longo do tempo a localidade sempre se chamou São Luís.

A evolução histórica do Maranhão e de todo o norte do Brasil, mesmo com a colonização portuguesa, não foi de molde a aproximá-la das demais regiões, de Pernambuco para o sul, principalmente pela distância. Eram mais fáceis as comunicações do Norte do Brasil diretamente com Portugal do que com o restante do Brasil. O reconhecimento desse importante fator geográfico levou a Metrópole a desmembrar do Brasil toda a extensa região do Ceará ao Amazonas, que passou a constituir o "Estado do Maranhão", totalmente independente do Brasil. Assim, por mais de cento e cinquenta anos, de 1621 a 1774, deixou o norte do Brasil de ser brasileiro.

Com o tempo tornou-se o Pará mais importante que o próprio Maranhão, inclusive por ser a "entrada" para o vale do Amazonas, e por isso, a capital do "Estado do Maranhão" foi transferida para a cidade de Belém,

fundada no século anterior por Francisco Caldeira Castelo Branco, com o nome religioso alusivo ao nascimento de Jesus. Conseqüentemente, o novo Estado passou a ser denominado do "Maranhão e Grão-Pará".

Extinta na erapombalina (1774) o Estado do Maranhão e Grão-Pará e reintegrado ao Brasil, a vinculação com o restante do país foi sempre muito artificial. De fato, ela só se realiza com a Independência, ao criarem-se as províncias do Ceará, Maranhão e Pará. Esta última, só em meados do século passado seria dividida, com a criação da província do Amazonas.

Essa fase do Maranhão "não brasileiro" é de muita importância para a história regional, como se mostrará oportunamente. (29-11-97)

*

321. PEQUENA DIVAGAÇÃO GEO-HISTÓRICA

País de dimensões continentais, ocupando ele só mais da metade de toda a América do Sul, a crônica de nossa evolução histórica tem que ser colocada em parâmetros ou coordenadas diferentes em matéria de tempo e de espaço. E se a própria ocupação litorânea, como ficou demonstrado em nota anterior, não obedeceu a uma unidade convencional capaz de assinalar com precisão datas e fatos, que não dizer da ocupação interior? Esta ficou por alguns séculos da dependência de incursões sertanistas partindo da Bahia, de Pernambuco e, principalmente, de São Paulo. Se as "entradas" baianas mal passaram do vale do São Francisco e da Chapada Diamantina, e as pernambucanas visaram à conquista do interior do Nordeste, já as paulistas alcançaram proporções quase inacreditáveis, assegurando, com o tempo, a incorporação ao Estado português de mais de um terço de nosso atual território.

Mas, não é só isso que impressiona na história de nosso povoamento. Julgo mais importante a natureza de uma ocupação feita "aos saltos".

Saía-se de São Paulo para conquistar e povoar Mato Grosso e Goiás, mas o vazio permanecia e esse vazio, sabem-no todos, só em época muito recente começou a ser preenchido. Apenas um exemplo: se considerarmos o que seria o Brasil se o Tratado de Tordesilhas tivesse sido demarcado e se tornado a fronteira do Brasil, essa fronteira passaria a poucos quilômetros de

Itu e Campinas. Mais ainda: a linha demarcatória de Tordesilhas, entrando pela foz do Amazonas e saindo no litoral de Santa Catarina, passaria por áreas que só recentemente foram, de fato, incorporadas ao ecúmeno brasileiro. Coincidentemente, a rodovia Belém-Brasília acompanha bem de perto a fronteira tordesilhana. E esta até hoje não está definitivamente ocupada.

Eis porque o problema das distâncias e, especialmente, o povoamento "aos saltos", constitui uma singularidade de nossa geo-história. Há alguns anos, um jornalista francês que realizara enorme excursão pelo interior do Brasil, disse-me que o que mais o impressionou foi justamente esses vazios. "Viaja-se horas e horas - dizia-me ele - sem se encontrar uma marca de ocupação do solo e... de repente depara-se com uma grande cidade". Isso, para um europeu ou americano do Norte é de difícil compreensão, pois em seus países a ocupação efetiva do solo foi feita passo a passo. Não se avançava uma milha sem que a região anterior ficasse efetivamente ocupada. Os americanos levaram dois séculos para a ligação "costa a costa". Donde, a criteriosa teoria da "moving frontier" do Professor Turner.

Nós constituímos um país praticamente sem fronteiras até o final do século XVIII. A fronteira estava onde os sertanistas paulistas alcançavam. E como a barreira andina impedia que os espanhóis avançassem pelo interior brasileiro, não houve senão lançar mão do artifício do "uti-possidetis", assegurado pelo Tratado de Madrid, de 1750, o qual nos deu praticamente o Brasil de hoje.

Quando falei ao jornalista francês do significado do que ele acabava de observar em sua longa jornada, e especialmente, dos "vazios" do nosso país teve ele ensejo de uma pergunta curiosa: por que, vocês, brasileiros, não estudam esses vazios? Pois são justamente esses "vazios" que vêm ultimamente merecendo a atenção de geógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, antropólogos e outros que se interessam por temas brasileiros. O assunto comportará outra nota. (6-12-97)

*

322. MAIS UM POUCO DE GEO-HISTÓRIA

Algumas das observações exaradas em nota anterior procurando mostrar o problema das condições precárias do povoamento de nosso território,

fazem pensar numa das questões mais sérias de nossa geo-história: o das distâncias incomensuráveis, dificultando e não raro até impedindo as comunicações entre as várias partes do país não só nos tempos coloniais, mas até época relativamente recente. O mestre Deffontaines, quando viveu entre nós há mais de sessenta anos, já observara que certas regiões do Brasil passaram das tropas de muares para o avião, sem os meios intermediários de transporte...

A América Espanhola fragmentou-se em nem sei quantos países e teria se fragmentado mais ainda não fossem alguns movimentos unionistas do século passado; o grande itismo constituído pela chamada "América Central", que mal comportaria um país, consta de sete ou oito; e a própria nação norte-americana permaneceu por quase dois séculos nos treze "Estados" da costa leste e só se ampliou quando se conscientizou de seu "destino manifesto". E quando da independência, nem sequer um nome geográfico havia para designar o novo país. Chamou-se simplesmente "Estados Unidos", como resultado da situação administrativa e política em que eles ficaram.

No Brasil, o processo foi diferente. Portugal fez questão de manter o país unido, como se fosse todo igual, física, cultural ou economicamente. Mas, em certo momento conscientizou-se da impossibilidade de gerenciamento condigno para o país, e decidiu-se a dividi-lo, criando, como já foi lembrado em nota anterior, o "Estado do Maranhão e Grão-Pará" (ou "Grão-Pará e Maranhão"), totalmente desvinculado do Brasil e na dependência direta da Metrópole. E o grande argumento para a divisão foi justamente a dificuldade de comunicações do Norte com o Sul, pois as províncias setentrionais se comunicavam muito mais facilmente com Lisboa do que com a Bahia ou o Rio de Janeiro. E quase só ao findar do século XVIII, isto é depois de mais de 150 anos, foi o Norte reintegrado no território brasileiro, sem qualquer justificativa para essa decisão pombalina.

O regionalismo, conseqüentemente, acabou se impondo na evolução histórica do país. Talvez não haja em nossa história um acontecimento que tenha interessado ao país todo. Nem a própria Independência. É sabido que esta, da maneira como foi feita, não interessou às províncias do Norte. Estas viram no ato de 7 de setembro de 1822 uma espécie de "golpe" (permitam-me um termo da moda...) do Príncipe D. Pedro em torno do Rio de Janeiro, de Minas e de São Paulo, quais sejam as províncias mais vizinhas à Corte e que estariam mais na dependência direta de sua tutela. Foi preciso que o jovem Imperador contratasse um almirante inglês para impor a Independência nas

províncias do Norte. Talvez seja o único caso na história da humanidade este, de se obrigar alguém a aceitar a própria Independência...

Aquela situação a que o Professor Deffontaines se referia, naturalmente, perdeu, em grande parte sua razão de ser a partir de meados deste século. Mas, continua válida ainda para muitas regiões do país. (13-12-97)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I- INSTITUTOS

1. Instituto de Artes, Comunicações e Turismo
2. Instituto de Ciências Biológicas e Química
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II- FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III- INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

